



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

JOÃO PAULO DE MAGALHÃES PEREIRA

Padre Joaquim Alves Correia
no contexto da restauração da missão espiritana
em Portugal

Dissertação Final
Sob orientação de:
Professor Doutor Arnaldo Cardoso de Pinho

Porto
2018

RESUMO

Esta dissertação de mestrado integrado em teologia aborda a figura do Padre Joaquim Alves Correia, nascido em Paredes, Diocese do Porto, (5 de maio de 1886) e falecido nos EUA (1 de junho de 1951). Enquanto missionário Espiritano em África, opositor a todos os totalitarismos, pensador social e professor universitário em Pittsburgh (EUA), Alves Correia é uma figura relevante do Catolicismo português da primeira metade do século XX. Partindo de uma breve síntese biográfica e da contextualização histórico-espiritual da Congregação dos Missionários do Espírito Santo, esta dissertação intitulada “Padre Joaquim Alves Correia, no contexto da restauração da missão espiritana em Portugal” propõe uma reflexão e uma revisão histórica, pastoral e doutrinal da sua figura, no sentido de renovar e actualizar a visão do eminente espiritano português, fazendo sobressair, com justeza e equilíbrio, na história e carisma dos missionários, e no horizonte sócio-político do Estado Novo em que viveu em Portugal, a vida e obra do Padre Joaquim Alves Correia. O pensamento social e a ação pastoral de Alves Correia é, ainda hoje, um permanente desafio ao aprofundamento da reflexão eclesial e social, à renovação e compromisso cristão com os mais pobres e à corresponsabilidade e cooperação laical no apostolado e na missão da Igreja. Alves Correia é um missionário que ainda hoje interpela. Quase setenta anos depois da sua morte, a sua vida é um apelo aos cristãos do século XXI a prestarem atenção aos sinais dos tempos, a fim de promoverem a renovação dos caminhos e a pastoral da Igreja, mantendo viva a atenção ao que o Espírito de Deus lhes quer dizer em cada momento e em cada contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Joaquim Alves Correia; Espiritanos; Leigos; Missão; Renovação; Relações Igreja\Estado.

ABSTRACT

This Master's Dissertation in Theology addresses the figure of Father Joaquim Alves Correia, born in Paredes, Porto Diocese, (May 5, 1886) and deceased in the USA (June 1, 1951). As a Spiritan missionary in Africa, an opponent of all totalitarianism, social thinker and university professor in Pittsburgh, Alves Correia is a prominent figure in Portuguese Catholicism in the first half of the twentieth century. Starting from a brief biographical synthesis and historical-spiritual contextualization of the Congregation of the Missionaries of the Holy Spirit, this dissertation entitled "Father Joaquim Alves Correia, in the context of the restoration of the Spiritan mission in Portugal" proposes a

historical, pastoral and doctrinal reflection and revision of his figure, in the sense of renewing and updating the vision of the eminent Portuguese spirit, highlighting, with justice and balance, in the history and charism of the missionaries, and in the socio-political horizon of the New State in which he lived in Portugal, life and the work of Father Joaquim Alves Correia. Alves Correia's social thought and pastoral action is still a permanent challenge to the deepening of ecclesial and social reflection, to Christian renewal and commitment to the poorest and to co-responsibility and lay cooperation in the apostolate and mission of the Church. Alves Correia is a missionary who still today challenges. Nearly seventy years after his death, his life is an appeal to 21st century Christians to heed the signs of the times in order to promote the renewal of the ways and the pastoral care of the Church, keeping alive the attention that the Spirit of God wants to tell them in every moment and in every context.

KEY WORDS: Joaquim Alves Correia; Spiritans; Lay people; Mission; Renovation; Church Relations \ State.

ÍNDICE

ÍNDICE	4
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I: BIOGRAFIA DO PADRE JOAQUIM ALVES CORREIA	9
1.1 – Breves traços biográficos	10
1.2 - Formação religiosa	11
1.3 - Missionário na Nigéria.....	13
1.4 - Formador e escritor.....	14
1.5 - Atividade social, pastoral e política	15
1.6 - Oposição ao regime e exílio.....	18
1.7 - Professor nos E.U.A.	20
CAPÍTULO II: AS ORIGENS DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO	25
2.1 – O carisma da Congregação dos Missionários do Espírito Santo	25
2.2 - Vida e obra de Poullart des Places	26
2.3 - A história de vida de Francisco Maria Paulo Libermann	32
2.4 – A necessidade de expandir para Portugal	41
2.5 - Portugal e o projeto de uma casa espiritana	42
CAPÍTULO III: CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE PORTUGUESA E ULTRAMARINA	49
3.1 - Da Monarquia Constitucional à implantação da República	49
3.2 - O Governo Provisório e a Questão Religiosa	56
3.3 - Os Missionários do Espírito Santo e a Implantação da República	59
3.4 - Reconciliação entre a República e a Igreja	62
3.5 - Restauração da Província do Espírito Santo	63

CAPÍTULO IV: BREVE SISTEMATIZAÇÃO DO PENSAMENTO

DO PADRE JOAQUIM ALVES CORREIA -----	67
4.1 - Visão teológico-pastoral: -----	67
4.1.1 - Renovação litúrgica -----	67
4.1.2 - O Apostolado -----	70
4.1.3 - Liberdade de fé e de consciência -----	73
4.1.4 – Contributos para a formação cristã -----	76
4.1.5 – Opção pelos pobres -----	78
4.1.6 – Nova visão eclesiológica -----	81
4.2 – Alguns frutos do apostolado do Padre Alves Correia -----	83
4.2.1 – Frutos eclesiais -----	83
4.2.2 – Frutos sociais -----	86
4.2.3 – Frutos na Congregação do Espírito Santo -----	87
CONCLUSÃO -----	89
BIBLIOGRAFIA -----	92

INTRODUÇÃO

Para tema da nossa dissertação de Mestrado Integrado em Teologia escolhemos abordar a figura eminente do missionário espiritano português *Padre Joaquim Alves Correia no contexto da restauração da missão espiritana em Portugal* (Aguiar de Sousa, Paredes, 1886 – 1915, Pittsburg, EUA). O nosso estudo propõe-se realizar uma breve síntese biográfica e doutrinal desta figura relevante da história do nosso País, embora já muito olvidada, apesar de muito ter contribuído para o enriquecimento quer do património eclesial português quer para o processo democrático nacional.

Ao longo do nosso trabalho ofereceremos sinais que confirmam o Padre Alves Correia como figura ímpar, comprometida com a história do seu tempo, com o Evangelho e com o anúncio da fé cristã. O Padre Alves Correia — homem de Deus e da Igreja, e filho do seu tempo —, assumiu o Evangelho como mensagem e fermento de vida (que ele anunciou e encarnou), permanecendo fiel à Igreja, mesmo nos momentos mais difíceis e adversos da sua história pessoal. Como missionário religioso da Congregação dos Missionários do Espírito Santo, Alves Correia consagrou a sua vida ao anúncio da Boa Nova, quer pela escrita quer pela pregação; ao ensino; à prática dos conselhos evangélicos e à vida de comunidade, fraterna e orante, com um profundo zelo apostólico, próprio deste Instituto Missionário, na total disponibilidade ao Espírito Santo e na fiel interpretação dos sinais dos tempos e no dom total de si próprio.

Creemos não ser de somenos importância dar a conhecer este modelo de vida — tanto na perspetiva humanista, como na cívica e eclesial —, de testemunho do ideal de fraternidade, que o levou a firmar-se como arauto da necessidade de renovação da Igreja e da vida social portuguesa do seu tempo; que o fez clamar, com voz profética, contra o imoral e sufocante autoritarismo, procurando transformar corações e mentalidades, em defesa da dignidade humana, dos oprimidos, da verdade, da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da justiça, da metanóia, da reflexão teológica, do diálogo e da fidelidade à consciência.

Este nosso estudo procurará também dar a conhecer a história e espiritualidade da Congregação dos Missionários do Espírito Santo, por a ela se encontrar vinculado e dela

brotar a relevante figura de Alves Correia, permitindo-nos, naturalmente, melhor interpretar a sua vida e pensamento.

Nestes tempos de modernidade líquida¹, pensamos possa ser este um assunto pertinente, sobretudo, por Alves Correia ser um modelo eficaz de ação missionária e de compromisso social que continua válido e atual. O nosso estudo ajuda, por isso, a reavivar o dinamismo cristão – tão querido pelo Padre Alves Correia – num contexto em que a vivência testemunhal da fé parece estar a enfraquecer na sua dimensão profética. Parecendo-nos assistir ao retorno de uma vivência religiosa de conveniência social, torna-se, hoje, necessário, como no seu tempo, proceder à reevangelização da sociedade portuguesa pela ativa profissão de fé, pelo testemunho dos valores do Reino e pela formação cristã contínua e renovada.

Este trabalho estrutura-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo — Biografia do Padre Joaquim Alves Correia — pretendemos apresentar umas breves notas biográficas da sua figura histórica, tendo em conta o seu percurso como sacerdote religioso da Congregação dos Missionários do Espírito Santo, bem como o seu apostolado de pregador, formador, professor, escritor e defensor dos fracos e dos oprimidos.

No segundo capítulo do nosso estudo — As origens da Congregação dos Missionários do Espírito Santo — foi nossa preocupação dar a conhecer a história da Congregação que contextualiza a vida sacerdotal do Padre Alves Correia: as suas origens, com Poullart des Places; a fusão e renovação, com Libermann; a chegada dos Padres Espiritanos a Portugal. Mais do que historiar uma obra ocupou-nos a construção da história de consagração de muitas vidas inspiradas por estas duas grandes figuras da Igreja Universal, fundadores e pais da espiritualidade espiritana. Neste capítulo releva-se, pois, o carisma e a espiritualidade dos Padres Espiritanos como herança espiritual dos seus Fundadores. A relevância deste capítulo prende-se com o facto de que esta mesma herança espiritual ter balizado a ação de Alves Correia ao longo de toda a sua vida, desde a formação nos Seminários da Congregação até à sua morte, no exílio.

No terceiro capítulo — Contextualização política da sociedade portuguesa e ultramarina — tomámos como decisão percorrer os caminhos da história do nosso País

¹ “Associamos leveza ou ausência de peso à mobilidade e à inconstância: sabemos pela prática que quanto mais leves viajamos, com maior facilidade e rapidez nos movemos. Essas são razões para considerar fluidez ou liquidez como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, nova de muitas maneiras, na história da modernidade.” In BAUMAN, Zygmunt – *Modernidade Líquida*, Zahar, Rio de Janeiro, 1999, pp. 8-9.

no arco temporal da vida do Padre Alves Correia, no intuito de proceder à contextualização sócio-política da sua figura e da sua intervenção. A nosso ver, interessava atermo-nos às relações Igreja-Estado, que pela sua instabilidade questionavam a existência e actividade das Ordens Religiosas em Portugal ao tempo; obviamente também se prestará atenção à sua progressiva restauração até se alcançar o apaziguamento do conflito religioso; para tal apresentaremos o exemplo da Congregação dos Espiritanos.

Por fim, no último capítulo — Breve sistematização do pensamento do Padre Joaquim Alves Correia — elaborámos uma exposição do pensamento do Padre Alves Correia, tendo em conta a sua vida, a sua história, a sua ação e vivência da espiritualidade espiritana em contínua fidelidade às exigências do Evangelho e do carisma espiritano. Procuraremos ainda sublinhar alguns dos temas do seu pensamento, especialmente os que estão consagrados como fruto do seu labor pastoral, que aqui se procurará evidenciar. O relevo dado ao seu pensamento é assumido como um desafio à reflexão e esclarecimento do compromisso cristão, em vista da edificação da Igreja e reforço do compromisso cívico e social de que jamais a Igreja se pode alhear.

Este nosso estudo permite, por fim, segundo cremos, evidenciar e reactualizar a figura de um sacerdote da Igreja Portuguesa, cujas coordenadas não se encerraram apenas entre o altar e a sacristia; erguendo-se, antes, entre o terreiro e o pó dos caminhos dos homens e mulheres do seu tempo, quer como pensador quer como pastor, que urge re-descobrir, por nos desafiar, permanentemente, à metanóia que assinala a vida como um dom a ser vivido em favor da comunhão e da dimensão profética da comunidade.

CAPÍTULO I

BIOGRAFIA DO PADRE JOAQUIM ALVES CORREIA

Como figura ímpar do seu tempo e precursor do nosso, o Padre Alves Correia viveu na fronteira de ambos, fiel à tradição e aberto ao futuro². No dia 5 de maio de 2016 celebraram-se os 130 anos do seu nascimento, e no dia 1 de Junho do mesmo ano, os sessenta e seis da sua morte; é, pois, acertado, lembrar a figura deste sacerdote, e ponderar e refletir sobre a sua ação como missionário espiritano, homem de Deus e do povo e filho do seu tempo, porque apesar de se ter

“extinguido o homem, não se extinguiu o eco evangélico das palavras com que vergastava os que desafiavam a justiça da humanidade, sorvendo o sangue dos irmãos para matar a sede infrene que lhes devorava as entranhas desumanas”³.

A obra de Francisco Lopes — *Padre Alves Correia: ao serviço do Evangelho e da Democracia* —, é uma biografia a que recorrentemente deitaremos mão para desenhar a figura deste homem ilustre que procura testemunhar a dimensão do serviço e a defesa do ser humano à luz do Evangelho, como no seu leito de morte, expressou o Papa João XXIII ao mundo:

“Hoje, mais do que nunca, com certeza mais do que nos séculos anteriores, somos chamados a servir o homem como tal e não apenas os católicos; a defender acima de tudo e em toda a parte, os direitos da pessoa humana e não só da Igreja Católica... Não se trata duma mudança do Evangelho: nós é que começamos a compreendê-lo melhor”⁴.

Haveremos de ver, portanto, como a vida de Alves Correia nos situa perante o corajoso confronto entre os que adormeceram e obnubilaram as suas consciências e o ardor do missionário ardentemente apaixonado e fiel ao Senhor nos irmãos.

² Cf. LOPES, Francisco — *Pe Joaquim Alves Correia (1886-1951) Ao serviço do Evangelho e da Democracia*, Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1996, p. 11.

³ LOPES — *Pe Joaquim*, p. 193.

⁴ HEBBLETHWAIT, Peter — *João XIII, Pope of the Council*, London, 1984, in LOPES — *Pe Joaquim*, p. 9.

1.1 – Breves traços biográficos

Joaquim Alves Correia nasceu a 5 de maio de 1886, no lugar de Sernada, em Aguiar de Sousa (Paredes), filho de família profundamente cristã. É o quarto de cinco filhos, educados desde pequenos na fé e piedade cristãs, pelos pais, como o comprova a frequência da Eucaristia e a reza em família do Rosário. É, além do mais, o testemunho de fé de seus pais, João Alves Correia e Miquelina Alves Martins, que em muito irá contribuir para que um dos irmãos (Manuel) se consagre como frade menor franciscano⁵, duas das suas irmãs (Rita e Rosa) se consagrem na Congregação das Irmãs Franciscanas de Calais (França), e ele próprio como missionário espiritano. Originário de uma família remediada de lavradores tem uma infância despreocupada e feliz:

*“de mui saboreado folguedo com os irmãos e com os miúdos vizinhos, com uma variedade de estações e de atividades que nem nas cidades seria possível superar: tempo dos pinhões, tempo das castanhas bravias da Serra de Baixo (ou Serra dos Açores), tempo de ninhos, tempo de frutas”*⁶.

Mas nem tudo foi enlevo e despreocupação, visto que com a morte do pai, no Brasil, toda a família se vê obrigada a inesperados e redobrados esforços nos muitos trabalhos duros na labuta das leiras; este esforço redobrado, sobretudo da mãe, permitirá que Joaquim jamais venha faltar às tarefas escolares a que Joaquim era assíduo.

Assumindo a responsabilidade de sustento e educação dos filhos, a mãe a todos marcou: “foi um anjo para nós; apesar da vida rude de trabalho... de homem”⁷. Pelo carinho sem limites e pela pedagogia da ternura soube conquistar a admiração dos seus filhos e filhas, não usando da força, mesmo se o merecessem. Educava pelo exemplo, pelo amor e temor a Deus, ao trabalho e aos pobres; pelo amor materno sem reservas, um amor ilimitado e dedicado, conquistou-lhes a dedicação e a gratidão.

A família foi, pois, a primeira escola de Joaquim. Nela se formará não só a nível humano, mas também religioso e moral: “A família é a primeira escola das virtudes sociais de que a sociedade tem necessidade”⁸, assim, ensina o Magistério e é

⁵ Manuel Alves Correia irá ingressar nos Franciscanos em Montariol, Braga, escrevendo frequentemente à família, despertando em todos o amor do pobre homem de Assis, que em muito poderá ajudar no despertar vocacional de seus irmãos.

⁶ Apontamentos autobiográficos, escritos por Joaquim Alves Correia, intitulados “Lembranças relâmpagos de uma vida sem grandes solavancos”, escritos a pedido de D. Lúcia Maracoto, regente do orfanato de S. Isabel (Lumiar) e fundadora das florzinhas de Setúbal, que se encontram nos Arquivos da Província Portuguesa dos Espiritanos, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 19.

⁷ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 21.

⁸ CONCILIO ECUMÉNICO VATICANO II – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, 10ª edição, Braga: Editorial A. O., 1987, nº 3.

testemunhável neste pequeno e humilde lar de uma pequena e longínqua aldeia da Diocese do Porto.

1.2 - Formação religiosa

Quando Joaquim chega à idade de se manifestar, manifesta-se: quer ser religioso missionário, entrando, por isso, aos treze anos no seminário espiritano da Formiga⁹, Ermesinde, a cargo dos Padres Espiritanos. O início pela “aventura seminaresca”¹⁰ deve-se à admiração do carácter missionário dos membros do Instituto. Era, porém, aquele um ambiente simultaneamente duro e terno, que impressionava o adolescente, marcado pela disciplina uniformizante, o silêncio rigoroso, o tempo sem ver a família, mas também pela bondade, simplicidade e caridade dos Padres, e o ambiente de fraternidade entre seminaristas¹¹.

Desde cedo, Joaquim revela uma grande inteligência especulativa e mostra-se apaixonado por debates e discussões sobre temas variados. É, contudo, considerado pelos seus Diretores como um pouco subversivo; e se, nos primeiros anos, o juízo destes é sempre positivo, em 1902 “já notam que parece enveredar por uma maneira de ser um pouco excêntrica”¹². De facto, foi chamado repetidas vezes ao escritório do Diretor para repreensão, chegando a haver ameaças de o mandar embora. O jovem seminarista logo respondia estar pronto, questionando, prontamente: “Quando quer que vá?”¹³. Recebida então uma dura admoestação sobre a grandeza da vocação era enviado para a capela para meditar. Poderá dizer-se que, não lhe faltando espírito de crítica e de rebeldia, foi também, gradualmente, amadurecendo, humana e espiritualmente.

Viu-se, entretanto, em 1902, recusado pelos Superiores e colegas para receber o hábito espiritano, acusado de ter “um espírito trocista, trivial, presunçoso, desleixado, falta de zelo e de espírito de fé”¹⁴. Tomará o hábito dois anos mais tarde, depois de

⁹ O Seminário da Formiga foi cedido pelo Estado à Congregação do Espírito Santo para uma obra “destinada à formação missionária para as colónias portuguesas” Cf. Bulletin Général de la Congrégation du Saint Esprit (B.G.C.S.Sp.), Paris, 1896, p. 171.

¹⁰ Esta expressão deve-se ao fato de Alves Correia, conhecido por Quim já havia protestado que seria músico e alfaiate. Cf. LOPES – *Pe Joaquim*, p. 24.

¹¹ Cf. LOPES – *Pe Joaquim*, p. 24.

¹³ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 25.

¹³ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 25.

¹⁴ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 26.

encantar o Diretor do recém-criado ano de Filosofia, mercê dos seus “predicados filosofeiros”¹⁵, em razão do qual nos relatórios já se vai escrevendo que “vai melhor”¹⁶.

Entrou no Noviciado em 1905, na Quinta de Baixo do Bom Despacho, em Sintra. Tinha 19 anos. O Noviciado é um tempo de prova para que o candidato à Vida Religiosa aprofunde a sua vocação, estruturando a sua vida espiritual; o melhor conhecimento que dele se espera é a iniciação e estruturação na vida espiritual. Sobre este período de iniciação à vida de missionário espiritano, dirá: “Fiz o Noviciado com muita alegria interior e exterior e com muita paz de consciência”¹⁷. Os formadores, porém, continuam a notar um “temperamento nervoso e impressionável, suscetível e crítico”¹⁸; não deixando de registrar que “cultiva a poesia e o estilo com bom gosto”¹⁹ exortam-no a “dominar a sua impressionabilidade e imaginação... [porque, apesar de ter já] seis anos de formação, tende a tomar por ideias largas o que não o é”²⁰. A verdade, é que a sua personalidade desabrocha, fazendo-se cada vez mais notar a formação de carácter e o fomento da iniciativa pessoal, bem demonstradas na autonomia e independência de pensamento. O Noviciado terminou a 16 de Outubro de 1906, com a primeira profissão religiosa.

Entre 1907 e 1908 frequenta, em Carnide, o Seminário Maior dos Padres Espiritanos, completando ali o primeiro ano de Teologia com distinção. A sua influência junto dos colegas e a sua paixão pela política e vida cívica portuguesa levam os Superiores a enviá-lo, no final desse ano, para França, a fim de concluir ali os estudos teológicos. Será enviado para Chevilly-Larue, nos arredores de Paris, onde se situa o Seminário Internacional dos Espiritanos, por receio de que o jovem Seminarista possa perder-se. Esta decisão de mudança nasce das suspeitas de Modernismo que poderão brotar da amizade com um sacerdote seu amigo, que poderão exponenciar-se ainda mais em função do seu espírito crítico que parece tão excêntrico²¹. Em Chevilly-Larue, o jovem Alves Correia continua os estudos teológicos com distinção, e apesar de, com frequência, discordar dos professores, a sua capacidade de argumentação fazia com que as suas ideias fossem aceites²². Claro está, beneficiou sempre da compreensão dos professores, bons e

¹⁵ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 26.

¹⁶ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 28.

¹⁷ Cf. Autobiografia, pp. 28-29, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 28.

¹⁸ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 28.

¹⁹ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 28.

²⁰ Archives Générales de la Congrégation du Saint Esprit (A. G. C. S. Sp.) – Relatório do mestre de Noviços, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 28.

²¹ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 36.

²² LOPES – *Pe Joaquim*, p. 37.

tolerantes pedagogos, e apreciadores do seu poder de argumentação. E aqui, mais uma vez, se realça a sua personalidade forte, quando ainda só se encontra em formação, visto que não se coíbe de contestar quando sente que tem razão — embora de forma respeitosa, com bons argumentos, com coragem e elegância, em busca da verdade e da fidelidade à Igreja, mesmo que seja necessário questionar a doutrina²³. Será por isso, mas não só, que olhado com respeito e admiração, e apesar dos relatórios dos formadores e das pequenas notas de atenção, prosseguirá o seu percurso formativo, sem que as portas se lhe fechem.

Aquando do Diaconado, dizia-se dele:

“Este escolástico, vindo de Portugal, por causa da sua tendência a contradizer os professores e a defender ideais mais ou menos modernistas, não oferece aqui motivos sérios de dúvida a seu respeito. É certo que tende a contradizer os que atacam as suas ideias e ainda lhe falta ordem nas mesmas, mas, por outro lado, parece muito bem-disposto e sempre prestou atenção às observações que lhe foram feitas”²⁴.

A 9 de Julho de 1911, realizada a sua Consagração ao Apostolado, termo oficial da sua formação no Seminário, advertem-se os futuros Superiores, nos seguintes modos:

“Talvez lhe falte ponderação e equilíbrio, dada a sua viveza de espírito. Parece querer submeter-se por espírito de fé. Seria conveniente velar pelas suas produções escritas e não o colocar num lugar de ensino”²⁵.

1.3 - Missionário na Nigéria

Em 1911 é ordenado em Paris, partindo, a 10 de Fevereiro de 1912, para Onitsha, na Nigéria, como primeira nomeação missionária. A Nigéria, era, ao tempo, um Protetorado Inglês. Data do ano de 1884 a responsabilidade dos Padres Espiritanos como responsáveis pela missionação do sul da Nigéria²⁶. O modelo típico da missionação ali realizada é marcado pela catequização, visita aos doentes, resgate de escravos, pelo acolhimento na Missão de refugiados e perseguidos. Havia a Missão principal e postos avançados missionários em volta desta²⁷.

Quando o Padre Alves Correia chega à Nigéria encontra como Perfeito Apostólico o Padre Joseph Shanaham, missionário espiritano irlandês, que o marcou pela novidade

²³ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 37.

²⁴ Cf. A. G. C. S. Sp. – Relatório do Director na proposta para o Diaconado, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 37.

²⁵ Cf. A. G. C. S. Sp. – Advertência aos futuros superiores aquando da Consagração ao Apostolado, LOPES – *Pe Joaquim*, p. 37.

²⁶ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 45.

²⁷ Cf. LOPES – *Pe Joaquim*, p. 47.

do seu plano evangelizador: ocupar o terreno, avançar para o interior criando escolas católicas²⁸.

Àquele tempo, perante as autoridades locais, os Protestantes ocupam um lugar de favor, ao passo que os missionários católicos se encontram em meio adverso. Será pela proximidade ao povo e pela excelência da formação humana e cristã que os Espiritanos conquistam o povo²⁹.

Alves Correia é, inicialmente, colocado na missão de Nteje³⁰ que conta com quatro postos catequéticos e escolares. Será, sobretudo, pelo exercício das obras de misericórdia que se abrirão as portas do coração do povo, sobretudo como resultado do apoio dado pelos missionário numa epidemia que devastou a cidade; diz-se deles: “cuidam dos vivos, enterram os mortos...gastam com os doentes as reservas em armazém, preparam-lhes refeições, mandam vir vacinas...”³¹. Será, depois, enviado para a missão de Ozubulu, em 1915, que conta com vinte e três postos avançados. Alves Correia entrega-se à continuação e fundação de novos postos, fazendo-se presente na promoção humana e na evangelização, na formação e na catequese de agentes pastorais, percorrendo o vasto território de bicicleta, procurando fazer-se próximo das comunidades a ele confiadas³². É, entretanto, colocado na missão de Eke, onde se empenha na continuidade do plano do Padre Shanaham de avançar para o interior, ocupar terreno, fazer-se presente³³. Contudo, em 1919, cai vítima duma biliose hematúrica, que ditará o seu regresso à Europa, em obediência a Monsenhor Shanaham, por receio de uma morte prematura³⁴. Acerca dos anos que passou na Nigéria escreverá mais tarde que:

“a fé cristã pegou como fogo no interior das terras; as cristandades nascem e consolidam-se com uma rapidez e força...estão em vias de se converter num povo de corajosos cristãos”³⁵.

1.4 - Formador e escritor

Restaurada a Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo, em 1919³⁶, o Padre Alves Correia é chamado nesse mesmo ano, por razões de saúde, a fim de se

²⁸ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 48.

²⁹ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 47.

³⁰ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 49.

³¹ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 49.

³² LOPES – *Pe Joaquim*, p. 51.

³³ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 54.

³⁴ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 55.

³⁵ JAC: *Anthropos XVI-XVII, 1921-1922*, pp. 363-364, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 56.

³⁶ Cf. NEIVA, Adélio Torres – *Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria. A história da Província Portuguesa*, Lisboa: Gráfica Povoense, 2005, p. 255.

dedicar à formação e promoção do apostolado, quer nas vocações, quer na imprensa e na animação missionária das comunidades³⁷. O seu primeiro trabalho foi o da formação de seminaristas, em Braga, na Quinta do Charqueiro, numa espécie de Seminário Menor, onde convergiam duas obras: a da formação de Irmãos Auxiliares³⁸ e a de Aspirantes a Clérigos³⁹ sendo separadas no ano seguinte, mas às quais Padre Alves Correia continuaria a dedicar-se como professor desde 1920 até 1922; entretanto será chamado para Lisboa para Procurador das Missões⁴⁰.

Em 1921, dada a força e entusiasmo do Padre Pinho⁴¹ em inúmeras obras e projetos, nasce uma publicação missionária “Missões de Angola e Congo”. Esta revista tem por finalidade a consciencialização e o despertar do País para as missões, descrevendo o trabalho dos missionários em terras de missão, apelando à solidariedade e contribuição para sua edificação e sustento. Ao Padre Alves Correia é entregue o cargo de Diretor e Editor, por reconhecimento das suas qualidades literárias e porque acabado de chegar das Missões a todos entusiasma, ajudando a criar empatia. A revista é também um meio de propaganda vocacional, pelo convite à vocação missionária em primeira mão, fruto dos testemunhos partilhados; tem também pendor informativo das obras e intenções, acenando à partilha e à colaboração na formação e na edificação de projetos missionários:

“O aparecimento desta publicação, como eco longínquo do trabalho heróico dos nossos missionários no continente africano, representa um apelo a todos os bons portugueses para que venham em auxílio desta Obra Missionária...”⁴².

A revista “Missões de Angola e Congo” foi o instrumento que reuniu homens e recursos, que motivou, despertou e impulsionou a missão, pelo testemunho e pelo entusiasmo deste homem de Deus e amigo dos homens. Em Dezembro de 1943 saiu o último número da publicação, surgindo em Janeiro de 1944, uma nova série a que se chamou “Portugal em África”⁴³.

³⁷ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 66.

³⁸ Irmãos Auxiliares são leigos, com formação humana e profissional, inteiramente consagrados a Deus, que irmanam com o sacerdote missionário no mesmo esforço de desbastar a alma do indígena, preparando-o, para ocupar um lugar digno na sociedade e na Igreja.

³⁹ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 269.

⁴⁰ O Procurador das Missões é quem representa a Congregação junto do Governo, o que o leva vezes sem conta aos Ministérios, e do acolhimento caloroso e atencioso aos missionários que vão passando, auxiliando os que estão longe com o envio de bens e ajudas, procurando suprir às suas necessidades.

⁴¹ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 271.

⁴² *Missões de Angola e Congo*, Lisboa, nº 1 (Janeiro de 1921), pp. 1-ss.

⁴³ Cf. NEIVA – *Congregação*, pp. 457-ss.

Deste período datam grande parte dos escritos de Alves Correia, apesar de alguns só serem concluídos e publicados muito mais tarde. Destacam-se “Civilizando Angola e Congo”, em 1922, que visa acordar a consciência missionária do povo português; “Evangelistas do trabalho”, que publicará em 1923, fruto da sua convicção da urgente necessidade de Irmãos Auxiliares para o trabalho missionário, pelo qual visa o despertar das vocações laicais consagradas na Congregação e na Igreja; em 1931, publica “A Largueza do Reino de Deus”, que mais não é do que a compilação de vários artigos já publicados em vários outros periódicos⁴⁴, fruto do inconformismo com certas situações religiosas e sociais que estimulavam o seu sentido crítico, alicerçado na verdade do Evangelho; e embora o texto tenha abalado e feito correr muita tinta, o seu pensamento estava de acordo com a doutrina e ortodoxia⁴⁵; em 1936, publica “Dilatação da Fé no Império Português” e “Missões Católicas Portuguesas”, duas obras que o honram como historiador das Missões, o primeiro sobre a expansão portuguesa da fé, de 1219 até aos fins do século XVI; o segundo, sobre a decadência missionária nas colónias portuguesas, desde 1759, com melhorias e retrocessos, até 1926, com a publicação do Estatuto Orgânico das Missões Portuguesas; em 1933, publica “De que Espírito somos”, propondo uma vida de intimidade e de oração e os fundamentos do seu pensamento crítico da sociedade que se diz cristã⁴⁶; em 1941, publica “Vida mais alta”, tratado que é um misto de espiritualidade e sociologia, encarnando os princípios e realidades sobrenaturais como ideal cristão na vida humana; em 1941, publica “O Cristianismo e a Mensagem Evangélica”, exaltando o amor como essência da religião, porque todos somos filhos de um mesmo Pai Celeste. Nesta obra, Alves Correia aplica verdades expressas no Evangelho à vida individual, social e eclesial⁴⁷.

Pelo seu labor como formador de gerações, pela palavra e pela escrita, podemos dizer que este homem foi um verdadeiro arauto e profeta, que não se silenciou nem se deixou levar pelas correntes do conformismo, mas que sempre se pautou pela fidelidade ao Evangelho, deixando-nos verdadeiros desafios, com premente atualidade, com o único objetivo de nos fortalecer as convicções e o compromisso, como se poderá comprovar na sua exclamação:

⁴⁴ As publicações referidas são sobretudo da revista *Reinado Social do Coração de Jesus*, mas também de *Missões de Angola e Congo*, entre outras.

⁴⁵ Cf. LOPES – *Pe Joaquim*, pp. 234-236.

⁴⁶ Cf. CORREIA, J. Alves – *De que Espírito Somos*, 2ª Edição, Lisboa: Editorial L.I.A.M, 1968, pp. 6-ss.

⁴⁷ CORREIA, Joaquim Alves – *O Cristianismo e a mensagem evangélica*, Lisboa: Editora Cosmos, 1941, pp. 19-ss.

“Ó Portugal cristão! Se queres conservar a tua cristandade, acende as almas da tua luz, salva na tua fé a humanidade escurecida dos infieis, desempenha-te da tua responsabilidade de povo civilizador, numa palavra: dilata a fé”⁴⁸.

1.5 - Atividade social, pastoral e política

Defensor, desde a sua juventude, do republicanismo democrático, com o andar dos tempos tanto se desilude com o caos da Primeira República, como com a opressão da ditadura militar e do Estado Novo. Por isso, Alves Correia gritou, a seu tempo, defendendo a Doutrina Social da Igreja, que tem por fundamento o Evangelho: ser a voz dos sem voz; dar de comer a quem tem fome; vestir os nus; defender os mais debilitados⁴⁹, incapazes de fazerem valer os seus direitos; visitar os presos⁵⁰

“É inútil pretender vida espiritual, piedosa e cristã, sem a impregnar de caridade. E enganar-se-ia quem se julgasse quite do preceito do Senhor, pagando simplesmente o imposto da esmola, que ajuda a matar ao pobre a fome ou a tirar-lhe o frio. Esmolas também as davam os fariseus, e a toque de trombeta!...”⁵¹.

Defende abertamente a liberdade e a democracia, bem como a renovação da estrutura da Igreja Católica, que considera covarde e hipócrita. Exerce como animador espiritual dum grupo de universitários denominado «Metanóia», que pugna por uma Igreja mais evangélica, mais próxima da Igreja Primitiva, defendendo uma renovação da Igreja por dentro, sem fraturas, considerando-a demasiado tridentina.

O Padre Alves Correia é um desempoeirado, que não se deixa levar por ideias ou ideais pré-concebidos, mas pensa o que vive e vive o que pensa:

“Não pode a Igreja sofrer calada uma tal desigualdade. Não a louva, sobretudo, quando os ricos, que assim abusam da sorte, são cristãos e comungantes do Corpo do Senhor. Comungantes e réus do sangue de Cristo,

⁴⁸ CORREIA, J. Alves – Despedida dos leitores e assinantes da Revista “Missões de Angola e Congo”, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 103.

⁴⁹ Acompanha pastoral e pedagogicamente várias obras sociais em Lisboa, com destaque para orfanatos, colégios, colónias de férias e bairros pobres... dedica-se a várias capelanias: as Doroteias, o Orfanato de Sta. Isabel – Lumiar (É homenageado na Assembleia Geral do Orfanato de 27 de Dezembro de 1938 por Henrique de Mendonça como sendo “braço direito desta casa e diretor espiritual das criancinhas”; sendo, na Assembleia de 28 de Março seguinte, apresentado como vogal, sendo-o até falecer, em 1951), as Florinhas da Rua – Setúbal (Colabora na catequese e formação humana das educandas, sendo muito estimado pelas crianças que o tratavam por “Pai Correia”. No dia da sua partida para os EUA, depois de celebrar a Missa e se despedir irão ao aeroporto um grupo destas crianças, para lhe exprimir a sua simpatia, consolação e carinho através do beijo inocente de suas “filhas”).

⁵⁰ Visita prisões, com os alunos da Escola colonial, e bairros degradados em Lisboa e arredores, como testemunha Monsenhor Moreira das Neves, que foi chefe de redação do jornal *Novidades*.

⁵¹ CORREIA, J. Alves (C.S.Sp.) – *Vida mais alta (Perene Espírito Novo)*, 3ª Edição, Lisboa: Editorial LIAM, 1967, p. 87.

que é símbolo do amor até à imolação. De sacrificio e de ativa caridade fraterna”⁵².

Nos seus artigos⁵³, denuncia muitas vezes a questão das más condições e as carências da classe operária, condena a hipocrisia farisaica dos capitalistas que reservam os lucros para a luxúria e não se importam com a fome, a escassez e a miséria imerecida do operário trabalhador, que com o seu escasso salário procura matar a fome aos seus.

É verdade que não foi escutado nem atendido o seu clamor, porém não parou nem se silenciou, perante as vozes e resistências que queriam silenciar os seus escritos e as questões incómodas que aborda em defesa das liberdades civis:

“A ignorância do tempo levava a relegá-lo para a sacristia, limitá-lo às suas funções sagradas, e os poderes políticos a silenciá-lo quando tratava dos direitos e deveres da pessoa humana e do Estado. Falar ou escrever da igualdade dos homens, dos deveres e direitos que incumbem às diversas classes sociais, dos direitos dos trabalhadores, humilhados e desprezados, era atentar contra a ordem estabelecida, era perturbar a paz podre em que tantos plutocratas espoliavam os demais sem escrúpulos de consciência”⁵⁴.

1.6 - Oposição ao Regime e exílio

Ao falarmos sobre Alves Correia não podemos deixar de referenciar a forma como se apresentava perante o mundo: um homem livre, defensor das liberdades civis, um homem que não se calava e dizia o que pensava e em que acreditava.

Assim o descreve o Padre Francisco Lopes:

“Alves Correia apresenta-se à Nação como homem livre, que não abdica da sua consciência e dos seus direitos. Fá-lo iluminado pelos Evangelhos. Falar alto e claro é o crime, que o Ditador, com os seus sicários, lhe não perdoaram”⁵⁵.

Neste espírito de defensor das liberdades civis e no diálogo bem pensante que visa o debate livre de ideias, em 1945, Alves Correia junta-se com outras personalidades⁵⁶, alguns seus antigos alunos, ao Movimento de Unidade Democrática – MUD, destinado a fazer oposição à União Nacional, nas eleições “livres”, de 18 de Novembro de 1945, para a Assembleia da República. Durante a campanha, no dia 19 de Outubro, aniversário da Revolução de 1921, foram soltos nos céus da Capital, pela União Nacional, “folhinhas manchadas de sangue com os nomes das vítimas a nadar na mancha e a denúncia dos

⁵² CORREIA, J. Alves – A largueza do Reino de Deus, 3ª Edição, Lisboa: Editorial “Acção Missionária”, 1943, p. 129.

⁵³ Alguns títulos dos seus artigos no Jornal *Era Nova*: Os intelectuais e a classe operária; A liberdade e a defesa do trabalho; Sindicalizai-vos;

⁵⁴ LOPES – *P. Joaquim*, p. 129.

⁵⁵ LOPES – *P. Joaquim*, p. 208.

⁵⁶ João Sá da Costa e Fernando Ferreira da Costa, entre outros.

governos anteriores ao 28 de Maio [de 1926], como sendo aquilo mesmo, como tendo por símbolo vivo o 19 de Outubro”⁵⁷. Este acontecimento inflamaria a pena do “Padre Larguezas”⁵⁸, causando-lhe revolta e indignação, expressa como protesto no artigo da sua autoria “O mal e a caramunha”:

“Aqueles que a todo o custo querem fazer crer que a democracia pode ser um regime toleravelmente bom mas não para os desordeiros portugueses, costumam tocar a rela das revoluções – aquele período que nos fazia apontar pelos estrangeiros como a terra das revoluções anuais. A culpa, naturalmente, era dos republicanos. Não falando já da couceirada, que perturbou a vida da República logo desde o segundo ano (e que ninguém se atreverá a atribuir aos republicanos....) era bom considerar de onde vieram as perturbações irritantemente crónicas. Seriam as constitucionais que, desde Pimenta de Castro até aos heróis de 18 de Abril, teimaram em impor pela rebelião a vontade de um grupo de descontentes à vontade geral expressa pelo sufrágio? Evidentemente, às “situações” impostas pelos bacamartes os constitucionais organizados se encarregaram de responder com outro golpe que pusesse os “situados” nos seus lugares. Mas estes, tentados pela profissão e pelas armas que a nação lhe confiava, não souberam resistir às tentações e ocuparam por fim de vez o poder à má cara. Foi deste definitivo golpe que saiu uma ordem que até agora ainda não prescindiu de uma política de vigilância que não dá satisfações a ninguém. Oxalá as recentes disposições do Governo consigam levar o povo a uma ordem mais livremente aceite! Era muito cómodo, mas muito pouco corajoso, atirar à cara deste povo irrequieto com a responsabilidade da desordem pública, quando o pobre povo nem responder podia. O dia 19 de Outubro era sempre aproveitado para esmagar o povo republicano com a flagrância da sua incapacidade de cordura. E contudo não foi o povo republicano que foi ouvido para se sustarem as bem encaminhadas investigações para o apuramento das responsabilidades daquele horrível movimento e de mistério tenebroso da Camioneta Fantasma. Como o Dente-de-Oiro se lembrou, numa crise de raiva, de confessar à Policia que tinha recebido de um rábido monárquico, ex-republicano e padre, na redação de um jornal monárquico, dinheiro para as despesas das revoluções e, como Burbon e Meneses estranhava, num estudo que publicou sobre o caso (a propósito da viúva de Carlos da Maia sobre as suas entrevistas com o Dente-de-Oiro) que fossem monárquicos e reacionários os beneméritos Mecenas da “Imprensa Nova”- o pretensu jornal ultra republicano que preparou o ambiente de ódio que vitimou António Granjo, Carlos da Maia Machado dos Santos – achou-se mais conveniente, depois do “28 de Maio”, pôr uma pedra sobre as investigações e sobre o trágico dia. É possível que fosse acertado e que o mistério irritante fosse afinal indecifrável... Mas não é justo, nem ordeiro, nem moralmente elegante, continuar a atirar com o horror daquele tenebroso dia aos amigos das vítimas dele. Não. Não é sincero nem decente”⁵⁹.

O artigo foi enviado pelo Autor ao “Jornal do Comércio e das Colónias”, onde trabalhava Raúl Rego⁶⁰, seu ex-aluno, pelo que, verificando este a recusa da sua publicação pela redação do referido jornal — mercê do seu carácter polémico —, o envia,

⁵⁷ Cf. CORREIA, J. Alves – *Explicações a quem por cá fica*, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 155.

⁵⁸ “Padre Larguezas”: ficou assim conhecido depois de ter publicado uma das suas obras intitulada *A largueza do Reino de Deus*.

⁵⁹ CORREIA, J. Alves – *O mal e a caramunha*, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 156.

⁶⁰ Posteriormente grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, de 1988 a 1990, Cf. *Diário de Noticias* (5-6-1988), in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 156.

por sua vez, para o jornal “A República”, da oposição ao regime, sem de tal dar conhecimento ao Padre Alves Correia⁶¹.

Chamado o Padre Provincial a S. Bento, duas soluções foram propostas para Alves Correia: ou a prisão do Tarrafal ou o exílio. O Superior Provincial escolheu a segunda e manda Alves Correia para os Estados Unidos da América, colaborando com o seu silenciamento! Há, entretanto, algo a ter bem presente: o Conselho Provincial — órgão de governo da Província religiosa — não queria cair no desagrado de Oliveira Salazar, o que acarretaria uma série de repercussões negativas sobre a Congregação em Portugal e no Ultramar, e também não se dispunha a sofrer com a superficialidade da imprensa católica de pendor nacionalista. A seu tempo, através de uma carta que fará publicar no jornal “A Voz”, de 2 de Fevereiro de 1945, o próprio Padre Alves Correia fará saber que a responsabilidade do artigo é sua e que a Congregação nada tem a ver com o assunto. Contudo, em seu entender, apenas de um crime poderia ser acusado: o de ser defensor da liberdade e da verdade, de falar alto e de forma clara, onde a repressão, a censura e a cobardia de muitos não tolera o debate livre de ideias que inquieta e desperta consciências, e que, por isso mesmo, não convinha!

À hora em que o Superior Provincial o força moralmente para o exílio, o Padre Alves Correia é assim descrito:

“Religioso exemplar, duma vida sobrenatural intensa, transbordante de bondade, de caridade para com todos, com um coração cheio de compaixão pelos pobres e miseráveis”⁶².

A partida acontece a 17 de Fevereiro de 1946. Com alma despedaçada, com mágoa, mas como ele próprio dirá: “parto para o exílio... não levo qualquer remorso... um dia a luz se fará...”⁶³.

1.7 - Professor nos E.U.A.

Foi enviado para San Diego, na Califórnia, como animador espiritual das comunidades portuguesas da costa oeste dos EUA, como auxiliar do pároco local. Estas tarefas, porém, fazem-no sentir vazio, pois os trabalhos que lhe confiaram não lhe preenchem a vida, visto que uma vida sacerdotal mole e preguiçosa era, por ele, considerada indigna.

⁶¹ NEIVA – *Congregação*, p. 445.

⁶² A. G. C. S. Sp., 5, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 162.

⁶³ A. G. C. S. Sp., 24, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 168.

O *Diário de Notícias de New Bedford*⁶⁴ permitiu-lhe, entretanto, continuar a publicar artigos, “sobre o dever missionário de todos os cristãos, sobre a situação dos portugueses na América e a justiça social aí encontrada, comparando salários e custo de vida”⁶⁵. Contudo, desde longe, Oliveira Salazar ameaça «mandar alguém para o calar à força»⁶⁶ se a Congregação o não amordaçar a bem. António Oliveira Salazar escreve, então, ao Cardeal Cerejeira uma autêntica intimidação ditatorial:

*“Será que V. Ex.^a ou a Congregação a que pertence o Padre Alves Correia quererão mandá-lo calar ou querem que o Governo da Nação tome as necessárias medidas para isso?”*⁶⁷.

Como consequência, são tomadas as diligências devidas, e, entretanto, comunica-se ao exilado Padre Alves Correia:

*“a expressa proibição de escrever seja o que for, em jornais e revistas (...) em qualquer língua e em qualquer periódico”*⁶⁸; *“nada de política, proibição absoluta, pois não deve criar inimigos...aos confrades de Portugal”*⁶⁹.

Como religioso ciente dos seus compromissos para com a Congregação, Alves Correia deixará de escrever, pelo que se abate sobre si o desânimo e surge a tentação de abandonar a Congregação, por sentir-se inútil e injustiçado, visto que em nada comprometera a Igreja, e sempre se esforçara por dizer a verdade evangélica, por testemunhar o seu zelo de missionário e de homem de Deus dedicado à humanidade.

Em 1947 foi duplamente convidado a integrar a Província americana espiritana, e para lecionar na Universidade de Duquesne⁷⁰, em Pittsburg, Boston, as disciplinas de ciência política e de sociologia, da qual é nomeado catedrático, apesar de nunca ter concluído uma licenciatura com validade académica. Esta porta que se abriu — o acolhimento fraterno da Província americana e um lugar na Universidade para que se sentisse útil à Congregação, à Igreja e à Sociedade — foi o melhor desfecho para uma vida até ali nada agitada. Contudo, como professor universitário manterá a sua vocação de interventor social, e a esperança de retornar à pátria como paladino da renovação da

⁶⁴ Jornal diário dos portugueses na América.

⁶⁵ Arch. Pittsburg, 20, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 174.

⁶⁶ LOPES – *Pe. Joaquim*, p. 173.

⁶⁷ Arch Pittsburg, 17 – Carta do Provincial de Portugal de 29-05-1946, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 173.

⁶⁸ A. G. C. S. Sp., 33, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 174.

⁶⁹ Arch. Pittsburgh, 62, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 175.

⁷⁰ É o Padre Collins, Provincial dos Estados Unidos, quem o convida, procurando salvar Alves Correia, pois é muito estimado pelos confrades americanos: “Fiquei triste com a sua carta. Porque não ficar na Província e ensinar Ciência Política... seria bem-vindo! Na sua idade, é mais do que difícil procurar novas pastagens. No meu entender, seria uma enorme asneira. ”. Cf. Arch. Pittsburg, 36 – carta de 5-11-1946, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 177.

Igreja, procurando abrir caminho para uma situação mais democrática e cristã da sociedade! É ele mesmo quem o afirma nas suas muitas cartas:

“O trabalho que faço aqui é interessante, mas bastante ornamental...quem me dera em Portugal, nunca, porém, ... à custa da abdicação da consciência”⁷¹.

“Gostar de Sociologia não é estar satisfeito com este trabalho, que faz esquecer a sorte do preso”⁷².

Naquele mesmo ano de 1947 — o Padre Alves Correia, figura ascética, de alimentação moderada, trabalhador, a quem a luta de ideais sempre despertava novas energias — começa uma nova e definitiva *via crucis*: a sua saúde começa a degradar-se com grande rapidez. Primeiro brota-lhe um inchaço no pescoço (glândula maligna), depois conclui-se que sofria de carcinoma nos pulmões. Iniciam-se, então, prontamente, os contatos procurando o seu repatriamento, pois sempre se mostrara saudoso da sua terra e dos seus, sem rancor contra ninguém por quanto lhe sucedera. Infelizmente, o galopante agravamento do seu estado de saúde tornou impossível qualquer viagem, pelo que depois de tomar consciência da situação, se entregou à vontade de Deus, com serenidade, edificando a todos com a sua piedade.

Morrerá a 1 de Junho de 1951, de cancro do pulmão. O funeral realizou-se na capela da Universidade de Duquesne, sendo sepultado no cemitério de Santa Maria, em Pittsburgh, no jazigo da Congregação. A sua memória perpetua-se graças a uma pintura mural, na sala de jantar da Universidade reservada aos professores: um dos apóstolos à mesa na última ceia, foi pintado com os seus traços fisionómicos.

Morreu um missionário espiritano com voz de profeta; a sua voz, porém, não se calou, tal como bem escreveu o Padre Francisco Lopes, no livro *Padre Joaquim Alves Correia – Ao serviço do Evangelho e da Democracia*:

“Calou-se a voz do missionário que foi visceralmente, no correr de toda a vida, anunciando aos nigerianos, portugueses e estado-unidenses, de todas as camadas sociais, que Jesus Cristo é o único Salvador da Humanidade. Calou-se o sociólogo, que pela palavra falada e escrita, se bateu pelos direitos divinos da pessoa humana, numa sociedade em que todos, basicamente, são iguais, porque filhos do mesmo Pai que está nos céus. Calou-se o profeta, que troou aos quatro ventos as injustiças sociais, com que os ricos exploram os pobres trabalhadores, reduzidos, quantas vezes, à fome e à miséria.

Calou-se o crítico da Igreja Católica, que ele amava e Cristo quer “gloriosa e imaculada, sem mancha nem rugas, mas Santa e irrepreensível” (Ef. 5-27). Nunca negou as baixezas de alguns que pretendem servi-la, mas arrastam na lama a túnica imaculada da Esposa do Cordeiro.

⁷¹ Cf. Arch. Pittsburg – Carta de 09-04-1949, in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 183.

⁷² Cf. Arch. Pittsburg – Carta sem data (Dc. 6.3), in LOPES – *Pe Joaquim*, p. 183.

Extinguiu-se o Homem, que tanto sabia allear-se às reflexões teológicas mais elevadas, como falar com a simplicidade de Cristo às crianças dos orfanatos que serviu e amou.

Extinguiu-se o historiador das Missões, que soube condensar nas páginas por ele lavradas, o heroísmo dos humildes e valorosos campeões da selva, que levaram consigo o nome de Cristo e de Portugal às mais remotas partes do globo.

Extinguiu-se o homem, mas não o eco evangélico das palavras com que vergastava os que desafiavam a justiça da humanidade, sorvendo o sangue dos irmãos, para matar a sede infrene que lhe devorava as entranhas desumanas.

Apagou-se o religioso humilde, o primeiro na oração, o religioso obediente que, reconhecendo embora a fraqueza dos Superiores, acaba por partir para a estranja, libertando-os do torvelinho incomodo que a sua sede insaciável de justiça e de verdade provocara.

Descansa, Joaquim, das lutas do mundo, no abraço do Pai, em cujo amor acreditaste, amor que atinge as fronteiras da humanidade”⁷³.

Postumamente, quase trinta anos após a sua morte, após a Revolução do 25 de Abril de 1974 e o estabelecimento do regime democrático, Alves Correia voltaria a ser evocado, celebrado e distinguido em Portugal, mais precisamente no dia 25 de Abril de 1980, com o Grande Oficialato da Ordem da Liberdade⁷⁴, galardão instituído em 1976 pelo Governo presidido pelo Dr. Mário Soares, visando-se “galardoar serviços relevantes prestados à causa da democracia e da liberdade”⁷⁵.

Em escassas linhas esta é uma breve narrativa duma vida que bem merece ser celebrada com traços de heroicidade e reconhecimento pelo seu contributo cívico, social, eclesial, visto que Alves Correia sempre pautou a sua vida pelo ideal cristão, que tem o Evangelho por bandeira, tal como ele próprio afirmou:

“Nós, os cristãos, temos de ser os campeões do direito da consciência alheia e da nossa e do amor ao povo oprimido e espezinhado, não porque é do nosso tempo a Democracia, mas porque era ser hipócrita ter o Evangelho por bandeira e acamaradar com os tiranos, com o egoísmo, com o orgulho”⁷⁶.

Neste mesmo espírito, a Província portuguesa da Congregação do Espírito Santo criou em sua homenagem o CEPAC⁷⁷ – Centro Padre Alves Correia. O CEPAC nasceu

⁷³ LOPES – *Pe. Joaquim*, p. 192.

⁷⁴ Cf. LOPES – *Pe. Joaquim*, p. 203.

⁷⁵ LOPES – *Pe. Joaquim*, p. 203.

⁷⁶ Cf. CORREIA – *A Largueza*, p. 22.

⁷⁷ A sua aprovação oficial como pessoa de utilidade pública foi publicada no nº 166 do Diário da República (III série), em 17 de julho de 1993. Desde o início, o CEPAC tem procurado exercer as suas atividades de apoio aos imigrantes e refugiados em Portugal sobretudo nas seguintes áreas: Apoio administrativo e documental; Esclarecimento e defesa dos direitos dos imigrantes e suas famílias; Apoio às famílias com carências económicas; Apoio jurídico em processos litigiosos; Promoção cultural e social; Apoio aos jovens estudantes africanos; Informação e sensibilização da opinião pública sobre os problemas específicos da imigração.

como fruto do trabalho feito pelos Espiritanos no domínio do acolhimento e acompanhamento dos imigrantes africanos, nomeadamente cabo-verdianos, desde os inícios dos anos 70, primeiro por iniciativa do saudoso Padre José Vaz e depois pelo responsável da capelania africana de Lisboa, o Padre Afonso Cunha⁷⁸.

⁷⁸ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 877.

CAPÍTULO II

AS ORIGENS DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO

Não podemos conhecer o Padre Alves Correia sem conhecermos o seu contexto sócio-religioso, no caso a Congregação Religiosa que o formou, lhe ofereceu horizontes e lhe imprimiu a sua espiritualidade e sensibilidade herdadas dos Fundadores. Para melhor o conhecermos, temos, forçosamente, de apresentar alguns traços históricos da Congregação do Espírito Santo, bem como, a história dos seus Fundadores e das suas origens. Só assim, poderemos perspectivar a herança espiritual por eles legada e vivida com fidelidade por tantos espiritanos como o Padre Alves Correia.

2.1 - O carisma da Congregação dos Missionários do Espírito Santo

Um Instituto Missionário não se edifica sentado à mesa de trabalho, como um projetista que faz o delineamento do seu projecto; antes brota como um dom de Deus que se vivencia, e através da qual surge um percurso espiritual iniciado pelo Fundador

“A expressão "carisma dos fundadores" designa, em seu sentido geral, o dom do Espírito benevolentemente oferecido por Deus a alguns fundadores, homens ou mulheres, para produzir neles certas capacidades que os tornam aptos a iluminar novas comunidades de vida consagrada na igreja....”⁷⁹.

É através de cada Fundador que se ilumina e dá rosto a uma determinada página do Evangelho: a misericórdia, a hospitalidade, a caridade, a missão, conforme o carisma que o Espírito Santo vai transmitindo. É, por conseguinte, através da leitura dessa página do Evangelho, que o Fundador tenta responder a um determinado chamamento que desabrocha do meio do povo: Assim, Francisco de Assis começou por beijar um leproso; Vicente de Paulo fez-se aprisionar nas embarcações dos escravos... e tantas outras inspirações diversificadas poderíamos enumerar, todas elas, dadas pela ação do Espírito Santo. São estas experiências fundantes que são a base e acompanham o Instituto ao longo da sua história e que o levam a dar resposta aos chamamentos que o Espírito Santo vai lançando à Igreja.

⁷⁹ RODRÍGUEZ, Angel Aparicio – CASAS, Joan Canals – *Diccionario Teológico de la Vida Consagrada*, Madrid: Publicaciones Claretianas, 1989, p. 151 - (tradução própria).

“Como toda a existência cristã, também a vocação à vida consagrada está intimamente relacionada com a obra do Espírito Santo. É Ele que, pelos milénios fora, sempre induz novas pessoas a sentirem atracção por uma opção tão comprometedora. Sob a sua acção, elas revivem, de certo modo, a experiência do profeta Jeremias: «Vós me seduzistes, Senhor, e eu deixei-me seduzir» (20,7). É o Espírito que suscita o desejo de uma resposta cabal; é Ele que guia o crescimento desse anseio, fazendo amadurecer a resposta positiva e sustentando, depois, a sua fiel realização; é Ele que forma e plasma o espírito dos que são chamados, configurando-os a Cristo casto, pobre e obediente, e impelindo-os a assumirem a sua missão. Deixando-se guiar pelo Espírito num caminho ininterrupto de purificação, tornam-se, dia após dia, pessoas cristiiformes, prolongamento na história de uma especial presença do Senhor ressuscitado”⁸⁰.

Como procedências de inspiração dos Missionários do Espírito Santo podemos salientar: as intuições dos Fundadores e as suas práticas de fé; a vida de fraternidade ou a descoberta do irmão, a leitura histórica como agenda de Deus; a vida apostólica como entrega da vida a Deus; a solidariedade com os pobres; a oração como lugar de confiança de Deus⁸¹. Observemos então as leituras feitas pelos Fundadores da Congregação do Espírito Santo: Poullart des Places e Francisco Libermann.

2.2 – Vida e obra de Poullart des Places

A 26 de Fevereiro de 1679 nascia na cidade de Rennes, na Bretanha, França, Cláudio Poullart des Places⁸². Os seus pais foram Francisco Cláudio Poullart des Places e Joana Le Meneust. O nascimento de Cláudio foi considerado pela família uma graça de Deus, visto que seus pais se sentiam inquietos por não terem uma linhagem que pudesse continuar a lutar pelo título de nobreza⁸³. De facto, nas últimas duas ou três gerações a família vira-se desprovida dos seus títulos de nobreza e da maior parte dos seus haveres. Francisco Poullart estudara Direito na Universidade de Nantes, e terminado o curso, alcançara emprego no Parlamento da Bretanha, onde executara notável trabalho como advogado⁸⁴. Ao casar-se, porém, com Joana Le Meneust⁸⁵, Francisco lograra a

⁸⁰ JOÃO PAULO II – Exortação apostólica pós sinodal *Vita Consecrata*, nº 19, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp_ii_exh_25031996_vita-consecrata.html.

⁸¹ Cf. NEIVA, A. – *Com a força do Espírito. A missão espiritual hoje*, Missionários do Espírito Santo: Lisboa, 2002, pp. 10-11.

⁸² Cf. RIAUD, Alexis – *Claude-François Poullart des Places. Fondateur de la Congrégation du Saint-Esprit 1679-1709*, Paris: Les Fraternités du Saint-Esprit, 1985, p. 13.

⁸³ Cf. LOPES, Francisco – *Ao encontro dos pobres. Vida do Pe. Cláudio Francisco Poullart des Places (1679-1709) Fundador da Congregação do Espírito Santo*, Braga: Tip. Barbosa & Xavier Lda, 1983, p. 11.

⁸⁴ Cf. MICHEL, Joseph – Cláudio Francisco Poullart des Places e as almas abandonadas, in *Missão Espiritana*, nº 16/17 (2009/2010), p. 128.

⁸⁵ Foi educadora dos filhos do Conde de Marbeuf, Presidente do Parlamento da Bretanha.

oportunidade de reconquistar o título nobiliárquico; para que tal sucedesse tornava-se fundamental que nascesse um filho⁸⁶. Os empreendimentos do senhor des Places haverão de contribuir para a edificação duma grande riqueza graças a uma prodigiosa e múltipla actividade de advogado, juiz-guarda da Moeda, comerciante e rendeiro de vários benefícios. Entende-se, por isso, a cláusula que surge no registo de casamento, como expressão desse desejo de reaver os títulos nobiliárquicos: “Declarou o dito Poullart, senhor des Places, não renunciar nem tomar a qualidade de escudeiro, adquirido pelos seus antepassados, até reaver os seus títulos”⁸⁷.

Mas o que importa destacar são as influências que Cláudio Poullart des Places sofreu ao longo do seu percurso formativo. Pode dizer-se que recebeu, desde muito novo, uma distinta educação humana e cristã, sob a orientação de um tutor⁸⁸. A partir dos 11 anos a sua formação realizou-se no colégio dos jesuítas, Colégio de S. Tomás – de imenso prestígio em Rennes. É aqui, neste colégio que sofre uma dupla influência: da espiritualidade inaciana⁸⁹ e da escola francesa⁹⁰. Esta dupla influência espiritual vai permitir-lhe discernir melhor a sua orientação vocacional graças aos retiros espirituais, bem como pela vida de oração através da participação em grupos de oração que o estimulam para o serviço aos mais pobres em contraponto com os ideais de grandeza da nobreza. Dentro desta esfera de influências, Cláudio dar-se-á conta da necessidade de formação de novos evangelizadores. Desta forma, se pode compreender que desde a sua infância Poullart des Places sentiu o apelo para a vida sacerdotal. Contudo, como já se disse, entrevia-se (e era visto) como o futuro da família – a única esperança que tinham de recuperar o título de nobreza. Porém, o anseio de ser sacerdote não parava de o inquietar.

“Ó meu Deus, que conduzis à Jerusalém celeste os homens que se confiam verdadeiramente a Vós, recorro à vossa divina Providência, abandono-me inteiramente a ela, renuncio às minhas inclinações, aos meus apetites e à

⁸⁶ Cf. LOPES – *Ao encontro*, pp. 11-13.

⁸⁷ MICHEL, J. – *Claude-François Poullart des Places, Fondateur de la Congrégation du Saint-Esprit*, Paris: Editions Saint-Paul, 1962, p. 12 – importa ressaltar que antes da reforma da nobreza bretã, em 1668, os Poullart tinham perdido a qualidade de escudeiro e a grande ambição de Francisco, pai de Cláudio, era introduzir a sua linhagem na nobreza.

⁸⁸ Cf. MICHEL – *Claude-François*, p. 17.

⁸⁹ Foi nos jesuítas que teve a oportunidade de fazer alguns retiros. Esses retiros espirituais foram decisivos para a sua vida. A partir das reflexões escritas por Poullart des Places, estes retiros são notáveis porque mostram o seu discernimento vocacional.

⁹⁰ Muitos jesuítas, no século XVII, contribuíram para a propagação desta espiritualidade. Implantaram nos seus colégios uma associação mariana, Porém, desde a sua infância que esta espiritualidade estava implícita: o seu pai pertencia a esta associação mariana; o vigário da sua paróquia é um seguidor convicto desta escola de espiritualidade; um grande amigo, dos anos de colegial em Rennes, Grignon de Montfort, distinguiu-se como um dos melhores discípulos desta escola.

minha própria vontade, para seguir cegamente a vossa. Dignai-vos dar-me a conhecer o que quereis que eu faça, a fim de que, vivendo aqui em baixo género de vida que me destinaste, possa servir-vos, durante a minha peregrinação, num estado em que eu seja agradável e no qual derramarei abundantemente sobre as graças de que necessito para dar-vos para sempre a glória que é devida à vossa divina Majestade”⁹¹.

Apesar dessa inquietação, seu pai conseguiu convencê-lo a estudar Direito em Nantes. Terminado o curso, Poullart des Places regressa à casa paterna e decide, depois de um retiro e muita meditação sobre o seu futuro, abandonar todos os sonhos que pertenciam à família, a fim de começar a formar-se para sacerdote⁹² no colégio dos jesuítas.

“Vós me procuráveis, Senhor, e eu fugia de vós. Tinheis-me dado a razão, mas não queria servir-me dela. Queria desentender-me convosco, e vós de modo algum o consentíeis. Não merecia eu que me tivésseis enfim abandonado, que vos tivésseis cansado de me fazer bem e começásseis a fazer-me mal? No castigo, ao sentir o peso do vosso braço, teria reconhecido a minha culpa, teria sentido a enormidade dos meus crimes. Como sois amável, meu divino Salvador! Não quereis a minha morte, não quereis senão a minha conversão. Como se tivésseis necessidade de mim, tratais-me sempre com doçura (...) Só a vós pertence, ó meu Deus, tocar o coração do homem. Que eu reconheça a eficácia do vosso amor, ao reconhecer o vosso poder! Amais-me, meu divino Salvador, e dais-me disso provas bem sensíveis. Sei que a vossa ternura é infinita, pois não se esgotou com as minhas inumeráveis ingratidões. De há muito que quereis falar-me ao coração, mas não tenho querido escutar-vos. Tentais persuadir-me de que quereis servir-vos de mim nas tarefas mais santas e religiosas, mas impressão do meu espírito, o mundo apaga, pouco depois, os sinais da vossa graça. (...) O assalto que me fizeste neste retiro será glorioso para vós, embora muito menos difícil que os anteriores. Não vim aqui defender-me, mas para me deixar vencer. Falai, meu Deus, quando vos aprover”⁹³.

Logo que Poullart des Places tomou a decisão de ser sacerdote foi viver para o Colégio Louis-Le-Grand, dos jesuítas, em Paris. A partir desta decisão radical, sobressaem três fatores que sustentam o clima de intenso fervor espiritual e que têm como consequência a fundação da Congregação do Espírito Santo. Em primeiro lugar, a leitura da biografia de Le Nobletz⁹⁴ – esta leitura impressionou-o visceralmente, tendo vindo ao encontro das resoluções que tomara num retiro: desprezo pelos atrativos do mundo, superação do respeito humano, ascese vivida como meio pedagógico na busca de

⁹¹ LÉCUYER, J – Les Écrits de Claude-François Poullart des Places (1679-1709), in *Cahiers Spiritains*, nº 16 (1983), p. 40.

⁹² Cf. NEIVA, A. – *Os três pilares da espiritualidade de Poullart des Places*, in <http://claudio300anos.blogspot.pt/2009/10/os-tres-pilares-de-espiritualidade-de.html>.

⁹³ LÉCUYER, J. – *Les Écrits de Claude-François Poullart des Places (1679-1709)*, p. 41.

⁹⁴ Michel Le Nobletz (1577-1652) foi um dos grandes missionários da Contra-Reforma, mas de uma forma bastante activa na Grã-Bretanha. Foi considerado venerável pelo Papa Leão XIII, em 1897.

santidade⁹⁵. O segundo fator baseia-se na participação nos encontros da *Assemblée de amigos (Aa)*⁹⁶. A participação neste grupo de espiritualidade implica o cultivo de uma sólida vida interior; esta vida, apoiada na prática sacramental, na oração e na imitação de Jesus Cristo, devia passar pelo amor aos irmãos, preferencialmente, os mais pobres. Por fim, um último fator inspirador foi a receção da tonsura (Agosto de 1702): Poullart des Places recebe a visita do seu grande amigo Grignon de Montfort, que o convida a fazer parte do seu projeto de fundação de uma família religiosa missionária: a Companhia de Maria. Mas, tal convite não foi aceite, pois na sua mente haveria um outro plano⁹⁷, tal como se pode ler na resposta dada ao seu amigo: «Se Deus me conceder a graça, podés contar com missionários; formá-los-ei, e dar-lhe-ás trabalho»⁹⁸.

Recebe, desde logo, o apoio dos jesuítas; em primeiro lugar, porque também eles eram sensíveis ao impacto da pobreza social. Neste particular, um grupo se destaca, os Saboianos, crianças limpa-chaminés sem instrução, a quem Cláudio dá não só formação catequética, mas com quem reparte algum do dinheiro que recebe dos pais. Um outro grupo o atrai: é o dos jovens sem possibilidades financeiras e que trabalham para financiar os estudos teológicos. Cláudio é o seu mecenas, pois os reúne numa casa e os ajuda na formação, alimentação e vida espiritual. Este grupo está na base da fundação do Comunidade-Seminário do Espírito Santo⁹⁹; em segundo lugar, porque a Comunidade-Seminário de Poullart des Places constituía uma alternativa à do Pe. Gillot, diretor do ensino de Sorbonne¹⁰⁰. Assim, os novos estudantes que pertenciam ao Seminário do

⁹⁵ Cf. LOPES – *Ao encontro*, pp. 43-46.

⁹⁶ Grupo de espiritualidade, criado pelos jesuítas, sob a inspiração da escola de espiritualidade francesa, que tinha por objetivo a formação espiritual de estudantes de teologia e de leigos desejosos de perfeição evangélica - cf. SEIXAS, J. – *Antologia Espiritana. Cláudio Poullart des Places*, vol. I, Madrid: Congregación del Espíritu Santo, 2001, pp. 104-106.

⁹⁷ Cf. TAVARES, A. – *Caminhos do Espírito. Duas vidas, um projeto missionário*, Braga: Editorial A. O., 1997, pp. 30-31.

⁹⁸ BESNARD, Pe. – *La Vie de Messire Louis-Marie Grignon de Montfort, Prêtre Missionnaire Apostolique*, Manuscrito, Rome: Arch. des Filles de la sagesse, 104, cit. in TAVARES, A. – *Caminhos do Espírito*, p. 31.

⁹⁹ SAVOIE, Jean – *A personalidade espiritual de Poullart des Places*, in *Missão Espiritana*, nº 16/17 (Outubro 2009/2010), p. 206.

¹⁰⁰ A Sorbonne foi fundada como colégio integrante da Universidade de Paris, em 1257, por Robert de Sorbón, com a intenção de facilitar o ensino de teologia para os estudantes pobres.

Espírito Santo frequentavam o colégio Louis-Le-Grand, isento da influência jansenista¹⁰¹ e galicana¹⁰².

Em pouco tempo, o projeto é posto em marcha¹⁰³. Aumenta o número de estudantes pobres, e Poullart des Places decide alugar quartos na vizinhança de Louis-Le-Grand. Mais, deixa o quarto que tinha no Colégio jesuíta e vai partilhar a vida com os seus amigos pobres. A sua conversão aos pobres torna-se, assim, despojamento total, solidariedade e partilha incondicionais. Cláudio leva até às últimas consequências o seu êxodo pascal: deixa uma vida de nobre sem dificuldades económicas e passa a viver agora uma vida de pobre com os pobres¹⁰⁴.

Em 27 de Maio de 1703, dia de Pentecostes, no fim de um retiro com um grupo de 12 elementos, aos pés de Notre-Dame de Bonne Délivrance, Poullart des Places, simples tonsurado, com apenas 24 anos de idade, realiza o gesto que inaugura a fundação da Congregação do Espírito Santo. Na verdade, é ainda um esboço: Comunidade-Seminário consagrada ao Espírito Santo, sob a invocação da Santíssima Virgem concebida sem pecado¹⁰⁵. O Fundador escreve:

*“Todos os seminaristas adorarão de modo particular o Espírito Santo, a quem foram especialmente consagrados. Terão também uma singular devoção à Virgem Maria, sob cuja proteção foram oferecidos ao Espírito Santo”*¹⁰⁶.

Passados dois anos, Poullart des Places prepara-se para a receção das Ordens que o levarão ao sacerdócio. A 6 de Junho de 1705, recebe as quatro Menores, em Paris; em 18 de Dezembro de 1706, o subdiaconado; a 19 de Março de 1707, é ordenado diácono. E em 17 de Dezembro de 1708, recebe, das mãos do Bispo de Meaux, Mgr. Henrique, a ordenação sacerdotal¹⁰⁷.

¹⁰¹ O Jansenismo foi um movimento de carácter dogmático, moral e disciplinar, que assumiu também contornos políticos, que se desenvolveu principalmente em França e na Bélgica, nos séculos XVII e XVIII, em reacção a certas doutrinas e práticas no seio da Igreja católica. – cf. CHRISTOPHE, Pe. – *Pequeno Dicionário da História da Igreja*, Apelação: Edições São Paulo, 1997, pp. 83-85.

¹⁰² Chamou-se galicanismo a tendência separatista da Igreja católica em França. Esta separação entre Roma e com o Papa – cf. CHRISTOPHE, Pe. – *Pequeno Dicionário da História*, pp. 59-61.

¹⁰³ Cf. KOREN, H. – *Ensaio sobre o carisma espiritano*, in *Missão Espiritana*, nº16/17 (Outubro 2009/2010), pp. 229-ss.

¹⁰⁴ Cf. FERNANDES, Pedro – *Trabalhar com os pobres com os olhos de Poullart des Places*, in *Missão Espiritana*, nº 16/17 (Outubro 2009/2010), p. 268.

¹⁰⁵ Cf. SEIXAS, J. – *Antologia Espiritana. Claudio Poullart des Places*, pp. 127-131.

¹⁰⁶ POUILLART DES PLACES, C. – *Générales et règlements spéciaux*, nº 1, in SEIXAS, J. – *Antologia Espiritana. Claudio Poullart des Places*, p. 147.

¹⁰⁷ Cf. LOPES – *Ao encontro*, pp. 82-83.

O inverno de 1709 foi muito rigoroso e causou muitas vítimas mortais, uma das quais foi o jovem padre Poullart des Places que havia sido atacado por uma pleurisia¹⁰⁸; não tendo conseguido resistir à doença veio a falecer 2 de Outubro. Devido ao elevado número de cadáveres, o jovem padre foi enterrado numa vala comum juntamente com os pobres e sem abrigo¹⁰⁹.

Apesar da morte de Poullart des Places a obra continuou. Foi durante o governo de Luis Boic, segundo sucessor de Poullart des Places e Superior Geral durante 53 anos (1710-1763), que a Comunidade-Seminário do Espírito Santo deu passos decisivos: a sociedade foi legalmente reconhecida por Cartas Patentes de Luis XV, em 1734; a primeira Regra foi elaborada e oficialmente aprovada; a Sociedade recebe uma orientação missionária e é inaugurada a Casa Mãe do Instituto, num grande imóvel da rua des Postes, hoje Rua Lhomond¹¹⁰.

O Instituto é defendido como uma Sociedade de Vida Comum para formar clérigos pobres, que se distinguem por uma disponibilidade total nas mãos dos prelados. Esta disponibilidade deve torná-los aptos para aceitar as funções eclesásticas mais humildes e mais penosas, para as quais dificilmente se encontram obreiros¹¹¹. Efetivamente, em 1723, o bispo de Québec, Canadá, pede sacerdotes para trabalhar na sua diocese; e é a partir dessa data que muitos missionários do Instituto foram enviados para diversas partes do mundo, confirmando a boa formação de uma orientação missionária¹¹².

A herança recebida de Poullart des Places é o nascimento de um projeto, que não é pessoal, mas um dom para a Igreja. Sendo fiel às intuições do Espírito e da Igreja (concretamente ao Concílio de Trento, no que se refere à boa formação dos clérigos), procurou, pelo exemplo de vida, testemunhar a graça recebida e irradiar essa mesma graça com carisma, na disponibilidade pobre mas audaz.

¹⁰⁸ Uma inflamação nas pleuras pulmonares (uma membrana dupla, em forma de um saco, que envolve o pulmão).

¹⁰⁹ Cf. LOPES – *Ao encontro*. pp. 105-107.

¹¹⁰ KOREN, H. – *Les Spiritains. Trois siècles d’histoire religieuse et missionnaire*, Paris: Beauchesne, 1982, pp. 36-ss.

¹¹¹ KOREN – *Les Spiritains*. p. 22-ss.

¹¹² NEIVA, Adélio Torres – *Poullart des Places e a reforma do clero*, in *Missão Espiritana* nº16/17 (Outubro 2009/2010), p. 147.

2.3 – A história de vida de Francisco Maria Paulo Libermann

Jacob Libermann nasceu em Saverne, Alsácia (França), em 12 de Abril de 1802, sendo o quinto filho de Lázaro Libermann, rabino de Saverne¹¹³ e Lia Haller, que veio a falecer quando Jacob tinha apenas onze anos de idade. Lázaro contraiu então novas núpcias, das quais nasceram mais dois filhos, um rapaz e uma menina.

Jacob tornou-se o filho predileto e seu pai deposita nele toda a esperança de que venha a ser seu sucessor como rabino. Tal acontece porque Sansão, o seu primeiro filho, juntamente com a sua esposa se tinham convertido ao catolicismo. Foi então que iniciou os estudos rabínicos¹¹⁴. Jacob adquire uma esmerada e austera formação rabínica e através do seu pai, aprende a interpretar com grande rigor o Talmud. Tanta exigência fez com que Jacob aprendesse a amar a Sagrada Escritura¹¹⁵. Contudo, aos vinte anos de idade acontece algo, como se pode ler no seu testemunho:

“Tinha cerca de vinte anos quando aprouve a Deus começar a obra da minha conversão. Meu pai que era rabino distinto, tinha-me feito estudar, até então, junto dele, a ciência talmúdica [...] Decidiu, entretanto, enviar a Metz a fim de terminar aí meus estudos. Procedendo assim, propunha-se bem menos fazer adquirir-me uma ciência que podia adquirir junto dele do que proporcionar-me uma ocasião de dar a conhecer o meu saber, os meus talentos, e tornar-me respeitável entre os rabinos que afluem em grande número àquela cidade. Entregou-me cartas para os dois professores da Escola Israelita, um dos quais fora seu aluno e outro, seu amigo. Começava então a tornar-se sensível para mim a acção misericordiosa da Providência”¹¹⁶.

Com apenas 20 anos de idade, Libermann sai, pela primeira vez, do ambiente rigoroso que vivia no ambiente familiar. Em Metz, porém, a sua situação não melhora. Bem pelo contrário! É recebido com frieza pelos dois professores a quem o pai escrevera cartas de recomendação. Para além destes dois aspetos, Libermann vê-se confrontando com duas correntes de ideias presentes nesta escola: uma, completamente fechada à Modernidade, numa atitude fundamentalista, perfilhada pelo rabino de Saverne; outra, «a corrente francesa», muito mais aberta, aceitando o diálogo e a integração cultural.

¹¹³ Esta comunidade judaica nasce devido a uma perseguição aos judeus que aconteceu na Polónia, em meados do século XVIII, na qual uma colónia se dispersou pela Alsácia; algumas famílias fixaram-se em Saverne, e, segundo o costume, instalaram-se perto do rio, rico em peixe e propício para os banhos rituais (geralmente é utilizado para a purificação da mulher após a menstruação e o nascimento de um filho, e também é requerido aos que se convertem ao judaísmo) – cf. GILBERT, A. – *Nas tuas mãos Senhor. Um caminho de santidade com Francisco Libermann*, Águeda: Missionários do Espírito Santo, 2002, p. 17.

¹¹⁴ Cf. GAY, J. – *Libermann, juif selon l'Évangile 1802-1852*, Paris: Éditions Beauchesne, 1977, pp. 13-23.

¹¹⁵ Cf. TAVARES – *Caminhos*, pp. 50-52.

¹¹⁶ *Notes et Documents relatifs à la Vie et L'oeuvre du Vénérable François Marie Paul Libermann (N. D.)*, Paris: Maison Mère, Tome I, 1929-1941, p. 61.

Libermann sente-se, espontaneamente, atraído pela «corrente francesa». E dispõe-se a estudar, com grande entusiasmo, o alemão, francês, latim e grego¹¹⁷. Estas línguas fazem com que se abra a um outro mundo cultural, que até então lhe permanecera interdito. Ora, precisamente, por ter ficado encerrado no contexto judaico fundamentalista, tal encontro abala-o profundamente com a sua tradição religiosa. Esta perturbação piorou com o contato com o mundo do racionalismo iluminista que imperava no mundo francófono. Por certo, um racionalismo extremado, que questiona profundamente a interpretação fundamentalista das Escrituras e do Talmud que bebera quando estava com seu pai. Racionalismo, aliás, perpassado de autossuficiência, que advoga uma religião da Razão, em vez de uma fé fundada na Revelação¹¹⁸.

Para além deste estudo, outros acontecimentos interpelam o jovem Libermann. Em 1822, recebe a notícia da conversão do célebre professor Drach, amigo da família Libermann; pouco tempo depois, em 1825, fica a saber que seu irmão Sansão e sua cunhada se haviam convertido ao Catolicismo; e um ano depois, dá-se a conversão de mais dois irmãos: Félix e Samuel¹¹⁹. O momento mais importante da descoberta de Cristo, porém, verificar-se-á quando um discípulo seu, que tinha começado a estudar hebraico, lhe apresenta um livro não pontuado, pedindo que Libermann fizesse a tradução. Este livro eram os Evangelhos¹²⁰. Neste encontro com os Evangelhos, Libermann ficou muito impressionado, mesmo que os milagres o repugnassem, e surge o interesse de aprofundar melhor as verdades da fé¹²¹.

Entretanto, talvez por intermédio de um dos seus professores, seu pai fica a saber que Jacob, em vez de se dedicar aos estudos da sua religião, se entregava unicamente ao das línguas que eram, consideradas pelos judeus, profanas. Foi então, chamado pelo pai para se submeter a um exame sobre o Talmud. Jacob sair-se-á de tal modo brilhante que, no fim, obteve a autorização para ir a Paris, com o objetivo de reconduzir ao rebanho de Israel os seus irmãos, que já se tinham convertido ao Catolicismo¹²². Quando Libermann

¹¹⁷ Cf. MARE, Christian de – *Antologia Espiritana*, vol. I, Lisboa: Congregação do Espírito Santo, 2010, p. 50.

¹¹⁸ Cf. N.D., I, pp. 52-64.

¹¹⁹ Cf. MARE – *Antologia*, p. 54.

¹²⁰ Cf. TAVARES – *Caminhos*, pp. 53-54.

¹²¹ Cf. N.D., I, p. 63.

¹²² Cf. MARE – *Antologia*, p. 55.

chega a Paris, Drach dá-se conta que Libermann estava fascinado por Jesus Cristo. Com intuito de o ajudar, aconselha-o a retirar-se para o Colégio Estanislau¹²³.

“O Sr. Drach arranhou-me um lugar no colégio Estanislau e levou-me lá. Ai, fecharam-me numa cela, deram-me a História da doutrina cristã escrita por Lhomond, bem como a História da religião do mesmo autor, e deixaram-me só. Este momento foi extremamente doloroso para mim. Esta profunda solidão, este quarto onde a luz entrava apenas por uma simples fresta, o pensamento de estar tão longe da minha família, dos meus conhecidos, da minha terra, tudo isso me atirou para uma imensa tristeza: o meu coração sentiu-se oprimido pela mais dolorosa melancolia”¹²⁴.

Sofrerá aí um fortíssimo abalo, que fez com que se convertesse ao Catolicismo de forma bastante persuasiva.

“Foi então que, lembrando-me do Deus de meus pais, me lancei de joelhos e o conjurei a esclarecer-me sobre a verdadeira religião. Pedi-lhe que, se a crença dos cristãos era verdadeira, mo desse a conhecer, e se era falsa me afastasse dela imediatamente. O Senhor, que está perto dos que o invocam do fundo do coração, ouviu a minha prece. Imediatamente fui esclarecido, vi a verdade; a fé penetrou no meu espírito e o meu coração. Pondo-me a ler Lhomond, aderi facilmente e com firmeza a tudo o que ele dizia sobre a vida e a morte de Jesus Cristo. O próprio mistério da Eucaristia, embora imprudentemente oferecido para as minhas meditações, de modo nenhum me repugnou. Acreditava em tudo sem dificuldade. Desde esse momento, nada desejava tanto como ver-me mergulhado na piscina sagrada”¹²⁵.

Assim sendo, recebeu o Batismo no dia 24 de Dezembro de 1826, na capela do Seminário das Missões em França – anexo ao Colégio Estanislau – pelo Pe. Augé, diretor desse Colégio. A partir deste momento recebeu o nome de Francisco Maria Paulo Libermann¹²⁶. Esta experiência é basilar para o seu posterior seguimento de Jesus Cristo¹²⁷, tal como ele mesmo escreve:

“Não posso admirar suficientemente a mudança maravilhosa que se operou em mim no momento em que a água do batismo correu sobre a minha cabeça. Todas as minhas dúvidas e temores desapareceram subitamente. O hábito eclesiástico, pelo qual sentia tanta repugnância, como é próprio da nação judaica, já o via com olhos diferentes: o medo que tinha dele cedia ao amor. Mas sobretudo, sentia-me com uma coragem e uma força invencíveis para praticar a lei cristã; sentia uma suave afeição por tudo o que dizia respeito à minha nova crença... parecia-me que estava no meio de uma imensa bola de fogo; já não vivia mais da vida natural; não via mais nada, não ouvia mais nada do que se passava à minha volta; passavam-se em mim coisas impossíveis de descrever; isso durou durante uma parte da cerimónia”¹²⁸.

¹²³ Um colégio católico que é muito prestigiado. Situa-se na atual Rue Notre-Dame-des-Champs, em Montparnasse. Foi fundado em 1804.

¹²⁴ N.D., I, p. 65.

¹²⁵ N.D., I, p. 65.

¹²⁶ São Francisco de Assis, Maria e São Paulo.

¹²⁷ Cf. MARTINS, A. – *Libermann. Uma mensagem para o nosso tempo*, Lisboa: Missionários do Espírito Santo LIAM, 1995, p. 13.

¹²⁸ N.D., I, 90.

Perante a atitude de Libermann de abandonar a religião tradicional da família, seu pai escreve-lhe uma carta de extrema violência, na qual amaldiçoa os seus filhos convertidos ao Cristianismo, considerando-os como homens mortos e de relacionamento cortados com a família. Esta carta deixou marcas profundas em Libermann¹²⁹; convicto, porém, da graça de Deus na sua vida, resistiu e manteve-se firme alimentando-se da oração, renunciando antes ao pai do que a Deus¹³⁰.

Desde o dia do baptismo, Libermann deseja tornar-se sacerdote. Perante esta vontade foi admitido, em 1827, no Colégio Estanislau e pouco tempo depois, foi transferido para o seminário de S. Sulpício. Durante os cinco anos em S. Sulpício, Libermann fez uma experiência muito forte de Deus que marca profundamente a sua vida espiritual. A sua vida concreta é de contemplação e abandono ao Espírito de Deus, vendo Deus em tudo e tudo em Deus. Esta dimensão da vida é chamada por Libermann de “União prática”, num total abandono a Deus, enquanto dom de si, e de renúncia de si mesmo face à acção da graça¹³¹. Pouco antes de ser admitido ao subdiaconado, foi atingido pela epilepsia, doença que o impedia de avançar nas Ordens Sacras.

“A minha querida doença é para mim um grande tesouro; porque é que se afligem por causa de mim? O meu corpo, a minha alma, o meu ser e toda a minha existência pertencem a Deus; e se eu soubesse que ainda havia em mim uma pequena veia que não lhe pertencesse, arrancá-la-ia e calcá-la-ia aos pés, na lama e no pó. Tudo o que sou e tenho pertence a Deus e a mais ninguém”¹³².

Apesar de desencorajado, Libermann testemunha que, mesmo sentindo-se inútil e sem esperanças¹³³, o desespero, as tentações, as provações não o afastam da paz e do amor de Deus¹³⁴. Há que esperar o momento de Deus.

Apesar da sua doença, devido à preponderância positiva que exercia sobre os seminaristas, muitos dos quais acompanha espiritualmente, foi autorizado a permanecer no seminário sulpiciano de Issy¹³⁵, onde procurou “incutir o verdadeiro espírito de Nosso Senhor nestas almas destinadas a tornarem-se canais desse espírito para os outros”¹³⁶. “É um místico: fala da sua experiência quando disserta sobre os caminhos espirituais ou

¹²⁹ Cf. GAY – Libermann, pp. 66-67.

¹³⁰ Cf. N.D., VIII, p. 202.

¹³¹ Cf. *Lettres Spirituelles du Vénérable Libermann (L.S.)*, 1, Paris: Poussielgue, 1889, p. 275.

¹³² L.S., I, p. 10.

¹³³ Cf. L.S., I, p. 9.

¹³⁴ Cf. L.S., II, p. 265.

¹³⁵ Cf. N.D., XII, p. 480.

¹³⁶ MARE – *Antologia*, p. 77.

quando assegura receber luzes para os outros”¹³⁷, assim descreve o Padre Alphonse Gilbert sobre o que ressalta da vasta correspondência de Libermann e dos testemunhos daqueles que com ele conviviam. Apesar dos trabalhos humildes, a todos admirava a sua serenidade, complacência e sorriso.

Em 1817, foi convidado para assistente do Mestre de noviços dos Eudistas¹³⁸ em Rennes, congregação que estava em vias de reestruturação fruto ainda das repercussões da Revolução Francesa. Libermann não se sente muito bem acolhido; contradito por noviços, sente-se inútil na Igreja e a tensão nervosa esgota-o. Contudo, sabe-se que, apesar dos seus momentos difíceis, de provação e de dúvida, é tido em elevada estima. Na noite da fé, sublinhará, o importante é que se pertença a Jesus Cristo, pois não ficaremos desiludidos ¹³⁹. Sobre este período dirá

“Um revés dum tipo particular, que é preciso olhar de perto para entrever o que podem ser para o apóstolo as últimas purificações da noite do espírito, antes da aurora da união permanente a Deus, que são também as purificações do instrumento de que Deus se vai servir para uma missão extraordinária...”¹⁴⁰.

Aí permaneceu no cargo, até que em 1839, dois dos seus antigos discípulos e amigos de S. Suplício – Frederico Le Vasseur e Eugénio Tisserant – o convidaram para colaborar e orientar um projeto com que sonhavam: a “Obra dos Negros”, para a evangelização dos escravos negros das colónias francesas. Este projeto tinha como intuito formar uma comunidade de padres para evangelizar e ajudar os negros (especialmente os de Bourbon e do Haiti¹⁴¹, que tinham sido recentemente libertados).

Libermann, como sempre, coloca-se nas mãos de Deus e em Deus procura discernir. Na sua abertura ao mundo, coloca-se à disposição da vontade divina, e apesar de todas as suas dúvidas e inquietações quanto ao futuro, sentirá que “o amor de Cristo nos impele” (2 Cor. 5, 14):

“O primeiro apelo missionário que agradou ao Coração de Maria dar ao nosso querido Padre foi a 25 de Outubro deste ano de 1839, dia em que se celebra na Congregação de Jesus e de Maria a festa do Sagrado Coração de Jesus; três dias depois, 28 de Outubro, uma visão mais clara confirmou-o no seu desejo e decidiu-se inteiramente, como eu o aprendi dele mesmo. Este dia, que ele olhará sempre como um dos mais felizes da sua vida, por causa da

¹³⁷ GILBERT, Alphonse – *Nas tuas mãos Senhor. Um caminho de santidade com Francisco Libermann*, Lisboa: Missionários do Espírito Santo / L.I.A.M., 2002, p. 128.

¹³⁸ Congregação de Jesus e Maria fundada, em França, por São João Eudes, em 1643.

¹³⁹ Cf. L.S., II, p. 266.

¹⁴⁰ GILBERT – *Nas tuas mãos Senhor*, p. 163.

¹⁴¹ O que veio a acontecer a 1 de Janeiro de 1804.

graça que Maria se dignou favorecer-lo dando-lhe a conhecer o lugar que ela lhe destinava na sua Igreja, era o da festa de S. Simão e S. Judas”¹⁴².

A 3 de Janeiro de 1840¹⁴³, Libermann partiu para Rom para obter a autorização da Santa Sé para a fundação, sem carta de recomendação, sem marcação, apenas seguindo a vontade divina¹⁴⁴:

“Não me sinto levado a procurar todos estes apoios humanos; aliás, não sou capaz de os obter. Apresentei o meu projecto; se Deus quiser que seja aprovado, alguém virá anunciar-mo; vou esperar, e se não, volto como vim”¹⁴⁵.

Enquanto esperava pela resposta da Santa Sé, escreveu a *Regra Provisória* da futura Sociedade, onde exprimia os fundamentos, o espírito e os objetivos da nova fundação¹⁴⁶. Nesta *Regra Provisória*, podem encontrar-se os seguintes objetivos: uma obra a favor dos mais abandonados e mais carenciados de assistência pastoral; a vida de comunidade dos seus membros; a prática da pobreza e obediência a um superior escolhido pelos seus membros, e a uma regra; e, como último ponto, a dependência da Santa Sé¹⁴⁷.

Vivendo retirado do mundo, numas águas furtadas de Roma, procura “a hora de Maria para a obra que ela tinha inspirado”¹⁴⁸. Por aquele momento, a sua dúvida é a quem consagrar o Instituto, pois não quer fazer valer a sua vontade aos irmãos; visto, porém, que tem uma devoção particular ao Coração de Maria, procura, numa peregrinação às sete igrejas de Roma, intuir os desígnios de Deus. Maria, espelho vivo do íntimo de Jesus, no seu Coração é um santuário de todas as virtudes e um modelo de vida apostólica¹⁴⁹. Este foi o seu “fiat”: como Maria, guardará tudo no seu coração, sacrificar-se-á pela salvação das almas e onde quer que fossem testemunharão, pela santidade de suas vidas, o zelo apostólico pelo dom de si mesmos à missão recebida¹⁵⁰.

O projeto foi autorizado a 6 de Junho de 1840; contudo, a Santa Sé coloca uma condição: Libermann tinha que ser ordenado sacerdote¹⁵¹.

“Foi a resposta mais dolorosa que me pôde dar; se me tivesse dado uma resposta absolutamente negativa, teria ficado muito contente, porque teria

¹⁴² N.D., I, p. 660.

¹⁴³ Dia em que o Papa Gregório XVI publica a carta *In Supremo Apostolatus*, condenando a escravatura e o tráfico dos negros, in GILBERT – *Nas tuas mãos*, p. 181.

¹⁴⁴ Cf. N.D., VI, p. 38.

¹⁴⁵ N.D., II, p. 165.

¹⁴⁶ Cf. SEIXAS, J. – *Antologia Espiritana. Francisco Libermann de judio a padre misionero*, vol. II, Madrid: Congregacion del Espiritu Santo, 2000, pp. 173-290.

¹⁴⁷ Cf. GAY – *Libermann*, pp.133-137.

¹⁴⁸ MARE – *Antologia*, p. 80.

¹⁴⁹ L.S., III, p. 360.

¹⁵⁰ Cf. KOREN – *Les Spiritains*, p. 294.

¹⁵¹ Cf. N.D., II, p. 6.

*olhado essa palavra como a de Nosso Senhor e ter-me-ia retirado imediatamente*¹⁵².

Naquele momento, Libermann encontra-se diante de um muro! Sente-se sem grandes forças... mas não desiste, mantém a sua confiança em Deus e espera que o muro caia. Sem nunca ter procurado ser favorecido ou influenciar decisões, manteve-se sempre retirado¹⁵³. Nesse mesmo ano, acontece algo de maravilhoso na vida de Libermann: recebe um “milagre”¹⁵⁴. Decidiu peregrinar a Nossa Senhora de Loreto e pedir-lhe uma resposta ao que ele chama “a incerteza da sua obra”¹⁵⁵:

*“Embora a minha saúde melhorasse, tive no entanto grandes dificuldades para a ordenação, e tinha uma extrema repugnância de por mim mesmo fazer diligências para isso. Não as fiz, mas Maria fê-las por mim. Fiz uma peregrinação a Loreto ainda sem nenhuma certeza acerca da obra; precisamente durante esse tempo, e sem que eu o soubesse, falou-se em meu favor a um dos bispos mais dignos de França, e esse respeitável prelado ofereceu-se para me ordenar”*¹⁵⁶.

Perante esta “cura miraculosa”, Libermann já podia ser ordenado. O que veio a acontecer a 18 de Setembro de 1841, pelo Mgr. Jean Mioland, na capela privada do bispo de Amiens (França)¹⁵⁷:

*“Tenho de lhes dar a notícia da grande misericórdia e bondade de Nosso Senhor Jesus Cristo para com um indigno servo que nem sequer merece pronunciar o seu santo nome. Esta manhã fui ordenado padre. Deus sabe o que recebi neste grande dia! E só Deus o sabe! Porque nem um homem nem um anjo o pode entender. Rezem todos para que o eu ter chegado ao sacerdócio seja para a maior glória de Deus, para a salvação e santificação das almas e para a edificação da Igreja”*¹⁵⁸.

Consciente que todo o progresso da “Obra dos Negros” se deve à proteção do Coração de Maria, no Santuário de Nossa Senhora das Vitórias¹⁵⁹, em Paris, Libermann celebra a sua primeira Eucaristia e consagra a Sociedade ao Sagrado Coração de Maria, a 25 de setembro de 1841¹⁶⁰.

¹⁵² N.D., II, p. 152.

¹⁵³ Cf. MARE – *Antologia*, p. 118.

¹⁵⁴ Há autores que falam de uma cura milagrosa da sua doença, mas o próprio Libermann dirá em 1944, que o milagre foi alguém o querer ordenar, *in* N.D., VI, p. 37-48.

¹⁵⁵ N.D., VI, p. 41.

¹⁵⁶ MARE – *Antologia*, p. 466.

¹⁵⁷ Cf. KOREN – *Les Spiritains*, p. 191.

¹⁵⁸ N.D., II, p. 497.

¹⁵⁹ Aí existia uma Arquiconfraria do Sagrado Coração de Maria e, ainda hoje, nessa Basílica temos referência às muitas graças recebidas por muitos crentes e, no altar, existe um baixo-relevo que perpetua a consagração da Sociedade do Coração de Maria por Libermann.

¹⁶⁰ Cf. GILBERT – *Nas tuas mãos*, p. 207.

A sociedade estabelece a Casa Mãe e Noviciado em La Neuville¹⁶¹, perto de Amiens, que se torna o berço desta nova família e de amadurecimento de toda a sua espiritualidade¹⁶². O seu projeto começou, então, a realizar-se de forma mais concreta a partir de 1843, quando começam a ser enviados missionários. Porém, as dificuldades sentidas pela duração das viagens, pela dureza do clima e pelas doenças existentes nesses países, faziam com que muitos morressem. Contudo, muitos eram os lugares onde os missionários da Sociedade do Sagrado Coração de Maria, poderiam trabalhar; faltava-lhes, porém, o reconhecimento oficial. Este era o problema¹⁶³!

Foi então que surgiu uma solução: a fusão entre a Sociedade fundada por Poullart des Places e a Sociedade criada por Libermann. Tendo em conta que os objetivos e o carisma de ambas Sociedades eram as mesmas – e ambas poderiam beneficiar da fusão – assim, uma, a do Espírito Santo, receberia um sopro novo de vida, e a outra, a do Sagrado Coração de Maria, um apoio legal de que tinha necessidade e a abertura de campos de missão¹⁶⁴.

Depois de várias diligências de aproximação de ambas as partes, no dia de Pentecostes, a 10 de Junho de 1848, numa assembleia conjunta, foi decidida a união das duas numa só. Tal fusão foi autorizada pela Santa Sé a 26 de Setembro de 1848. A partir de então, começou a ser chamada: Congregação do Espírito Santo sob a proteção do Imaculado Coração de Maria¹⁶⁵, ficando Libermann como seu Superior Geral. O fim específico e prioritário da Congregação continuava a ser as missões longínquas e o trabalho com os mais abandonados. Tal prioridade pode ser notada na sua expansão: S. Pedro e Miquelão (situado a sul da ilha canadiana da Terra Nova, na América do Norte), Martinica (nas Caraíbas, faz fronteiras marítimas com a Dominica ao noroeste, e com Santa Lúcia, ao sul), Guadalupe, Guiana, Senegal, Reunião, Índia, Madagáscar, Maurícia, Libéria e Serra Leoa. Libermann, pensava, porém, dever-se alargar a presença dos Espiritanos no mundo – mas tal só virá a acontecer após a sua morte¹⁶⁶.

¹⁶¹ Hoje esta casa é um lar de terceira idade pertencente às irmãs de Santa Maria, de Angers, Cf. NEIVA, A. – *O espírito das origens: a Sociedade do I. Coração de Maria*, in *Missão Espiritana*, nº 11 (Junho 2007), p. 97.

¹⁶² Cf. NEIVA – *O espírito*, p. 102.

¹⁶³ Cf. KOREN – *Les Spiritains*, p. 230.

¹⁶⁴ Cf. N.D., VII, p. 112.

¹⁶⁵ Em 1848 a nova Congregação do Espírito Santo contava com 43 membros, 34 dos quais provinham da Sociedade do Coração de Maria; Cf. NEIVA – *Com a força*, p. 211.

¹⁶⁶ Cf. NEIVA – *Com a força*, p. 211.

Nos últimos meses de 1851, o Padre Libermann foi atacado por grandes sofrimentos físicos. Precocemente esgotado pelo trabalho, terá de abrandar as suas funções durante o rigoroso inverno, em Janeiro de 1852. Durante a sua agonia, dirige uma última mensagem, que pode ser considerada a pedra basilar de todo o trabalho missionário espiritano¹⁶⁷. Nessa mensagem afirma:

*“Sede fervorosos, fervorosos, sempre fervorosos, e sobretudo a caridade, a caridade, a caridade, sobretudo. Caridade em Jesus Cristo, caridade por Jesus Cristo, caridade em nome de Jesus Cristo. Fervor, caridade, união em Jesus Cristo. Vejo-vos pela última vez, estou feliz por vos ver. Sacrificai-vos por Jesus, só por Jesus. Deus é tudo; o homem é nada. Espírito de sacrifício, zelo pela glória de Deus, pela salvação das almas”*¹⁶⁸.

A 2 de Fevereiro de 1852, após ter pronunciado estas palavras, enquanto se cantava o *Magnificat*, o Padre Libermann morre. A 19 de Fevereiro de 1910, São Pio X proclamará a heroicidade das virtudes do Padre Libermann, declarando-o Venerável¹⁶⁹.

A herança de Libermann é um testamento vivo. Parece-me, por isso, importante remarcar alguns dos conselhos dados por Libermann aos seus missionários, porque, remarcado por eles, também o Padre Alves Correia os praticará na sua acção apostólica. Pode-se ler na Regra de 1840:

*“[Os missionários] serão os advogados e os defensores dos fracos e dos pequenos contra os seus opressores. Todo o seu modo de atuar deve ser orientado por uma santa doçura e prudência recebidas do Mestre com muita fidelidade. Far-se-á tudo o que se puder para estabelecer entre ricos e pobres, brancos ou negros, a caridade cristã que fará com que todos os homens sejam irmãos em Jesus, a fim de desfazer os desprezos e a indiferença de uma parte, as invejas e os ódios da outra. Mas é preciso uma grande prudência em tudo isto, para não estragar tudo”*¹⁷⁰.

Defender os pobres e os oprimidos não se realiza apenas na dimensão política, nem é apenas questão do âmbito governamental. Na visão do Evangelho todos os homens têm de ser vistos como nobres aos olhos de Deus. Caso tal não aconteça, é importante que os missionários, nos respectivos contextos de missão, lutem pelos direitos de tais homens. Esta é grande ideia que Libermann defende – e que Alves Correia traz no coração –, donde se conclui que toda a doutrina de Libermann é de libertação do ser humano¹⁷¹.

¹⁶⁷ Cf. GILBERT – *Nas tuas mãos*, pp. 284-285.

¹⁶⁸ AUBERT, A. – *Francois Libermann*, Apelação: Paulus, 2004, p. 105.

¹⁶⁹ Cf. BOELING, J. – *O decreto sobre a heroicidade das virtudes teologais*, in *Missão Espiritana*, nº 15 (Março 2009), pp. 136-137.

¹⁷⁰ N.D., II, p. 156.

¹⁷¹ Obviamente, como seria de esperar, o propósito evangélico de Libermann revelar-se-á controverso. Aliás, no início da Obra dos Negros, Libermann e os membros da Sociedade do Imaculado Coração de Maria, sentiram a absoluta necessidade de boas relações entre missionários e autoridades

O grande objetivo de Libermann será sempre e apenas o da salvação das almas. E para que tal aconteça é necessário que os missionários atuem com muita prudência, a fim de que não prejudiquem todo o trabalho missionário e, acima de tudo, se alcance a libertação de escravos. Perante tão grande objetivo, nota-se que Libermann é muito realista face a estas problemáticas. Daí que se pode resumir estas regras em a “Regra da Prudência: diálogo e humildade”¹⁷².

2.4 - A necessidade de expandir para Portugal

Haveremos de considerar que o renascimento missionário em Portugal, ao longo do século XIX, assenta num processo mais vasto que afeta o panorama missionário de toda a Igreja¹⁷³. Na verdade, na Europa, pode-se falar de crise das Missões devido às políticas anticlericais fruto de revoluções, como a Francesa, e que se traduziram com a extinção e expulsão de Ordens Religiosas dos territórios de missão. Havemos de ter em atenção certos casos: quando, em 1852, Monsenhor Moreira dos Reis tomou posse do bispado de Angola, encontrou ali apenas cinco sacerdotes!; em Moçambique, em 1855, não havia um único missionário!; e na Prefeitura do Zanzibar, em 1858, existiam apenas outros cinco¹⁷⁴! Todavia, ao longo do século XIX, reverdecerá em Portugal um despertar missionário, que resulta dum momento de grande fecundidade de vocações. Esse momento só foi possível devido aos seguintes fatores: exploração geográfica, através da qual existe uma organização dos espaços, que fez com que permitisse um melhor conhecimento das regiões, designadamente, do continente africano; grande movimentação missionária de povos e um despertar do nacionalismo missionário

governamentais. Tal devia-se ao facto de que para se poder enviar missionários para o continente africano ser necessário que houvesse o mínimo de segurança. Essa é a razão pela qual Libermann sente necessidade de pedir algumas “cartas de recomendação” ao Ministro da Marinha francesa, como se lê na obra de Aubert, A. – *A prudência de Libermann*, in *Missão Espiritana*, nº 20 (Julho de 2010), p. 45. Por sua vez, o Ministro da Marinha aceitará ajudar a Sociedade do Imaculado Coração de Maria, oferecendo uma convenção vantajosa para os seus missionários: transporte, subsídio, assistência médica, proteção, construções. Libermann, por sua vez, bem depressa, se apercebe de que por detrás desta oferta existe um interesse político, cujo primeiro embate se notará com um episódio sucedido com o Pe. Briot, membro da Sociedade, que se verá obrigado a entrar, no dia da dedicação de uma nova igreja – que fora apoiado pelo Ministro da Marinha –, com um piquete de soldados armados. Perante esta atitude o Ministro enviará um relatório contra este missionário. Daí que Libermann escreva uma *Regra de Prudência*, que envia ao Pe. Briot, onde apresenta alguns conselhos visando uma boa harmonia entre os missionários e as autoridades.

¹⁷² Cf. AUBERT – *A prudência*, pp. 45-46.

¹⁷³ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 15.

¹⁷⁴ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 15.

promovido pelo Congresso de Berlim, em 1884¹⁷⁵; além disso, é neste século, que os meios de transporte marítimo sofrem um grande desenvolvimento, o que permite uma superior movimentação missionária; de referir ainda um último fator, que se prende com a supressão da escravatura e a extinção do tráfico dos negros, que incentivará o interesse e acção dos missionários.

É também durante este período que se redescobre África através da acção das Antigas Sociedades Missionárias, como as Missões Estrangeiras de Paris, os Missionários do Espírito Santo e os Lazaristas, e das grandes Ordens, como os Jesuítas, Franciscanos e Dominicanos, que se restabelecem e renovam o impulso de formar e enviar os seus membros para as missões. Esta redescoberta revelar-se-á também de grande interesse para a Santa Sé¹⁷⁶, que para iluminar e dirigir os caminhos da Missão da Igreja, exorta com numerosas encíclicas missionárias.

A Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo nasce, pois, neste contexto de redescoberta, e cresce ao ponto de se abalançar para as missões nas colónias portuguesas.

2.5 – Portugal e o projeto de uma casa espiritana

Existia, desde 1842, uma urgência de enviar missionários para Angola. O Pe Libermann, tinha já esse projeto em mente desde há muito, pelo que pretendia enviar missionários a fim de colaborar nas necessidades pastorais de Angola e nos outros territórios coloniais de Portugal. Tal, porém, só se revelou possível após a sua morte. O processo iniciar-se-á através de troca epistolar do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Bento Rodrigues com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros da Paiva e o monarca português, D. Pedro V. Nessas cartas estão designados os seguintes objetivos: salvar e civilizar as populações, assim como, defender o património de Portugal¹⁷⁷.

¹⁷⁵ Existe uma grande disputa pela conquista dos territórios do continente africano. Esta disputa acontece devido a uma corrida de interesses quer a nível político, quer a nível económico e, ainda, quer a nível científico. Para solucionar os problemas levantados por esta disputa, realizou-se um Congresso de Berlim realizou-se entre 19 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885. Teve como principal objetivo organizar, em forma de regras, a ocupação de África pelas potências coloniais que resultou numa divisão que não respeitou, nem a história, nem as relações étnicas e mesmo as questões familiares dos povos do Continente Africano. Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 16.

¹⁷⁶ Cf. NEIVA – *Congregação*, pp. 15-17.

¹⁷⁷ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 20.

A implantação dos Espiritanos em Portugal não será, porém, tarefa facilitada. Uma carta do Cónego Roquete¹⁷⁸ dirigida ao Superior Geral da Congregação aponta para a situação em Portugal, reconhecendo-se, que sob o ponto de vista legal, o momento não é favorável às Congregações Religiosas. A carta continua dando nota de que a situação estava de tal ordem, que se revelava muito imprudente criar uma casa religiosa em Portugal, pois, havia necessidade de esperar pelo encerramento das Câmaras. Se tal viesse a acontecer e se o Governo aceitasse entrar em negociações, então sim, seria o próprio Cónego Roquete, que, futuramente se iria responsabilizar pelas diligências necessárias, para a criação da tão esperada casa Espiritana em Portugal.

Entretanto, D. Henrique II, Rei do Congo¹⁷⁹, escreveu uma carta ao Governo Português e à Santa Sé, reforçando algumas necessidades: Angola precisava de obreiros, que aceitassem a laboriosa missão, pois, aos poucos, estava a perder missionários¹⁸⁰:

“[...] só peço que, de entre Cónego António Francisco das Necessidades (que aqui esteve), Cónego Manuel Monteiro de Moraes e Padre Cândido de Barros, se me mande um para batizar, confessar e professar os fidalgos meus súbitos e todo o meu povo, em cumprimento do segundo mandamento da Santa Madre Igreja (...) Eu fazendo este pedido por repetidas vezes, declino a culpa que me possa caber perante Deus como Chefe do povo deste Reino, e, como tal, o componente para procurar-lhe o remédio espiritual para a salvação das suas almas”¹⁸¹.

Apesar do Governo Português se sentir responsável em suprir esta necessidade, devido, porém, à carência de vocações missionárias não conseguia por si só solucionar o problema. Por conseguinte, teve que recorrer-se à Santa Sé, pedindo-se-lhe missionários, diferindo a nacionalidade dos mesmos. A Congregação dos Missionários do Espírito Santo, conseguirá, entretanto, enviar dois missionários: o Pe. José Maria Poussot e o Pe. Carlos Duparquet, franceses¹⁸². Este envio só foi possível visto que o Superior Geral dos

¹⁷⁸ O cónego José Inácio Roquete, foi secretário do Patriarcado de Lisboa. Era miguelista, foi preso pelos liberais e depois exilado para Londres e Paris. O embaixador de Portugal em Paris, o Visconde de Carreira, acolheu-o bem e o arcebispo de Paris, confiou-lhe, em 1834, uma paróquia no bairro S. Germain e mais tarde como vigário geral de S. Paul. O Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Bento Rodrigues, convidou-o em 1857 a regressar a Portugal, confiando-lhe a reorganização do seminário maior, ficando como professor no seminário e secretário do Patriarcado – in NEIVA – *Congregação*, p. 21.

¹⁷⁹ O reino do Congo foi um reino africano localizado no sudoeste da África no território que hoje corresponde ao noroeste de Angola, a Cabinda, à República do Congo, à parte ocidental da República Democrática do Congo e à parte centro-sul do Gabão.

¹⁸⁰ A 27 de Julho de 1824, sublinhou ao Ministro da Marinha o Conde de Suberra, Manuel Inácio Pamplona Corte Real: “As fortalezas, as igrejas, os conventos, as obras públicas e uma grande parte das melhores casas, tudo está em ruínas... O estado atual em que vejo as coisas obrigam-me a sacrificar a política à fraqueza.” – in NEIVA – *Congregação*, p. 23.

¹⁸¹ BRÁSIO, A. – *Spiritana Monumenta Historica*, I, p. 87, in NEIVA – *Congregação*, p. 24.

¹⁸² Grande missionário espiritano nascido da Normandia – França. Desde muito cedo mostrou interesse na missão das colónias portuguesas. Numa carta dirigida ao Superior Geral, o Pe. Duparquet escreve

Espiritanos, Pe. Inácio Schwindenhammer, elaborou um relatório para a *Propaganda Fide*, no qual era bem visível o seu interesse em enviar missionários para evangelizar o Congo. O projeto foi aceite como se de uma inspiração divina se tratasse.

Haveremos, entretanto, de considerar que a legislação portuguesa da época, surgia como um entrave, ao que se pensava ter conseguido. Segundo a mesma, o Prelado não podia nomear missionários estrangeiros como párocos, só os nacionais. Devido a este impedimento, urgia abrir uma casa de formação espiritana em Portugal, para que este projeto fosse possível e concretizável¹⁸³. Tendo em conta esta conjuntura, verificava-se a urgência em formar missionários portugueses. Só assim, poderiam ocupar o cargo pastoral de pároco, em Angola, uma vez que, a prefeitura do Congo se encontrava sob a responsabilidade dos Padres Espiritanos. Assim sendo, a nomeação emanaria diretamente da *Propaganda Fide*, se bem que, privada da autorização do Governo Português – tal decisão gerou um grande debate polémico no Parlamento!

Entretanto, tendo em conta esta nomeação, o Pe. Duparquet tomara posse no Distrito de Moçâmedes, como pároco. Contudo, como tal ia contra a legislação portuguesa, visto ser um missionário estrangeiro em terras portuguesas, este missionário francês viu-se obrigado a abandonar a paróquia, cumprindo assim, o que lhe havia sido exigido. Apesar desta situação, estávamos entre a oposição política e a necessidade religiosa. Desta forma, Pe. Duparquet vem a Lisboa, para dispor missionários que arcassem com esta missão. Será a partir de Agosto de 1869, que se constitui o seminário do Congo, em Santarém, com a autorização do Superior Geral. Constituída a fundação, esta tinha como objetivo principal, a formação de missionários portugueses para as colónias portuguesas. Ainda neste mesmo tempo, uma vez mais, o Bispo de Angola e Congo, fez o pedido ao Ministro do Ultramar de envio de um maior número de missionários. Este pedido revelar-se-á muito importante, uma vez que, facilitou e provocou avanços no projeto¹⁸⁴.

manifesta a sua total disponibilidade: «*Seguindo, então, a vontade que você me havia manifestado, retornarei à França, a fim de me colocar à disposição para ser enviado aonde quiser, e fazer o que você quiser. Mas teria um grande desejo de trabalhar em prol das Colónias Portuguesas, quer nas mesmas colónias, se tal fora a vontade de Deus.*» – Carta de 14 de Outubro de 1857, VIANA, R. – *O missionário Charles A. Duparquet*, in *Missão Espiritana*, nº 11 (Junho 2007), p. 123.

¹⁸³ Cf. NEIVA – *Congregação*, pp. 19-28.

¹⁸⁴ Cf. VIANA – *O missionário*, p. 122-125.

Entretanto, em 1869, logo após a fundação da primeira casa espiritana em Portugal, o Pe. Joseph Eigenmann¹⁸⁵ foi nomeado Provincial. Aquando da sua chegada, o jovem Policarpo dos Santos, estava às portas da tomada do hábito religioso, na capela do seminário, a 8 de Dezembro de 1869, na qual teve a oportunidade de participar. Foi a primeira profissão espiritana realizada em Portugal¹⁸⁶. Todavia, emergem novos desafios, tal como escreve o Provincial:

“O número de aspirantes atualmente presentes está reduzido a 4. Tivemos que despedir alguns que não pareciam ter as qualidades requeridas. Mas, por outro lado, estes quatro aspirantes são excelentes rapazes... É apenas um grão de mostarda que espero que se desenvolverá sob a proteção do Imaculado Coração de Maria”¹⁸⁷.

Perante deste desafio tiveram de abandonar esta casa. Por sua vez, o próprio ambiente político estava a revelar-se complicado, tal como afirma o Cardeal Barnabó, Prefeito da *Propaganda Fide*. Toda esta conjuntura leva à seguinte conclusão:

“O número de aspirantes não aumentou por várias razões:
- *A nossa casa ainda não é muito conhecida sobretudo nas regiões mais religiosas no norte de Portugal;*
- *A ideia mais exata da nossa obra e as condições de admissão (primeira classe feita) diminuíram em Santarém o número de admissões. Já compreenderam que a nossa casa não é casa de candidatos aos simples sacerdócio mas de candidatos a sacerdotes para as missões. Na região de Santarém as pessoas não têm sentimentos de piedade e religião; o seu único interesse é material;*
- *No Patriarcado as vocações sacerdotais baixaram e têm que admitir as vocações vindas do norte do país;*
- *As vocações religiosas já antes de 1834 eram pouco consideráveis;*
- *Os pais só deixam seguir a cadeira eclesiástica aos filhos para daí tirarem benefícios. Os jovens estão muito apegados aos seus pais e dificilmente se afastam deles; têm sobretudo muito medo da África, do seu clima mortífero ou pelo menos insalubre; as colónias de Angola e Congo são consideradas lugares de degredo para os grandes criminosos; as pessoas têm má impressão dessas terras;*
- *Faltam na população sentimentos de generosidade, dedicação, espírito de sacrifício a que se junta uma grande ignorância de tudo o que se refere à religião”¹⁸⁸.*

¹⁸⁵ José Ghebard Eigenmann nasceu a 2 de Junho de 1841 em Rorsbach, na Suíça. Seus pais eram pessoas de reconhecida nobreza e quiseram dotar o seu filho de uma boa formação cristã, não se poupando a sacrifícios para que a sua educação fosse esmerada. Após os estudos primários e secundários, entrou em Janeiro de 1860, na Congregação do Espírito Santo, no Seminário Maior de Chevilly-la-Rue onde fez o curso de Filosofia; em 1863 passou o Seminário Francês, em Roma, frequentando a Universidade Gregoriana onde se licenciou e se doutorou em Teologia. Foi ordenado sacerdote em Roma, a 23 de Setembro de 1865, e fez a sua Profissão Religiosa a 21 de Outubro de 1866. Faleceu a 27 de Junho de 1910, em Friburgo, na Suíça – Cf. NEIVA, A. – *O Pe. Joseph Elgenmann, fundador da província de Portugal*, in *Missão Espiritana*, nº15 (Março 2009), pp. 109-117.

¹⁸⁶ Cf. NEIVA – *O Pe. Joseph*, pp. 109-110.

¹⁸⁷ Carta de 29/1/1869, in NEIVA – *Congregação*, p. 36.

¹⁸⁸ Carta de 6/7/1869, in NEIVA – *Congregação*, p. 39.

Conforme se demonstrou, era no Norte que se encontrava o maior número de candidatos para abraçar a vida eclesiástica. Será a partir desta realidade sócio-religiosa que surgirá a proposta de criação de uma casa de formação na zona de Braga, visto ser esta região mais favorável para o recrutamento das vocações eclesiásticas e religiosas.

Sucedeu, entretanto, que o Vigário Apostólico de Gibraltar, Mons. Scandella, em Março de 1869, veio encontrar-se com o Superior Geral dos Espiritanos, no Seminário Francês, em Roma, com o intuito de o presentear com a direção do colégio de S. Bernardo, em Gibraltar, e em razão disto convidar a Congregação do Espírito Santo para a direção do colégio. Estrategicamente, essa obra tinha como objetivo poder vir a substituir a de Santarém, pois além de poder servir para recrutamento de vocações, tinha vantagens particulares por estar às portas de Espanha, onde se verificava uma carência de colégios dirigidos por religiosos, uma vez que terem sido proibidos. Por essa razão, a 3 de Junho de 1870 deixava-se a casa de Santarém e assumia-se o Colégio de S. Bernardo. A verdade é que neste colégio se desenvolveu uma atividade diplomática muito intensa. No entanto, Gibraltar era uma fortaleza militar, o que fazia com que fosse pouco favorável às vocações. Os Espiritanos resolveram, entretanto, abandonar o Colégio, em 19 de Março de 1872.

Logo após o abandono deste Colégio, os Espiritanos tomaram posse de um outro – o de S. Geraldo em Braga; foi aqui onde se começou a acolher duas classes de alunos: os mais avançados, que frequentariam o seminário e o liceu; bem assim como, os principiantes, menos avançados a quem teria de se ministrar instrução no próprio colégio. No entanto, as conjunturas reais da vida, a aspiração das famílias e os conselhos de pessoas amigas da Congregação levaram a uma transformação do ideal do estabelecimento escolar, evoluindo assim, da ideia primitiva de se orientar para a formação de seminaristas, passando a aceitar-se alunos externos, por excepcional favor. Fundamentado nestas novas bases o colégio de S. Geraldo recebeu o nome definitivo como qual seria identificado no futuro: Colégio do Espírito Santo.

Entretanto, visto que, os alunos do Colégio do Espírito Santo, em Braga, eram maioritariamente da região do Porto, surgiu a necessidade da criação de um outro, no Porto. Perante esta ideia, o Pe. Eigenmann consultou o bispo do Porto, D. Américo

Ferreira, e este colocou ao dispor um edifício, na Avenida Coronel Pacheco, que passará a ser conhecido por Colégio Santa Maria¹⁸⁹.

Como conclusão deste capítulo onde se pretendeu relevar a história dos Padres Espiritanos – a Congregação religiosa que contextualiza a figura de Alves Correia, missionário, jornalista e pedagogo –, deve, sobretudo, relevar-se o fio condutor do carisma da missão espiritana ao longo da sua história pela entrega aos mais pobres e abandonados na sociedade dos homens e na Igreja de Deus. Esta entrega e cuidado visibiliza-se em rostos diversos, desde a aceitação de aspirantes pobres ao sacerdócio até à protecção aos negros e aos escravos, bem como oferecendo-se para cuidar das Igrejas locais com maiores carências e dificuldades. Desde o nascimento dos Espiritanos que os traços da herança carismática dos Fundadores são ciclicamente renovados e revividos, inclusive na vida e entrega à missão pelo Padre Joaquim Alves Correia, numa mística de serviço que procura a dignificação da pessoa, tendo em conta a sua realidade concreta.

Entende-se, por isso, que os Padres Espiritanos tanto tenham investido na criação de condições para uma evangelização frutífera, visando que a conversão dos povos fosse de coração e não apenas pelo derramar de água e do proferir fórmulas. Tal desígnio, como vimos, está testemunhado na criação da Comunidade-Seminário do Espírito Santo, por Poullart des Places, a fim de bem preparar novos evangelizadores; ao passo que com a acção de Libermann se fortalece tal espiritualidade e zelo apostólico. Ao longo da sua história a Congregação dos Espiritanos soube formar homens (como, particularmente, veremos em Alves Correia) que souberam assumir o projecto missionário como valorização da dignidade do ser humano e das suas tradições. Vistas assim, as Missões obrigam a criar escolas, hospitais, seminários, estradas...; e obrigam o missionário a abrir-se culturalmente, disponibilizando-se ao conhecimento das línguas e costumes, o livro que permite conhecer o povo, pela relação, e a ir-se avançando em direcção aos mais isolados, a fim de se ir criando Igreja/comunidade. Assim, além do espalhar da fé ajudam-se as pessoas a crescer e a caminhar pelo próprio pé, tanto a nível da fé como humano e social, mesmo perante as contrariedades, tanto políticas como religiosas.

A concluir, nada melhor, portanto, para ilustrar a história dos Espiritanos, do que um texto de Torres Neiva, escrito aquando do jubileu dos 300 anos da sua fundação:

¹⁸⁹ Pe. Eigenmann também fundou outros colégios: a Escola Agrícola Colonial, de Sintra – para a formação dos Irmãos; Escola Apostólica da Formiga, em Braga – que funcionava o curso do ensino secundário; e a Procuraria das Missões, em Lisboa – que atualmente é a casa Provincial dos Espiritanos.

“Recordar o itinerário da missão espiritana é percorrer uma aventura de perseverança e de fé que há 300 anos acompanha a história de povos ignorados e culturas esquecidas. Uma história sonhada de mãos dadas com os estudantes pobres de cidades sem rosto à procura da sua própria identidade. A missão da Acádia, quando os gritos dos índios americanos acordavam toda a Europa. A missão da Guiana a terra maldita de todos os degredos. A missão das Duas Guiné onde a nova África despontava. A missão do interior do continente africano, cuja alma os exploradores violavam e ofendiam. A missão da Ásia e do Novo Mundo tão próxima e tão distante. A missão dos tempos novos sem geografia nem fronteiras. Percorrer esta história de 300 anos é reabrir o diálogo com culturas e religiões diferentes. Reavivar um testemunho evangélico face às convulsões políticas e situações de risco, apostar na juventude e na formação de líderes. Os massacres e os naufrágios, as mortes prematuras e os sonhos desfeitos, são a credencial pascal de uma missão que nunca cansou nem desiludiu. Percorrer esta história de 300 anos é recordar profetas como Pierre Maillard, o defensor dos índios da Acádia; Lanoué, o apóstolo legendário da Guiana; o P. Laval e os escravos da Ilha Maurícia; Mons. Shanaham e os igbos da Nigéria; Daniel Brothier e os órfãos de todas as periferias; o P. Alves Correia e a defesa dos direitos humanos. A missão espiritana aprendeu a falar zulu nos confins da África do Sul, Manjaco na Guiné-Bissau, Crioulo em Cabo Verde, Guarani no Paraguai. Viveu o drama dos sem terra no Brasil, dos sem paz em Angola, dos sem abrigo nos campos de refugiados, dos sem pão nas favelas do Rio, da segregação racial nos hostels da África do Sul, dos sem liberdade religiosa na Argélia e na Mauritânia, dos sem pátria entre os emigrantes da Europa e da América. Como há 300 anos a missão espiritana está ainda no seu começo: é a hora de retomar os remos, fazer-se ao largo, e de novo partir para a outra margem”¹⁹⁰.

¹⁹⁰ NEIVA, Adélio Torres – *Chaves de leitura da missão espiritana – perspectiva histórica*, in *Missão Espiritana*, nº 1 Junho (2002), pp. 28-29.

CAPÍTULO III

CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE PORTUGUESA E ULTRAMARINA

Neste capítulo procuraremos contextualizar a dimensão da política portuguesa e ultramarina, considerando que ao longo do arco temporal da vida do Padre Alves Correia nem sempre a política portuguesa e ultramarina foram favoráveis à presença e desenvolvimento da missão promovida pelas Ordens Religiosas nas Províncias Ultramarinas.

Torna-se, pois, necessário contextualizar a profunda transformação da realidade sócio-política daquela época turbulenta que antecede e aquela na qual viveu o Padre Alves Correia, para se perceber de que forma foi ele fiel ao seu dever cívico, patriótico e à Igreja, através da fidelidade aos votos que professou como Missionário Espiritano, assim como, à espiritualidade que é própria da Congregação a que pertenceu.

3.1 - Da Monarquia Constitucional à implantação República

Diante do turbilhão sócio-político vivido ao longo deste período da história de Portugal que me proponho percorrer, foram imensas as transformações sociais, políticas e religiosas que muito influenciaram a vivência e o futuro do País e das suas gentes: verificaram-se crises políticas, económicas, sociais que redundaram e amplificaram as crises e tensões eclesiais; será, porém, neste contexto turbulento e conflituoso que emergirão a profecia e a fidelidade à verdade e à liberdade, tão aclamada neste período, e que culmina com a espoliação laicizante em nome da Lei de Separação¹⁹¹.

O século XIX europeu foi também muito conturbado. Em meados do século, Portugal vivia uma fase igualmente de grande instabilidade sócio-política¹⁹². Desde a derrota das forças absolutistas de D. Miguel, defensor de fortes ideais católicos e

¹⁹¹ Cf. SERRÃO – *História de Portugal (1910-1926) vol XI*, pp. 80-83.

¹⁹² Portugal vivia uma situação de bloqueio político, estando a corte ausente no Brasil, os exércitos nas mãos dos ingleses, levantando-se inúmeras queixas à administração inoperante, crescendo a revolta face às carências sentidas e às injustiças. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. Vol VII – A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*, Viseu: Editorial Verbo, 1984, pp. 345-ss.

tradicionalistas, em 1834, ficara implantado o regime liberal e consolidada a vitória da burguesia¹⁹³. Esta nova classe social aproveitou para se alcandorar aos cargos importantes da sociedade: grandes comerciantes, juristas, militares e políticos¹⁹⁴. Com o advento da burguesia ao poder, esta só se preocupará com a defesa dos seus interesses económicos, que estavam ligados ao comércio e à exploração de vastas propriedades fundiárias, que eram adquiridas pela compra dos bens nacionais.

Neste contexto do Liberalismo, a Igreja, que detinha uma função de legitimação social como religião da Nação, passa a sofrer um processo de relativização do seu papel na sociedade ao ver-se remetida para o foro privado, e vendo reduzir-se-lhe o poder económico e de influência social. Surgem, entretanto, tensões entre a Igreja e o Liberalismo explícitas na contestação do Regime à Vida Religiosa consagrada, sobretudo através da supressão dos noviciados, numa tentativa de funcionalização do clero pela sua sustentação e pelo interesse nos bens da Igreja¹⁹⁵. Em alguns pontos do país, o regime liberal promoveu reformas radicais, fazendo nomear vigários capitulares que concorriam com o bispo ou a autoridade canónica, ao mesmo tempo que sujeitava o clero à justiça comum, extinguia os padroados eclesiásticos e as Ordens Religiosas, nacionalizava os seus bens e proibia a admissão às ordens sacras¹⁹⁶.

Entretanto, em Setembro de 1836, uma nova revolta de cariz popular rebentou em Lisboa. Este levantamento popular ficou conhecido por Setembrismo¹⁹⁷, e procurava satisfazer os interesses da pequena e média burguesia, ligadas aos sectores da indústria e do comércio. Tendo como líderes elementos das profissões liberais, era também apoiada pela burguesia industrial, proletariado urbano e pela classe média dos comerciantes.

Durante este período, a Igreja perdeu muito dos seus bens usurpados com a intenção de buscar solução para os problemas económicos do Estado. Este saque generalizado denota sem mais a sua fragilidade institucional face aos ataques da liberdade tão defendidos pelo Regime, em contraponto com a proclamação da verdade religiosa¹⁹⁸.

¹⁹³ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. Vol VII – A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*, Viseu: Editorial Verbo, 1984, pp. 235-ss.

¹⁹⁴ Cf. NORONHA, M. - ROSINHA, M. – *A Monarquia Portuguesa. Reis e rainhas na história de um povo*, Lisboa: Seleções do Reader's Digest, 2000, pp. 159-177.

¹⁹⁵ Cf. SERRÃO – *História de Portugal*, pp. 368-ss.

¹⁹⁶ Cf. SERRÃO – *História de Portugal*, pp. 435-ss.

¹⁹⁷ Fase do liberalismo português entre 1836 e 1842, caracterizado pela restauração dos princípios democráticos do vintismo, procurou melhorar as finanças e a economia, moralizar a administração, reprimir a criminalidade e “plantar o sistema representativo”. Cf. PERES, Damião – *História de Portugal. Edição monumental*, Barcelos: Portucalense Editora, 1935, pp. 253-ss.

¹⁹⁸ Ingerência na formação teológica, fruto do jacobinismo triunfante e da laicização dos seminários - Cf. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto: Livraria Civilização, 1970, p. 360.

À fragilidade institucional da Igreja, ao tempo, haver-se-á de ajuntar uma outra, a fragilidade religiosa, mercê da debilidade catequética e formação da fé geradoras de inesperados paradoxos sobre os pontos básicos da doutrina e da prática católicas, com misturas de sagrado e profano, revelando uma religiosidade popular desencontrada ou inconsistente¹⁹⁹.

Passos Manuel, todavia, tentou efetuar um vasto programa de reformas a vários níveis, que supunha a reforma do ensino, com criação de liceus nacionais; o fomento da indústria, através de uma política proteccionista; e o apoio à reconstrução ultramarina. Simultaneamente a orientação da política eclesiástica se radicalizou, quer por causa da destituição de párocos suspeitos de simpatias com o miguelismo, quer pela concepção regalista das relações Igreja Estado²⁰⁰; daqui resultará que muitas sedes episcopais ficarão vacantes, fragilizando a Igreja nacional²⁰¹. No entanto, apesar destes esforços, a verdade é que o resultado prático das medidas adotadas pelo Setembrismo foi praticamente nulo.

Ao tempo a burguesia comercial e fundiária, entretanto nobilitada com títulos honoríficos (barões e viscondes) dedica-se, predominantemente, à especulação financeira: servindo-se do mecanismo de empréstimos concedidos pelo Estado: obtém, assim, licenças para a constituição de sociedades monopolistas, como a Companhia dos Tabacos, do Sabão e das Pólvoras e a Companhia da Confiança Nacional. Daqui resulta a formação de uma oligarquia financeira, muito restrita, mas com larga proteção estatal. Em contrapartida, as classes populares vêm piorar a sua situação²⁰².

Assim, em 1842, um novo golpe de estado porá fim ao Setembrismo e colocará Costa Cabral no poder, restaurando a Carta Constitucional. O Governo chefiado por Costa Cabral²⁰³, durante o seu primeiro mandato na presidência do ministério, num período que ficaria conhecido pelo Cabralismo, empreendeu um ambicioso plano de reforma do Estado, lançando os fundamentos do moderno Estado português. Costa Cabral foi considerado a figura mais polémica da consolidação do regime liberal, admirado pelo seu talento renovador, mas menosprezado e acusado de corrupção e nepotismo²⁰⁴.

¹⁹⁹ Cf. ALMEIDA – *História da Igreja*, p. 424.

²⁰⁰ Cf. ALMEIDA – *História da Igreja*, pp. 266-ss.

²⁰¹ Cf. ALMEIDA – *História da Igreja*, pp. 270-ss.

²⁰² Cf. PERES – *História de Portugal*, pp. 254-ss.

²⁰³ António Bernardo da Costa Cabral (Algodres, Distrito da Guarda, 9 de Maio de 1803 – Porto, 1 de Setembro de 1889) foi político, entre outros cargos e funções, foi deputado, ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos, ministro do Reino e por duas vezes presidiu ao Ministério. Foi um defensor da Revolução de Setembro de 1836.

²⁰⁴ Cf. PERES – *História de Portugal*, p. 281.

Em Janeiro de 1846, o imparável aumento da despesa pública e o consequente défice estatal levaram ao corte de crédito ao Estado, tornando a bancarrota iminente – e é então que o Cabralismo entra em agonia. Com o Cabralismo dá-se a “deslocação do poder da modesta classe média, que fora o apoio do Setembrismo... transitava agora para a grande burguesia dos proprietários e alto funcionalismo civil e militar.”²⁰⁵. Entretanto, robustece-se a autoridade e, apesar dos melhoramentos materiais e o apaziguamento da questão religiosa, a actividade política fica marcada pelas lutas fratricidas e pela intervenção estrangeira²⁰⁶. Apesar de ter completado a legislatura, e de ter sido o primeiro Governo do liberalismo português a conseguir tal proeza, o descontentamento popular era tal que a mínima agitação social ameaçava resultar em sublevação. Foi o que aconteceu na Primavera de 1846, com a Revolução da Maria da Fonte. Perante o alastrar da rebelião popular, a Rainha D. Maria II foi forçada a demitir Costa Cabral, que se exilou para Madrid, sendo este o fim do Cabralismo. Exilado em Madrid, na sequência desta revolução popular (na Primavera de 1846), Costa Cabral acabaria por regressar alguns anos depois, evidenciando uma excepcional capacidade de recuperação e tenacidade, para ocupar a chefia do Governo²⁰⁷. Toma, então, medidas impopulares devido ao agravamento da situação económica, fruto da confiança no capital, da facilidade de acesso ao crédito e do espírito da nova burguesia, como o “imposto de repartição” – uma lei fiscal que origina um agravamento de impostos – e a dedução de salários, com o intuito de equilibrar o déficit²⁰⁸.

A pequena e média burguesia urbana e os pequenos proprietários rurais sentem-se por demais prejudicados com as medidas que levam à redução de salários num período de subida de custo de vida, o que agrava a impopularidade do governo. A impopularidade de tais medidas faz-se sentir violentamente, quando, vier a ser decretada a proibição dos enterramentos nas igrejas²⁰⁹. Surgem, assim, a Maria da Fonte²¹⁰ e a Patuleia²¹¹ – revoltas

²⁰⁵ PERES – *História de Portugal*, p. 288.

²⁰⁶ Cf. PERES – *História de Portugal*, p. 288.

²⁰⁷ Cf. MALTEZ – *Tradição*, pp. 274-275.

²⁰⁸ Cf. PERES – *História de Portugal*, pp. 290-ss.

²⁰⁹ Cf. PERES – *História de Portugal*, pp. 296-ss.

²¹⁰ A Revolta da Maria da Fonte ou Revolução do Minho é o nome dado a uma revolta popular ocorrida na Primavera de 1846 contra o Governo presidido por Costa Cabral. Iniciou-se na zona de Póvoa de Lanhoso por uma sublevação popular que se foi, progressivamente, estendendo a todo o norte de Portugal. Tal revolução terá sido iniciada por uma mulher do povo chamada Maria, que por isso ficaria conhecida pela alcunha *Maria da Fonte* – cf. MALTEZ – *Tradição*, pp. 304-306.

²¹¹ Patuleia ou Guerra da Patuleia é o nome dado à guerra civil que, após a Revolução da Maria da Fonte e a ela, estreitamente, associada, foi desencadeada em Portugal pela nomeação, na sequência do golpe palaciano de 6 de Outubro de 1846, conhecido pela Emboscada, de um Governo claramente cartista

populares que iniciaram, em 1851, um período de certa estabilidade política designado Regeneração. Passado meio século de agitação e de lutas políticas, o tão ansiado tempo de tranquilidade surge por fim, o que permite ao Governo delinear uma série de medidas, tendo em vista a modernização do país. As que têm maior relevância são: o aperfeiçoamento no sector de transportes e comunicações, consideradas infraestruturas imprescindíveis ao progresso do comércio, bem como da agricultura e da indústria²¹². Para que tudo isto seja concretizável, o Governo conta com os capitais nacionais e estrangeiros, particularmente ingleses, adquiridos através de empréstimos. Estabelece-se também a adoção do livre-cambismo, abolindo portagens e monopólios municipais, visando facilitar a circulação de produtos agrícolas e industriais. De salientar que o sector beneficiado é, mais uma vez, o do comércio, já que a diminuição dos impostos alfandegários afeta muito a agricultura e as indústrias nacionais. No entanto, na vida política sucede-se a alternância no poder de dois partidos, sem diferenças ideológicas significativas: Regeneradores e Históricos, mais tarde denominados Progressistas; e do outro lado, geram-se dois partidos em frontal oposição ao regime político: o Partido Republicano, que aglomera a classe média já manifestamente descontente com o governo e a monarquia; e o Partido Socialista instituído e constituído, quase unicamente, por intelectuais.

Em Janeiro de 1890, porém, a situação complica-se com a proclamação do Ultimato Inglês enviado ao Governo português²¹³, resultante de uma questão colonial: a Grã-Bretanha recusa aceitar a soberania portuguesa nos territórios situados entre Angola e Moçambique, e ameaça com graves sanções. Portugal sente as repercussões da grave crise económica e financeira de 1890-91 que, em simultâneo, cai sobre a Europa: em período de contração económica em que a moeda é desvalorizada, seguem-se as falências e o aumento da dívida do Estado. Tal situação sócio-económica faz com que cresça a agitação política e a Coroa é acusada de incompetência governativa²¹⁴.

presidida pelo marechal João Oliveira e por Daun, Duque de Saldanha. A guerra civil teve a duração de cerca de oito meses, opondo os cartistas a uma coligação contranatura que juntava setembristas a miguelistas. A guerra terminou com a clara vitória cartista, materializada a 30 de Junho de 1847 pela assinatura da Convenção de Gramido – cf. MALTEZ – *Tradição*, pp. 309-310.

²¹² Cf. PERES – *História de Portugal*, pp. 334-ss.

²¹³ O Ultimato Inglês de 1890 foi um ultimato do governo britânico – chefiado pelo ministro Lord Salisbury – entregue a 11 de Janeiro de 1890, na forma de um “Memorando” que exigia a Portugal que retirasse as suas forças militares pelo major Serpa Pinto do território compreendido entre as colónias de Moçambique e Angola (na atual Zimbabwe e Zâmbia). A presença de Portugal nestes territórios estava incluída no famoso Mapa Cor-de-Rosa, reclamado a partir da Conferência de Berlim uma faixa de território que ia de Angola à contracosta, ou seja, Moçambique – cf. MALTEZ – *Tradição*, p. 474.

²¹⁴ Cf. PERES – *História de Portugal*, pp. 412-ss.

A 31 de Janeiro de 1891 registou-se no Porto um levantamento militar contra a Monarquia constituído e apoiado, sobretudo, por sargentos e praças. Os revoltosos tinham como hino uma canção de cariz patriótico composta em reação ao Ultimato britânico. Ainda que tenha fracassado, a revolta de 31 de Janeiro de 1891 foi a primeira grande ameaça sentida pelo regime monárquico e um presságio do que viria a advir quase duas décadas mais tarde²¹⁵.

Perante a divisão dos partidos por tendências discordantes e rivalidades pessoais, o rei D. Carlos dissolve as Cortes e institui uma ditadura chefiada por João Franco²¹⁶, como se pode ler numa carta escrita por D. Carlos a João Franco, em 1906:

“Meu querido João Franco, tendo o presidente do Conselho Hintze Ribeiro acabado neste momento por carta que acabo de receber e por motivos que de viva voz te exporei, de depor nas minhas mãos a demissão do Ministério e desejando eu que neste momento te encarregues da formação do novo ministério, desejo que aqui venhas falar-me, logo que possas, e quanto mais cedo melhor. Há muito a fazer e temos, para o bem do País, que seguir por caminho diferente daquele trilhado até hoje, para isso conto contigo e com a tua lealdade e dedicação, como tu podes contar com o meu auxílio e com a força que te devo dar.

*Sempre teu amigo verdadeiro
Carlos.”²¹⁷.*

A 1 de Fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, em Lisboa, assistia-se ao estertor do período monárquico em Portugal, ao verificar-se o regicídio do penúltimo rei de Portugal, D. Carlos, e do Príncipe herdeiro do trono, D. Luís Filipe²¹⁸. Anos mais tarde, verificar-se-á a implantação da República Portuguesa como resultado de um golpe de estado organizado pelo Partido Republicano Português, que destituiu a monarquia constitucional e instituiu um regime republicano, a 5 de Outubro de 1910.

A proclamação da República fora precedida por um extenso programa de propaganda da qual fizeram parte tribunos, parlamentares, escritores, jornalistas e

²¹⁵ Cf. PERES – *História de Portugal*, pp. 421-ss.

²¹⁶ João Ferreira Pinto Castelo Branco (Alcaide, Fundão, 14 de Fevereiro de 1855 – 4 de Abril de 1929) foi um dos políticos dominantes da fase final da monarquia constitucional portuguesa. Ocupou vários cargos na magistratura judicial, nas alfândegas e no Tribunal Fiscal e Aduaneiro. Eleito deputado às Cortes em 1884 (pelo círculo eleitoral de Guimarães), rapidamente subiu na vida política ocupando vários postos ministeriais e a presidência do conselho de ministros. Entrando em dissidência com Hintze Ribeiro (que estava muito ligado à Coroa), abandonou o Partido Regenerador e formou o Partido Regenerador Liberal – cf. MALTEZ – *Tradição*, pp. 488-513.

²¹⁷ Carta de D. Carlos a João Franco datada de 16 de Maio de 1906, in SARAIVA, J. - GUERRA, M. – *Diário da história de Portugal*, p. 486.

²¹⁸ Cf. MATTOSO – *História de Portugal*, pp. 105-124.

professores²¹⁹, que identificava a causa republicana, simbolizada e servida pelo seu partido, com a salvação de Portugal e dos territórios sob administração portuguesa. O surto da propaganda foi favorecido, nas três décadas que antecederam o advento da República (1880-1910) pelo ambiente político e económico que se vivia em Portugal: os erros políticos e da administração da Monarquia, as instituições de crédito e a alta burocracia nas suas relações com a Coroa; a indústria e o comércio do tabaco entraram num regime de monopólio que suscitou severas críticas, dada a sua relação com a concessão de empréstimos ao Estado. De facto, Portugal encontrava-se num ambiente pesado de suborno e a culpa coletiva tornara-se asfixiante, à medida que decorriam os últimos anos da Monarquia, cuja perda foi antecipadamente aceite pelos partidários e beneficiários durante o reinado de D. Manuel II (1908-1910), segundo filho de D. Carlos²²⁰. Esta conjuntura fez com que, na madrugada do dia 4 de Outubro de 1910 a revolução tivesse início. A deflagração sucedeu em dois pontos distintos do centro de Lisboa: no quartel de marinheiros, em Alcântara, e no centro do Regimento de Infantaria 16, em Campo de Ourique. Relativamente ao primeiro ponto, este foi assaltado e ocupado por um grupo de civis e marujos, comandado pelo primeiro-tenente da Marinha, Ladislau Parreira, que era acompanhado pelos seus camaradas tenentes Sousa Dias, Carlos da Maia e Costa Gomes. Relativamente ao segundo ponto, em Campo de Ourique o quartel foi também assaltado e ocupado por civis sob o comando do comissário naval Machado Santos²²¹. Depois destes acontecimentos, Machado dos Santos com os seus companheiros dirigiram-se para o quartel do Regimento de Artilharia I, que ficava na vizinhança, no bairro de Campolide, onde aguardavam outros revolucionários com armas, que dispunham ainda de peças de artilharia.

Sob o comando dos capitães Sá Cardoso e Afonso Pala, dividiram-se em dois grupos que se encaminharam para os locais onde deviam atuar: o Palácio Real das Necessidades, onde tinham por missão prender El-rei D. Manuel II, e o quartel da Guarda Municipal, no Carmo, a guarda pretoriana, responsável pela violenta repressão de que

²¹⁹ Destas personagens destacam-se: Manuel de Arriaga (político), Teófilo de Braga (político e escritor), José Relvas (político), Miguel Bombarda (médico), Cândido dos Reis (almirante), Afonso Costa (advogado e professor universitário), entre outros.

²²⁰ Cf. FERRÃO, C. – *História da 1ª República*, Lisboa: Terra Livre, 1976, pp. 11-12.

²²¹ António Maria de Azevedo dos Santos (Lisboa, 10 de Janeiro de 1875 – Lisboa, 19 de Outubro de 1921), mais conhecido por Machado Santos, foi um militar e político português considerado o fundador da República Portuguesa pela bravura com que se bateu na Revolução de 5 de Outubro de 1910 e depois do regime contra a conspiração monárquica de 22 a 24 de Janeiro de 1919, em Monsanto - cf. MALTEZ – *Tradição*, pp. 162-166.

fora sempre vítima o povo republicano da Capital. Foram sublevações que tiveram grande êxito²²².

Devido à inexistência de oficial de mais elevada patente, Machado dos Santos, que era um simples comissário naval, assumiu o comando do acampamento da Rotunda, onde foi auxiliado por algumas centenas de civis, soldados e sargentos da Artilharia.

Para a repressão desta revolução, as autoridades monárquicas tinham elaborado um plano, cuja execução esteve confiada ao comandante da Divisão, General Gorjão, e ao seu chefe de estado-maior, coronel José Joaquim de Castro. Devido à defeituosa execução desse plano, tal contribuiu em muito para a derrota infligida às forças monárquicas, por um número reduzido de militares e por numerosos civis republicanos, que puseram termo à carreira da realeza. Daí que a família real teve que sair do país²²³, como se pode ler no seguinte citação:

“A família real embarcou hoje no iate Amélia com destino a Gibraltar. Houve primeiro o projeto de se dirigir ao Porto, mas o rumo dos acontecimentos, com a revolução triunfante, alterou esse propósito. O Governo Britânico disponibilizou o iate real Victoria and Albert para conduzir o rei, a rainha D. Amélia e o infante D. Afonso para Inglaterra. A rainha D. Maria Pia será conduzida, de Gibraltar para Itália, a bordo de um navio italiano”²²⁴.

3.2 - O Governo Provisório e a Questão Religiosa

Com a derrota da Monarquia a 5 de Outubro de 1910, depois de trinta horas de luta com os revolucionários republicanos, apenas um partido se encontrava em condições de ocupar o governo da Nação e de se tornar o portador de todos os poderes do Estado – o Partido Republicano Português, que foi quem coordenara a revolução; e foi assim, que após a queda da Monarquia, emergiu o Partido Republicano Português como a única entidade legítima para capacitada para decretar e exercer a autoridade política da Nação, que corria o risco de sofrer uma das maiores crises da sua história política. Por isso, um dos primeiros comunicados após a implantação da República foi o seguinte:

“Ao povo português – Constituição do Governo Provisório da República – Hoje, 5 de Outubro de 1910, às onze horas da manhã, foi proclamada a República de Portugal na sala nobre do Paço do Município de Lisboa, depois de ter terminado o movimento da Revolução Nacional. Constitui-se o Governo Provisório:

*Presidência, Dr. Joaquim Teófilo Braga.
Interior, Dr. António José de Almeida.*

²²² Cf. PERES – *História de Portugal*, pp 453-ss.

²²³ Cf. NEVES, P. - COUTO, C. - PINTO, A., *História de Portugal O Século XX. Textos e Documentos*, vol. IV, Porto: Porto Editora, 1985, pp. 9-14.

²²⁴ SARAIVA, J. - GUERRA, M. – *Diário da história de Portugal*, Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1998, p. 495.

Justiça, Basílio Teles.
Guerra, António Xavier Correia Barreto
Marinha, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes
Estrangeiros, Dr. Bernardino Luís Machado Guimarães.
*Obras Públicas, Dr. António Luís Gomes*²²⁵.

O Governo Provisório não foi investido oficialmente nas suas funções, nem por qualquer junta revolucionária, nem pelo diretório do Partido Republicano Português, que era sem dúvida a entidade mais idónea para assumir a responsabilidade desta nomeação através de um documento oficial. Este Governo manteve-se no ativo e exerceu funções até à aprovação de nova Constituição, em 24 de Agosto de 1911, dando por encerrados os seus trabalhos e autodissolvendo-se a 4 de Setembro, quando deu lugar ao primeiro Governo Constitucional, chefiado por João Chagas²²⁶.

Aquando da proclamação da República, o poder da Igreja Católica constituía um sério obstáculo ao progresso do País e à libertação do povo, manietado por seculares preconceitos e tradições religiosas, de acordo com alguns preconceitos anti-religiosos²²⁷. O retardamento espiritual do povo português derivava, em grande parte, do peso da sua fé, explorada por agentes da Igreja que identificavam o seu destino como estritamente relacionado com o da Monarquia – este, porém, é um retrato da reacção a tudo o que possa lembrar a Monarquia²²⁸, embora, de facto, desde os inícios do século XIX, as Ordens Religiosas tinham aumentado a sua influência em setores da sociedade religiosa, entre as diversas classes, as mais ricas, a nobreza e a Corte, por exemplo os jesuítas.

Promulgado o novo regime (1910), o Governo Provisório efetuou uma vasta obra legislativa através da pasta da Justiça, com vista a combater a influência da Igreja na sociedade. A seguir à Revolução a aversão às Ordens Religiosas tornou-se evidente em Lisboa, fazendo com que fossem assaltadas as sedes de algumas Ordens, onde ocorreram alguns incidentes sangrentos, que não tiveram consequências mais graves devido à rápida intervenção dos dirigentes Republicanos. Mercê das manifestações de anticlericalismo popular, pode dizer-se que o septénio entre 1910-1917 foi um dos períodos mais difíceis na história da Igreja em Portugal. A sociedade portuguesa estava, pois, dividida. Tal hostilidade levou a que muitos párocos tenham sido presos e exilados das suas paróquias. Com a entrada em vigor da Lei da Separação (em 1911), verificaram-se diversos atentados à segurança das pessoas, designadamente de muitos párocos que se viram

²²⁵ NEVES - COUTO - PINTO – *História de Portugal*, p. 17.

²²⁶ Cf. PERES – *História de Portugal*, pp. 468-ss.

²²⁷ Cf. PERES – *História de Portugal*, p. 471.

²²⁸ Cf. PERES – *História de Portugal*, p. 473.

despojados das suas casas paroquiais, ao mesmo tempo que muitas igrejas foram encerradas.

Publicado a 8 de Outubro de 1910, o primeiro diploma legislativo destinava-se a combater o clericalismo. No que se referia às casas religiosas o decreto emanado punha em vigor as leis anti-jesuítas do Marquês de Pombal e as de Joaquim António de Aguiar²²⁹. Diversos outros decretos e portarias indicavam a forma de inventário dos bens das Ordens ou das Congregações e a sua incorporação no património do Estado²³⁰, tal como se pode ler no próprio decreto:

*“Serão expulsos do território da República todos os membros da chamada Companhia de Jesus, qualquer que seja a denominação sob que ele ou eles se disfarcem; e tanto estrangeiros ou naturalizados, como nascidos em território português, ou de pai ou mãe português. [...] Os membros das demais companhias, congregações, conventos, colégios, associações, missões ou outras casas de religiosos pertencentes a ordens regulares serão também expulsos do território da República. [...]”*²³¹.

Esta hostilidade conduziu à supressão e expropriação dos bens de todas as Congregações Religiosas, o que provocou que em poucos meses, as Ordens Religiosas fossem banidas do País e os frades obrigados a deixar o hábito. A legislação anticlerical afetou também o clero secular: assim, o ensino da religião católica nas escolas oficiais foi proibido, e nacionalizadas as propriedades da Igreja. Para efeitos do culto, o Estado emprestava ao clero os templos, e aos párocos concedia-se a possibilidade de viver nas residências paroquiais. O Governo Provisório fez publicar diversos outros diplomas extinguindo o juramento religioso nos tribunais, eliminando os dias santificados como feriados nas escolas e repartições públicas, e estabeleceu o registo civil obrigatório ao mesmo tempo que suprimiu a Faculdade de Teologia de Coimbra²³².

²²⁹ Joaquim António de Aguiar nasceu em Coimbra a 24 de Agosto de 1792 – e faleceu em Lavradio (Barreiro) a 26 de Maio de 1884. Foi um político português do tempo da Monarquia Constitucional e um importante líder dos cartistas e mais tarde do Partido Regenerador. Foi por três vezes chefe de Governo de Portugal (1841-1842; 1860; 1865-1868, neste último período chefiando o Governo da Fusão), um executivo de coligação dos Regeneradores com os Progressistas. Ao longo da sua carreira política assumiu ainda várias pastas ministeriais, designadamente a de Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça durante a regência de D. Pedro nos Açores. Foi no exercício dessa função que promulgou a célebre lei de 30 de Maio de 1834, pela qual declarava extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares, sendo os seus bens secularizados e incorporados na Fazenda Nacional. Essa lei, pelo seu espírito anti eclesástico, valeu-lhe a alcunha de *o Mata-Frades*.

²³⁰ Cf. ABREU, L. - FRANCO, J. – *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da I República*, Lisboa: Gradiva, 2010, pp. 135-141; MATTOSO – *História de Portugal*, pp. 407-409.

²³¹ Decreto publicado no *Diário do Governo*, de 10 de Outubro de 1910, in NEVES - COUTO - PINTO – *História de Portugal*, p. 145.

²³² Cf. SARAIVA, J. - GUERRA, M. – *Diário da história de Portugal*, p. 499 – podem ler-se os decretos que foram saindo desde o dia 22 de Outubro de 1910 a 25 de Janeiro de 1910.

3.3 - Os Missionários do Espírito Santo e Implantação da República

À época a Congregação dos Missionários do Espírito Santo detinha dois colégios muitíssimo reconhecidos entre o público português: o Colégio de Santa Maria, no Porto, e o do Espírito Santo, em Braga. Quando, porém, se deu a Implantação da República, muitos Espiritanos foram vítimas de violenta perseguição²³³. Todos estes ataques anticlericais, levaram a que os Missionários Espiritanos se dispersassem por temer pela sua segurança; tal como se pode ler na carta do Pe. Antunes, Espiritano:

*“A revolução triunfou em Lisboa, a República foi proclamada a 5 do corrente. O Governo Provisório funciona. Amanhã vai aparecer oficialmente um decreto dissolvendo todas as Congregações Religiosas e enviando para a fronteira todos os religiosos estrangeiros; os naturais parece serem despedidos e enviados para as suas casas. Os nossos confrades de Carnide PP. Dunoyer, Cardona, Moisés foram tomados pela população, humilhados e conduzidos para o quartel do Regimento Um de Artilharia, onde estão incomunicáveis”*²³⁴.

Falemos agora dos dois colégios espiritanos existentes em Portugal, que por motivos políticos e rigidez anticlerical acabaram por ser extintos, em obediência à doutrina política em uso.

Após o regicídio de D. Carlos, os republicanos estavam desinquietos e o país alterou-se socialmente, no entanto, ninguém parecia esperar que o Governo adotasse uma postura tão rígida contra a Igreja. Quando, porém, os Espiritanos foram advertidos da perseguição violenta feita aos Jesuítas – as portas tinham sido arrombadas, as casas assaltadas, os móveis quebrados e lançados à rua – começaram a aguardar o pior e a recear pela sua segurança²³⁵.

Urgia pensar a situação dos Colégios Espiritanos. O Colégio de Santa Maria, no Porto, estava muito bem conceituado, tal era o número de alunos que ansiavam receber a formação ministrada pelos Padres Espiritanos. Tendo em conta a conjuntura sócio-política de grande hostilidade urgia assegurar a continuidade da obra, mesmo que os Espiritanos fossem obrigados a abandonar a direcção da Casa. Solicitaram, por

²³³ Exemplos da perseguição aos sacerdotes espiritanos são os casos, em Lisboa do P. Grappe, que tendo celebrado missa às religiosas de São José de Clunny, e após ter dado aulas de teologia no Colégio Inglês, foi violentamente ofendido e maltratado; mesmo assim, conseguiu chegar à estação ferroviária protegendo-se com roupa que lhe tinham emprestado; há também o caso do Pe. José Alves Terças e do Pe. Riedlinger, que foram presos em Caxias; outros houve que foram enviados para as suas famílias, ao passo que os Espiritanos estrangeiros foram escorraçados de Portugal. Cf. NEIVA – *Congregação*, pp. 192-55.

²³⁴ Carta do Padre Antunes de 9 de Outubro de 1910, in NEIVA – *Congregação*, p. 203.

²³⁵ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 211.

consequente, ao Cónego Correia da Silva, que fora aluno do Colégio do Espírito Santo, em Braga, que assumisse o cargo da direção do Colégio, auxiliado por vários membros da Congregação Espiritana. Todavia, esta tentativa foi infrutuosa, pois, entretanto, fora dada ordem ao Colégio para licenciar os alunos que estavam a frequentar o colégio e fechá-lo²³⁶. Pouco depois, apareceram as Autoridades com um mandato para fazer o inventário dos bens e pô-los sob sequestro.

O Pe. Cruz testemunha o seguinte sobre a extinção do Colégio:

*“Terminou o arrolamento do Colégio de Santa Maria, a que presidiu o Dr. Álvaro de Moura, com a assistência do respectivo delegado António Maria Pinheiro Torres e escrivão Sr. Rodrigo da Fonseca. Arrolaram-se 629 verbas de bens mobiliários avaliados em 2.568\$90 reis [...]”*²³⁷.

Assim, se concluía a história do Colégio de Santa Maria, após 24 anos de vida; vida por vezes difícil, mas uma história de êxitos e que vinha sendo de grande engrandecimento. Muitos dos alunos que frequentaram este Colégio ocuparam lugares de prestígio entre as profissões liberais, na armada, no comércio e na indústria²³⁸.

No início de Outubro de 1910, o Colégio do Espírito Santo, em Braga, encontrava-se no seu apogeu: nesse ano registaram-se 420 pedidos de admissão. Foi o número mais elevado alguma vez conseguido, visto que a média anual da matrícula era de 360 a 390 alunos. Aquando da comemoração dos 50 anos de existência deste Colégio, foi promulgado o Decreto que dava como abolidas a Companhia de Jesus entre outras Congregações Religiosas, conventos, colégios, associações, missões, bem como outras casas de religiosos, passando os seus bens, móveis e imóveis, para a usufruto do Estado. Todos os membros estrangeiros foram, entretanto, expulsos o território português.

Ao tomar conhecimento da promulgação da Lei da Separação, o P. Blériot entrou em comunicação com o Cônsul de França, uma vez que, os bens que os Espiritanos possuíam eram em grande parte franceses; contava ainda com as boas graças do Governador Civil de Braga, antigo aluno desse Colégio²³⁹. Mas não teve sucesso nas suas diligências. Naturalmente, a lei foi igual para todas as Congregações. Apesar de toda esta situação, os Padres Brériot e Girollet, conseguiram estender a sua estadia em Portugal; enquanto todos os outros membros da Comunidade de Braga tiveram de partir prontamente: os estrangeiros atravessando a fronteira, os portugueses secularizando-se caso não optassem pelo exílio.

²³⁶ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 211.

²³⁷ Carta do Pe Cruz de 4 de Novembro de 1910, in NEIVA – *Congregação*, p. 212.

²³⁸ Cf. NEIVA – *Congregação*, pp. 211- 212.

²³⁹ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 212.

Os Padres que por algum tempo foram autorizados a permanecer no Colégio, tentaram salvaguardar ao máximo os interesses materiais da Congregação. Assim, a 18 de Outubro receberam a visita oficial do Administrador, acompanhado do Comissário da Polícia e de vários agentes que vinham comunicar as ordens formais recebidas de Lisboa²⁴⁰. Para maior segurança, mandaram vir a Braga o advogado-conselheiro da delegação francesa de Lisboa, a fim de que este tomasse conhecimento dos documentos relativos aos direitos dos proprietários, a fim de poder reclamar por via diplomática, todos os bens injustamente confiscados. O juiz de Braga apresentou-se à porta do Colégio a 28 de Outubro, para selar o mesmo em nome da lei. No mês seguinte, mais precisamente a 8 de Novembro, foram advertidos de que no dia seguinte, a autoridade judicial começaria o inventário oficial de todos os bens do Colégio. Este Colégio deixou de estar a cargo da Congregação dos Missionários do Espírito Santo a partir do dia 9 de Fevereiro de 1911, quando finalizou o inventário ²⁴¹.

É de referir, em conclusão, que a ingente obra formativa dos Espiritanos muito contribuiu para uma formação integral, muito reconhecida pelos seus ex-alunos e por diversas instituições, mercê da qualidade do seu ensino, além de proverem às missões ultramarinas missionários com saber e sentido de dever, cientes dos estudos e da disciplina eclesiástica²⁴². Hoje a história é testemunha do mal e do desvalimento que a perseguição às Ordens Religiosas provocou no País e no território ultramarino, bem como na própria Igreja portuguesa.

Após tempos tão conturbados de perseguição e confrontação social, urgia pacificar e serenar os estratos sociais, tendo em vista o geral entendimento e convívio social. As missões continuavam com falta de apoio de missionários portugueses, uma vez que se haviam fechado as casas de formação, mercê da militância antirreligiosa desperta no povo o espírito militante dos católicos²⁴³.

²⁴⁰ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 213.

²⁴¹ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 215.

²⁴² Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 231.

²⁴³ Cf. DIX, Steffen – *As esferas seculares e religiosos na sociedade portuguesa*, p. 14.

3.4 - Reconciliação entre a República e Igreja

Apesar da sucessão dos motins, muita gente reconhecia a necessidade de uma situação diferente, em que as relações entre República e Igreja fossem mais serenas. Eleito Presidente do Ministério pela primeira vez em 1914, Bernardino Machado pronunciou-se a favor de um entendimento entre as duas e atuou nesse sentido, em vista do ideal de confraternização nacional²⁴⁴. A partir daí, a Lei da Separação começou a ser debatida no Parlamento com vista à sua revisão. Enquanto isso, os Católicos começaram a organizar-se dando conta da ineficácia da luta aberta e violenta contra o Regime. Foi por volta de 1922 que renasceu, em Coimbra, o Centro Académico da Democracia Cristã, anteprojeto de partido católico, que já existira em tempos da Monarquia. Outros núcleos católicos foram surgindo e crescendo em diversos pontos do país. Também a imprensa católica se ampliou, passou a ser melhor orientada e mais eficaz, lutando pela causa da Igreja com maior perspicácia. As eleições de 1915 levaram ao Parlamento os primeiros representantes católicos. A partir de 1916, e sob disfarce, algumas Ordens Religiosas começaram a regressar. A irrupção da Primeira Guerra Mundial (28 de Julho de 1914 a 11 de Novembro de 1918) e a intervenção de Portugal no conflito facilitaram, um natural renascimento da influência do clero na sociedade. A concessão da assistência religiosa aos militares também ajudou.

De salientar que Bernardino Machado, Presidente da República, promoveu em grande medida a restituição das relações diplomáticas com o Vaticano. Por sua vez, a Igreja também procurou novas armas de combate social. No que se refere ao plano político, em vez de se manter rígida contra o Regime, preferiu aliar-se com os elementos mais conservadores do Republicanismo, sem abandonar, a aliança tradicional com a Monarquia e os aristocratas, explorando, habilmente, todo e qualquer desprazer contra medidas menos populares e contra crises económicas passageiras²⁴⁵. Muitos políticos católicos, entre os quais, António de Oliveira Salazar, declararam episódica a questão do Regime, resguardando-se numa espécie de imparcialidade política ao nível superior, o que lhes permitia de facto uma publicidade mais eficiente junto das várias camadas da população²⁴⁶. Quanto ao plano económico, a Igreja assegurou e expandiu ligações importantes com representantes da alta finança, do comércio, da indústria e da agricultura. Relativamente ao plano religioso procuraram-se novos meios para espezitar a fé e

²⁴⁴ Cf. SERRÃO – *História de Portugal (1910-1926)* Vol XI, p. 143.

²⁴⁵ Cf. SERRÃO – *História de Portugal (1910-1926)* Vol XI, pp. 145-147.

²⁴⁶ Cf. SERRÃO – *História de Portugal (1910-1926)* Vol XI, p. 272.

reconquistar as almas, encontrando-se no fenómeno das aparições de Nossa Senhora, em Fátima, um dos fatores que apoiou o incremento da fé e da piedade: “surgindo como um farol de esperança num tempo de inquietação colectiva, as aparições de Fátima consolidavam a força da transcendência em muitas almas sofredoras e em muitos corações aflitos”²⁴⁷.

Outro fator que contribuiu para a pacificação das relações Igreja-Estado foi triunfo do Sidonismo²⁴⁸ (Dezembro de 1917). A subida ao poder de uma situação conservadora e pró-clerical trouxe paz à Igreja Portuguesa, favorecendo a reintegração dos bispos D. António José de Sousa Barroso, do Porto; D. António Mendes Bello, de Lisboa; D. Manuel Vieira de Matos, de Braga; e D. Augusto Eduardo Nunes²⁴⁹, de Évora.

3.5 - Restauração da Província do Espírito Santo

Em Agosto de 1919 o Conselho Geral da Congregação do Espírito Santo, sedado em Paris, decidiu restaurar a Província Portuguesa, e o Superior Geral incumbiu a tarefa ao P. Moisés Alves de Pinho²⁵⁰, que devia regressar ao país e tentar, com ou sem

²⁴⁷ SERRÃO – *História de Portugal (1910-1926) Vol XI*, p. 191.

²⁴⁸ Devido ao mal-estar crescente com a política nacional, fruto do desencantamento derivado das incertezas e turbulências partidárias, da desconfiança com enriquecimentos fraudulentos, da falta de víveres, do crescente descontentamento social, o Sidonismo surge lutando por um ideal que a acção política tinha adulterado: restaurar a justiça, contra a desordem de poder, em nome da tranquilidade e do trabalho. Cf. SERRÃO – *História de Portugal (1910-1926) Vol XI*, pp. 195-ss.

²⁴⁹ Cf. CRUZ, M. – *Igreja e Estado*, in AZEVEDO, C. (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 393-410.

²⁵⁰ Nascido em Fiães, Santa Maria da Feira, a 17 de Julho de 1883, Moisés Alves de Pinho era filho de António Alves de Pinho e Teresa Ribeiro de Castro. Entrou no Seminário dos Missionários do Espírito Santo, na casa da Formiga, em Ermesinde, em 1898. A 2 de Outubro de 1905 emitiu os votos religiosos, em França, como missionário do Espírito Santo. Foi ordenado sacerdote na Igreja de São João de Latrão, em Roma, no dia 19 de Dezembro de 1908. Um ano depois conclui, na Universidade Gregoriana, em Roma, a licenciatura em Teologia Dogmática. Aquando do término do Curso, começou a ensinar Teologia Dogmática no Seminário Maior da Congregação, em Carnide (Lisboa), e a revolução da Implantação da República encarcerou-o no Forte de Caxias. No mesmo ano de 1910 segue para o exílio, em França, onde foi professor de Teologia Fundamental, em Chevilly. Aí tornou-se assistente dos imigrantes italianos em Paris e professor em Langonnet durante a I Grande Guerra. Tal como fica dito, o seu regresso a Portugal, em 1919, tinha como objetivo restaurar a Província Portuguesa dos Missionários do Espírito Santo. Nesse mesmo ano, foi nomeado Provincial de Portugal. Em 1932 foi nomeado Bispo de Angola e Congo, sendo sagrado em Viana do Castelo, a 17 de Julho. Em Angola, reorganizou o Seminário de Luanda, em 1933, e fundou o Jornal «O Apostolado», em 1935. Em 1941 foi nomeado Arcebispo de Luanda e Bispo de São Tomé e Príncipe. Abdicou de Arcebispo de Luanda em 1966, com 83 anos de idade e 34 anos de serviço a Angola. Deixou Angola, definitivamente, em 1975, passando a residir na comunidade da Torre d’Aguilha, em São Domingos de Rana, Cascais. Faleceu no Hospital de Egas Moniz, em Lisboa, no dia 27 de Junho de 1980, a menos de um mês de completar 97 anos. Foi sepultado jazigo próprio, em Fiães. No dia 20 de Outubro de 1999, os seus restos mortais foram trasladados para uma capela lateral, na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em Luanda, que tinha sido a sua Catedral. Cf. CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO – *Memorial Espiritano. 1867-2007: 140 anos*, Lisboa: Secretaria Provincial, 2007, p. 246.

autorização, o recrutamento e a formação de Missionários Espiritanos a fim de enviar para Angola.

Felizmente na véspera de Natal de 1919, surgia a primeira legislação exarada pelo Ministro das Colónias, Comandante Rodrigues Gaspar, que admitia alguma abertura no envio de missionários para as Colónias e a legalidade de fundar estabelecimentos que os preparassem²⁵¹.

Urgia deitar mão à obra; como um primeiro passo era necessário reunir todos os Irmãos e Padres Espiritanos que se encontravam dispersos pelo país, forçados que foram a refugiar-se nas famílias em casas da Congregação fora do país. Por sua vez, e como segundo passo, urgia promover-se um recrutamento vocacional; para isso, seria necessário encontrar uma casa para acolher as vocações que a animação vocacional despertasse. Para que este segundo passo se tornasse uma realidade concretizada, era necessário angariar meios que ajudassem a financiar o desenvolvimento das obras da Província: pregações, retiros, órgão de comunicação social para a propaganda (Revista Missões de Angola e Congo)²⁵².

Trabalhou-se. As vocações começaram a ser imensas; e, apesar das contrariedades reais com que os Espiritanos se debatiam, não faltaram os meios imprescindíveis para a manutenção dos seminários e para se pensar em projetos mais audaciosos a realizar num futuro próximo. Abriu-se a primeira comunidade na Quinta do Charqueiro em Braga, em Outubro de 1919. Em Novembro de 1922, adquiriu-se o antigo convento das Ursulinas, de Viana do Castelo, para onde os alunos de filosofia e de teologia passaram a ser enviados. Em 1924, foi benzida por D. João Evangelista de Lima Vidal, bispo de Vila Real e antigo bispo de Angola e Congo, a primeira pedra dum novo seminário que iria construir-se na freguesia de Godim, no conselho da Régua, cuja paroquialidade os Espiritanos tinham assumido; este seminário foi inaugurado três anos depois, a 12 de Outubro de 1927, vindo a receber muitos adolescentes para os primeiros anos da formação preparatória. Na encosta de Falperra, no local do Fraião, Braga, adquiriu-se, em 1927, uma propriedade para a construção de um outro seminário. Um ano depois, em 20 de Janeiro de 1928, o Senhor Arcebispo de Braga, D. Manuel Vieira Matos, benzia a primeira pedra do Seminário das Missões de Fraião, casa que acolheu muitos jovens destinados à segunda parte do ensino preparatório²⁵³.

²⁵¹ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 237.

²⁵² Cf. NEIVA – *Congregação*, pp. 255-263.

²⁵³ Cf. NEIVA – *Congregação*, p. 259.

Em suma, os doze anos do provincialato do Pe Moisés Alves de Pinho foram deveras produtivos ²⁵⁴. Tal como o próprio escreve:

*“A obra, começada tão modestamente, foi-se alargando mercê da ajuda e protecção de Deus. Tínhamos grandes aspirações, mas fomos fazendo o que o dia-a-dia nos aconselhava e permitia. Os alicerces lançaram-se solidamente numa confiança absoluta no Todo-Poderoso que nunca falta aos que n’Ele esperam e confiam. Com grande alegria me foi dado verificar a consolidação de tantas e tão grandes aspirações”*²⁵⁵.

Segundo a afirmação de D. Moisés Alves de Pinho, os sustentáculos do futuro da Província estavam lançados e foram-se multiplicando e reforçando cada vez mais, fazendo com que se desabrochassem novas comunidades espíritanas um pouco por todo o país: Barcelos, Porto, Coimbra, Fundão, São Domingos de Rana (Cascais) e Algarve. Foi, sem dúvida, uma fase muito positiva e de evolutiva expansão.

Foi importante para a restauração da Província portuguesa da Congregação tanto o apostolado, onde se procura suscitar interesse pela causa missionária, tanto pela imprensa como pelo trabalho vocacional; mas também, pela fundação de muitos grupos de oração pelas missões e pela causa missionária.

Neste ambiente de restauração, volta a Portugal o Padre Joaquim Alves Correia, inicialmente, para Braga, onde se ocupava da Revista “Missões de Angola e Congo” em 1921, sendo que em 1922 foi nomeado Procurador das Missões e Superior da casa de Lisboa. Estas funções levaram-no a lidar de perto com questões relativas às missões, que auxiliava, e com a animação missionária, como já vimos no primeiro capítulo.

À guisa de conclusão deste capítulo e, porque a nossa história nacional viveu de facto momentos confusos, de grande agitação e de mudanças constantes, pensamos ser por isso mesmo, importante incluí-lo nesta exposição. Este capítulo permite-nos compreender melhor, diante do turbilhão vivido e das transformações ideológicas, sociais, políticas e religiosas, o contexto que antecede e donde germina o pensamento e acção de Joaquim Alves Correia.

Se, num primeiro movimento, a sociedade promoveu a desarticulação da Vida Religiosa, relativizando o papel clericalizante da Igreja no seio da sociedade, num segundo movimento, procurou-se diminuir-lhe a influência social, reduzindo-lhe o poder

²⁵⁴ Cf. GABRIEL, M. – *D. Moisés Alves de Pinho e os Bispos de Congo e Angola*, Portalegre: Livraria Editora, 1980, pp. 94-101.

²⁵⁵ PINHO, M. – *Memórias. Recordações duma vida que o Senhor quis longa*, Lisboa: Imprimax, 1979, p. 169.

económico e o seu influxo social, ao mesmo tempo que pela hostilidade se procurava limitar a sua iniciativa e liberdade de acção e subjuga-la a um mero funcionalismo público, sobretudo nos territórios mais distantes. Tal ataque feroz ao cerne da missão da Igreja provocou um arrebate das consciências e potenciou uma regeneração religiosa que favoreceu a reorganização dos seminários e o regresso de algumas Ordens Religiosas. Apesar, porém, deste reerguer da Igreja, no País impera a laicização e a vontade de secularização²⁵⁶! Gradualmente, porém, e apesar da fragilidade institucional e religiosa, da usurpação dos bens eclesiásticos, das ingerências regalistas e da Lei de Separação, verificar-se-á um certo revitalizar do religioso e uma abertura legal que possibilitou um novo dinamismo, fruto do respeito pelos poderes, em jeito de promoção da cooperação. A estas mudanças não é de todo alheia a emergência do laicado e a abertura à universalidade do Cristianismo. Para tal, muito contribuíram as Ordens Religiosas, valorosas no dinamizar do ensino e das missões, no fomento da espiritualidade e do testemunho, através da proposta de novas formas de consagração e de movimentos com impacto social e cultural, seja através da imprensa ou do associativismo. O relançar do movimento católico português pela articulação da prática individual, da vivência social e da manifestação pública da vida devocional²⁵⁷.

²⁵⁶ Cf. FERREIRA, António Matos – *A Constitucionalização da Religião*, in *História Religiosa de Portugal*, III, Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 37-60.

²⁵⁷ Cf. CLEMENTE, Manuel – *A vitalidade Religiosa do Catolicismo Português: do Liberalismo à República*, in *História Religiosa de Portugal*, III, pp. 65-127.

CAPÍTULO IV

BREVE SISTEMATIZAÇÃO DO PENSAMENTO DO PADRE ALVES CORREIA

Dedicamos o capítulo quarto a elaborar uma súpula que, ainda que breve, visará relevar o pensamento e acção pastoral do Padre Alves Correia. Acedendo a alguns dos seus textos publicados percorreremos e documentaremos o seu o pensamento teológico, sobretudo a sua orientação pastoral. Como se verá, evidenciaremos na nossa exposição as linhas de pensamento através das quais o Padre Alves Correia se mostrou aos olhos da sociedade e da Igreja do seu tempo como um pastor e um teólogo inovador, quer nas ideias quer nas suas práticas pedagógicas e pastorais.

4.1 – Visão teológico-pastoral

Num primeiro momento abordaremos a sua visão teológico-pastoral inovadora, em razão da qual se apresenta como um renovador, ao antecipar, em décadas, o debate do II Concílio do Vaticano; percorreremos o seu pensamento, desde a sua visão sobre a vida litúrgica, passando pelo apostolado, pela liberdade da consciência e pela opção pelos pobres. Também se salientam alguns dos seus contributos para a formação cristã que decorre da sua visão eclesiológica.

Num segundo momento, relevar-se-ão alguns dos mais meritórios frutos que Alves Correia ainda foi a tempo de colher.

4.1.1 – Renovação litúrgica

No seu labor pastoral e como escritor, reconhece o Padre Alves Correia que o comum fiel da Igreja em Portugal está muito mal informado sobre o Evangelho, do qual vive descentrado: perde mais tempo com livrinhos piedosos e com sermões de qualidade duvidosa, do que com a frescura do verdadeiro texto do Evangelho. Por isso, em tom direto, acusa, apontando o caminho:

“a devoção verdadeira não é a das palavraslouvaminheiras, a das festas e das exterioridades, mas sim a da imitação do santo, a quem pretendemos honrar”²⁵⁸.

Existe, contudo, uma razão prática que justifica o êxito popular dos devocionários e a (natural) aversão à Sagrada Escritura: esta encontra-se em latim! Em razão disso, reconhecendo o afastamento das fontes da liturgia, o Padre Alves Correia defende que a Sagrada Escritura e as celebrações litúrgicas deveriam ser vertidas em língua vernácula, a fim de que todos pudessem beneficiar da sua riqueza espiritual:

*“...o culto público que deveria ser o coração da nossa vida religiosa, tornou-se quase tão ineficiente como um monte de gelo arrumado num canto da Igreja. Não, o fiel não dirá *Ámen* a sério, com proveito, enquanto o não entender, em língua viva e palpitante ao que o ministro diz a Deus por ele. Há-de dizê-lo também com ele. O que se perde para o Espírito, na administração dos Sacramentos, nas bênçãos do Ritual, nos funerais dos fiéis por se negarem ao público as falas que se dirigem a Deus”²⁵⁹.*

De facto, o Catolicismo português de então poderia caracterizar-se pela rotina alimentada pelo recurso a devoções “louvaminheiras” e semi-estéreis. A tal indigência espiritual, porém, não poderia o apóstolo fiel ser indiferente, ao ponto de se conformar, também ele, com tal paupérrima rotina espiritual e litúrgica. Como bom missionário espiritano, conhecedor da realidade em que se insere e movido por sadio zelo apostólico, o Padre Alves Correia procurará, por isso, através da palavra escrita e da sua pregação, apelar à conversão da vida pessoal e comunitária dos fiéis, a fim de que participem plenamente da celebração dos mistérios da fé cristã. Imbuído do carisma espiritano, colocar-se-á ao serviço da Igreja local, e empregará todas as suas forças em promover a comunidade cristã, pela formação de um laicado comprometido e responsável²⁶⁰.

A leitura da realidade espiritual da Igreja do seu tempo é, porém, bem cáustica e denunciadora de um profeta conhecedor das verdadeiras fontes da salvação:

“A paróquia, primeira célula da vida social da Igreja, é quasi ignorada por certos devotos; a missa paroquial, com a familiar homilia, não vale nada para eles, comparada com a sua capelinha, onde o Sr. Padre Fulano de Tal faz umas devoçõezinhas tão bonitas e tão cheias de sentimento. Da missa pouco mais sabem ou querem esses tais devotos, senão que a diz o padre; em vez de lhe seguir as palavras e acompanhar os gestos sagrados, acham melhor ir lendo numa «Chave do Céu» de folhinhas doiradas uns pensamentos da Santa Teresinha, interrompendo-se apenas para dizer - «meu Senhor e meu Deus!» à elevação... e ainda esse bocado de atenção é só porque lho pagam com indulgências”²⁶¹.

²⁵⁸ CORREIA – *A Largueza*, p. 36.

²⁵⁹ PARAFUSO, João – *Meditações de um sacristão*, in LOPES – *Pe Joaquim*, pp. 273-274.

²⁶⁰ Cf. Regra de Vida Espiritana (R.V.E.), nº 18.

²⁶¹ CORREIA, Joaquim Alves – *Piedosas futilidades piedade castiça*, Braga: Opus Dei, 1927/1928, p. 59.

E que diferença existe entre Católicos e Protestantes: uns bebendo «em fios de água tortuosos», outros, na Sagrada Escritura traduzida! Louvará, por isso, os Protestantes pela coragem assumida, desde há muitos anos, em traduzir a Sagrada Escritura e em difundi-la largamente! Ele próprio, dedicará longas jornadas a preparar e a publicar alguns subsídios mais urgentes, que ajudem os fiéis mais simples e menos sabedores de latim, a viver e a celebrar a sua fé, procurando pôr fim ao culto vazio do seu tempo. E é assim que surge «A missa dos Pequeninos» (1919), a fim de que as crianças da catequese possam perceber aquilo que ouvem e responder, depois, na Eucaristia; publicará o «Cantai ao Senhor» (1925), uma recolha de cânticos mais usados na liturgia, com tradução das letras do latim para o português; publicará o «Manual de Oração» (1944), com textos, orações e o ordinário da Missa, bem como, os rituais traduzidos e explicados. O motivo de todo este esforço editorial, explica-o ele em breves palavras:

«Talvez até nisto haja atualidade, num país em que as almas que se dizem ou creem piedosas leem tudo com sofreguidão, menos o Evangelho, porque certa aberração devocional leva por vezes muitos espíritos a matarem sedes em fios de água tortuosos, encharcados alguns e a esquecerem a fonte divinal, que a Revelação ofereceu à Humanidade»²⁶².

Também a questão litúrgica em torno da língua vernácula é um tema muito presente e recorrente nos seus escritos. Poder-se-ia pensar que estivesse relacionado com a temática da “inculturação”, orientação que, naturalmente, lhe vem dos Fundadores Espiritanos, para quem sempre urge que a mensagem de Deus fosse verdadeiramente acolhida por todo o povo e não apenas pela parte mais letrada. Contudo, parece-nos, o seu esforço de divulgação e a urgência formação litúrgica vem de uma realidade mais profunda: o povo fiel vive endémico, privado do acesso ao culto verdadeiro; ora isto é algo muito progressista para a sua época, como depois, profeticamente, se descobrirá com a reflexão e as diretrizes do Concílio Vaticano II²⁶³.

²⁶² CORREIA – *A Largueza*. p. 27.

²⁶³ Será bom de notar que são três as décadas que separam o espírito ousado do pensamento sobre a pastoral litúrgica do Padre Alves Correia e as novidades do Concílio Vaticano II. Na *Sacrossantum Concilium* encontramos paralelismos com o pensamento do Padre Alves Correia: “Para assegurar esta eficácia plena, é necessário, porém, que os fiéis celebrem a Liturgia com rectidão de espírito, unam a sua mente às palavras que pronunciam, cooperem com a graça de Deus, não aconteça de a receberem em vão. Por conseguinte, devem os pastores de almas vigiar por que não só se observem, na acção litúrgica, as leis que regulam a celebração válida e lícita, mas também que os fiéis participem nela consciente, activa e frutuosa.” (nº 11); “As acções litúrgicas não são acções privadas, mas celebrações da Igreja, que é «sacramento de unidade», isto é, Povo santo reunido e ordenado sob a direcção dos Bispos. Por isso, tais acções pertencem a todo o Corpo da Igreja, manifestam-no, atingindo, porém, cada um dos membros de modo diverso, segundo a variedade de estados, funções e participação actual.” (nº 26); “Dado, porém, que não raramente o uso da língua vulgar pode revestir-se de grande utilidade para o povo, quer na

“Confusão, com efeito, e só confusão, esse estranho culto, que se fez moda, em que a oração pública é só para o padre e para o acólito, em que o público piedoso se entretém com outras piedades. Denunciemos esta religião aberrante, desprezadora, ou do povo vil, ou da oração litúrgica por arrevesada e incapaz de ser servida à Igreja: se a Igreja e sua religião são católicas, é porque são Igreja (e oração) para todos”²⁶⁴.

4.1.2 – O Apostolado

A urgência da vida apostólica intensa está no coração da missão espiritana, como se pode ler na Regra de Vida Espiritana:

“a vida de amor e de santidade que o Filho de Deus levou na terra, para salvar e santificar as almas, e pela qual se sacrificou continuamente à glória do Pai para a salvação do mundo”²⁶⁵.

Percorreremos, neste pequeno sub-capítulo, a intensa actividade e experiência missionária do Padre Alves Correia, levada a efeito, sobretudo, num terreno verdadeiramente de primeira evangelização. Visto ser profundo conhecedor do trabalho e do apostolado de grandes missionários, como o Pe. Shanaham, por exemplo, vê-lo-emos a defender a importância das missões *ad gentes*, nas colónias portuguesas, quando houve de assumir a Procuradoria das Missões; em boa verdade, a seu ver, a urgência da missionação e o dever missionário é labor de todos os cristãos:

“Se somos todos discípulos de Cristo, temos e colaborar todos para que se realize o testamento imperioso de Cristo, uns indo, outros encontrando e ajudando quem vá, outros dando, com sacrifício abnegado, meios pecuniários de ação e desenvolvimento às Missões, outros achando quem dê e difundindo, pela escrita, pela fala, pelo exemplo, o ideal missionário, a paixão de iluminar e salvar”²⁶⁶.

Por outro lado, quando, vindo das missões da Nigéria (1919), regressa a Portugal, dedicar-se-á intensamente ao apostolado da animação missionária que sempre estimara, e em consequência do qual veio a ser diretor e principal redator das revistas «Missões de angola e Congo» (1921) e «Portugal em África» (1944), através de cujo labor procurará destacar todo o bem que, em nome de todos os cristãos ia sendo feito nas terras de missão, na fidelidade ao mandato missionário de Cristo. Tal esforço de animação e divulgação visava procurar englobar a todos na dimensão missionário, procurando o compromisso de todos através do auxílio que pudessem prestar. Este apostolado não o exerceu, porém, apenas pela escrita, visto que também se deslocava frequentemente, a muitas

administração dos sacramentos, quer em outras partes da Liturgia, poderá conceder-se à língua vernácula lugar mais amplo, especialmente nas leituras e admoções, em algumas orações e cantos” (nº 36.2).

²⁶⁴ CORREIA, Joaquim Alves – *O problema da Oração Litúrgica*, Braga: Opus Dei, 1933-1934, p. 76.

²⁶⁵ Cf. R.V.E., nº 3.

²⁶⁶ CORREIA – *Vida mais alta*, p. 150.

comunidades cristãs, por todo o país²⁶⁷, pregando, anunciando, esclarecendo, denunciando velhas práticas piedosas, despertando consciências e animando o ardor missionário de todos os fiéis:

*“O apostolado português tem necessariamente de fundar raízes na organização dos crentes portugueses para o apostolado!... **O presente em Portugal é triste.** Se o compararmos com o que vai lá por fora, com o que em terras católicas e em terras protestantes se faz pela propaganda evangélica, é um presente de abandono, de deserção. São tão-somente exceções, por ora, as paróquias, as agremiações oficiais da Igreja portuguesa, que se interessam pelo testamento do Salvador: «Ide, ensinai todas as gentes». Em muitas, nas mais delas, quantas confrarias e associações inventou a devoção privada; **mas à grande empresa, à difusão do Reino de Deus, não se lhe achou lugar**”²⁶⁸.*

Àquele tempo, o seu pensamento e a sua voz eram profundamente ousados, de tão aberto era o seu chamamento universal para a missão! Com frequência defendia uma nova visão da pastoral vocacional, como um alerta que despertasse interesse quer de homens e mulheres, de todas as idades e formações, para vários tipos de consagração: Padre, irmãos e irmãs, voluntários leigos:

«...uma nação cristã que não faz pregar, desobedece à última vontade do testamento de Cristo Salvador.(...) se um dia acorda entre nós um católico português e se lembra de cumprir um dever que todos deveriam cumprir e quase todos esquecem; (...) [Dizem] o homem é doido e fanático, porque dá à causa do Apostolado, à salvação de longínquos pretos, o que deveria dar aos pobres que tem à porta»²⁶⁹.

O Padre Alves Correia foi plenamente consciente da comum corresponsabilidade na propagação do Evangelho: a missão é de todos e para todos! Por fidelidade ao carisma espirital, apregoa, intencionalmente, recordando a todos o dever de se estar ao serviço da primeira evangelização: “Vamos, primeiro, para aqueles que não ouviram a mensagem do Evangelho”²⁷⁰. Este slogan gritá-lo-á, tanto como missionário em terras *ad gentes*, como na sua terra pátria, animando e despertando as consciências para a missão.

A intrepidez do Padre Alves Correia, tem porém, raízes fundas. Já o apostolado do Padre Larguezas, ao inverso de certas opiniões, não foi uma intromissão na política, visto que, perscrutando os sinais dos tempos²⁷¹ e na fidelidade ao carisma espirital, já ele se “solidariza com aquilo que os homens vivem, interessa-se pelas tradições, procura

²⁶⁷ Cf. COELHO, Manuel Faria – *Padre Joaquim Alves Correia: a justiça de uma homenagem ao lutador da liberdade*, in *Boletim cultural*, Câmara Municipal de Paredes, Setembro 1978, p. 27.

²⁶⁸ CORREIA, Joaquim Alves – *Boas festas*, in *Missões de Angola e Congo*, Dezembro de 1923, p. 188.

²⁶⁹ CORREIA – *A Largueza*, pp. 88-89.

²⁷⁰ R.V.E., nº 4.

²⁷¹ Cf. *Gaudium et Spes*, 75.

promover a justiça e a paz na vida social, económica, política e religiosa”²⁷². Ao Padre Alves Correia, o que, pois, não dá mesmo para entender, é como a dimensão apostólica da Igreja deva ser apenas remetida para o espaço sagrado ou para a sacristia! Por isso, jamais aceitará ou promoverá uma religiosidade meramente de âmbito do privado, obliterando o carácter profético e comunitário do testamento espiritual que recebemos de Jesus Cristo. Apresentar-se-á, por isso, como porta-voz dos sem voz, como arauto do Evangelho, como apóstolo que fala, sem distinção de cor, partido ou credo dos interlocutores!, procurando, apenas, despertar as consciências para a verdade, para a justiça e para a dignidade de cada ser humano, na sua individualidade e na comunhão com os demais:

“Há pouco quem se ocupe dos problemas de assistência, em ralação aos que sofrem. E repare que me estou a referir especialmente àqueles que tinham o dever de olhar por isto. De modo que o Padre Joaquim Alves Correia seria olhado por muitos talvez como uma pessoa que não agradava. A pessoa que só pensa em si, que não pensa na dor alheia e que passa indiferente perante a miséria, a dor, a amargura que há no mundo e que se poderia atenuar, não poderia simpatizar com o Padre Alves Correia”²⁷³.

A dimensão apostólica não foi um labor sempre fácil ao Padre Alves Correia²⁷⁴:

“Sem medo de ninguém, sem ser “cão mudo” diante da injustiça, sobretudo sem bajulação dos poderosos – que seria traição aos humildes – não pode o cristão consentir tão pouco no rancor, na vingança, na contraposição do seu próprio orgulho ao orgulho dos iníquos. Seria combater o ódio com o ódio; e o ódio só pode ser combatido com o amor. A caridade, a que o cristão deve aspirar, sem descansar enquanto lá não chegue, será a do Pai Celeste, que “manda sol a bons e a maus e envia a sua chuva ao campo do justo como ao do pecador...sede pois vós perfeitos como vosso Pai Celeste é perfeito”(Mt 5,15-48)”²⁷⁵.

A verdade dói! Dói a quem a escuta e a quem a procura silenciar; a quem a diz e a quem a procura fazer ouvir. E até doerá bem mais a quem a proclama porque sofrerá represálias dos que a querem abafar. É bem mais cómodo deixar-se ir, deixar-se levar, deixar-se acorrentar a ideias mesmo que erróneas e injustas, do que cortar as amarras e libertar-se para procurar libertar os demais. Acomodar-se não é, porém, o espírito do Evangelho, não é o estado de ânimo do profeta, não é o testemunho do arauto.

²⁷² R.V.E., nº 30.1.

²⁷³ CORREIA – *Cristianismo*, p. 235.

²⁷⁴ “O Padre Alves Correia viveu num tempo em que a verdade era só uma, a do regime vigente e foi por isso que ele foi perseguido.”, in NEIVA, Adélio Torres – *P. Joaquim Alves Correia: As grandes intuições da sua vida*, p. 4.

²⁷⁵ CORREIA – *Vida mais alta*, p. 90.

Na intensa atividade apostólica do Padre Alves Correia coube também uma dimensão profética, denunciadora, que não pactuou com a situação de proteção da Igreja portuguesa do seu tempo²⁷⁶:

“...porque quando eu vim a conhecer a tua palavra, clara e direita, como chama que não vacila, que dizia das larguezas do reino de Deus e ousava distinguir entre o erro e os que erram, com direitos sagrados à sua consciência errática, já o farisaísmo da Igreja tinha consentido em tornar-se conivente com os interesses temporais do Governo, impondo-te o afastamento. E nunca regressaste!”²⁷⁷.

Claro está que tal “protetorado” concedido pelo Estado à Igreja, teve como nefasta consequência o seu encarceramento na esfera privada, por que, se por um lado, se oferecia um “mecenato”, por outro, tal servia para a controlar e subjugar, fazendo calar muitas vozes proféticas, devido ao receio de perda de poder ou de rendimentos. Quantos foram os que se separaram ou distanciaram da Igreja, ou a seguiram de forma fria e rotineira, sem vida, sem o zelo que nos testemunha o Padre Larguezas e tantos outros missionários espiritanos seus contemporâneos²⁷⁸?

Temos em três palavras recentes do Papa Francisco um belo testemunho do ser Igreja de Cristo: caminhar, construir e confessar²⁷⁹. Também o Padre Alves Correia optou por estar ao serviço, um serviço apostólico desinteressado, em favor dos humildes, fruto da sua “opção preferencial pelos mais pobres, humildes e marginalizados”²⁸⁰; esta foi uma escolha que brotou da sua espiritualidade espiritana como garante da fé e do renovado ardor apostólico que tem a fonte no amor divino.

4.1.3 – Liberdade de fé e de consciência

De acordo com as considerações já anteriormente estabelecidas, o Padre Alves Correia considera a Igreja portuguesa do seu tempo muito fechada em si, sem liberdade de consciência e de expressão, incapaz de se posicionar corretamente em relação aos não crentes, aos crentes de outras religiões, ou até aos Protestantes. Por isso, afirma:

²⁷⁶ “A Igreja não pode comprometer-se numa acção política concreta, mas tem o dever de julgar acerca da equidade e da justiça. A denúncia profética é missão da Igreja. O silêncio da Igreja por medo ou oportunismo ou vaidade no convívio com os poderosos, não revela a Igreja das bem-aventuranças do Reino de Deus.”, in NEIVA, Adélio Torres – P. Joaquim Alves Correia: *As grandes intuições da sua vida*, p. 5.

²⁷⁷ CORREIA – *Cristianismo*, p. 236.

²⁷⁸ Estes são vícios não apenas de ontem, mas também de hoje, que o actual Papa denuncia com frequência: «...a luta pelo poder na Igreja não deve existir. Ou melhor, deve ser a luta pelo poder verdadeiro, ou seja, o que ele, com o seu exemplo, nos ensinou: o poder do serviço. O verdadeiro poder é o serviço.», cf. Homilia do Papa Francisco, na missa com os cardeais, a 21 de Maio de 2013.

²⁷⁹ Cf. Homilia do Papa Francisco, na missa com os cardeais, a 13 de Março de 2013.

²⁸⁰ R.V.E., nº 12.

“...nós bem sabemos que, para haver salvação é preciso ser da Igreja; mas também sabemos, também sabem todos os teólogos, que há muitos que são da Igreja sem o parecerem, do mesmo modo que muitos outros o parecem ser e não o são”²⁸¹.

Defenderá, por isso, a seu tempo que a Igreja portuguesa tinha muito a aprender com estes parceiros de diálogo, tendo em vista a diversidade de pontos de vista e de iniciativas inovadoras, que só provavam que a crença sincera, ou a descrença fundamentada, mais do que validade, têm um valor imenso para a Igreja:

*“Acontecerá..., algumas vezes, que ramos aparentemente separados da Família Cristã, porque sinceramente e invencivelmente inconformes com as formulações ortodoxas da Fé ou invencivelmente inconformados com a disciplina exterior da Organização religiosa, terão de ser tidos excomungados pelo Corpo da Igreja, **mas de facto são movidos pelo Espírito de Cristo**, pois até as suas erradas inconformidades lhes são ditadas por um amor deslumbrado da pureza do Espírito”²⁸².*

Defenderá, como será natural e conseqüente, mas não sem ousadia, um diálogo compreensivo, frontal e despretensioso que aproxime a Igreja com o mundo não-católico do tempo, repudiando qualquer tentativa de imposição religiosa:

«... [os não crentes] têm até o dever de seguir a sua consciência errónea invencível, como nós temos o dever de seguir a nossa consciência certa. (...) não queiramos nós proibi-lo, com intolerâncias mesquinhas. O Reino de Deus não é uma seita!»²⁸³.

Como homem e como missionário espiritano, o Padre Alves Correia sente-se inclinado também para o diálogo com as outras religiões:

“Dialogamos e colaboramos lealmente com os responsáveis e crentes de outras religiões, assim como com aqueles que não creem em Deus: confiamos no Espírito Santo que nos dirige, a uns e outros, para a verdade total”²⁸⁴.

Acima de tudo, o Padre Alves Correia respeita a consciência pessoal individual e jamais procurará impor doutrinas, disciplinas ou verdades pela força, porque entende que se nos seus interlocutores existir sinceridade de busca, estes não poderão desobedecer à sua consciência! Importa, então, a seu ver, criar laços, partilha, diálogo, patamares de encontro que ponham fim a batalhas infrutíferas, ao menosprezo mútuo, a fim de que possa ressurgir a unidade tão querida por Jesus²⁸⁵.

O respeito pela consciência dos demais faz do Padre Alves Correia um sacerdote Católico com profundo sentido de comunhão e um sincero promotor do ecumenismo entre

²⁸¹ CORREIA, J. Alves – *Consciência Cristã*, Vila Real: edições Metanoia, 1949, p. 8.

²⁸² CORREIA – *Cristianismo*, pp. 36-37.

²⁸³ CORREIA – *A Largueza*, pp. 69-70.

²⁸⁴ R.V.E., nº 16.3.

²⁸⁵ «Que todos sejam um, como Tu, Pai, és comigo, e eu contigo: que assim eles sejam um, para que o mundo creia que Tu me enviaste.» (Jo 17, 22).

nós: “Com espírito ecuménico, tomamos parte ativa em tudo quanto pode favorecer o encontro e a unidade...”²⁸⁶, porque “quem não é contra nós, é por nós”²⁸⁷. A sua ação e a sua palavra parecem, aliás, fazer antever o advento do pensamento do Concílio Vaticano II, que abandonaria uma certa ideia bélica, transtrocando-a pela atitude de diálogo e de cooperação, como se pode testemunhar no texto que se segue:

“Saibam todos, porém, que o primeiro e mais irrecusável contributo para a difusão da fé, é viver profundamente a vida cristã. Pois o seu fervor no serviço de Deus e a sua caridade para com os outros, é que hão-de trazer a toda a Igreja o sopro do espírito novo que a fará aparecer como um sinal levantado entre as nações, como «luz do mundo» (Mt. 5, 14) e «sal da terra» (Mt. 5, 13). Este testemunho de vida produzirá mais facilmente o seu efeito, se for dado conjuntamente com as outras comunidades cristãs”²⁸⁸.

Que neste particular, o Padre Alves Correia é um precursor do Vaticano II; isso se evidencia, aliás, nas palavras com que mais tarde o Episcopado Português lembrará e advertirá os Católicos:

“As divisões constituem um escândalo para o mundo, tiram credibilidade ao anúncio do Evangelho e, principalmente contradizem a última vontade de Jesus: Que todos sejam um. Tal união é, em última análise, projeto e dom do Espírito de Deus. Cabe-nos, porém, secundar este dom, descobrindo que as riquezas de uns e outros são complementares. Juntos, podemos trabalhar na transformação do mundo, em serviços que sirvam os homens e mulheres do nosso tempo, nomeadamente os pobres. Convidamos todos os fiéis a intensificarem a oração, implorando de Deus uma conversão autêntica, uma atitude de acolhimento e diálogo, e nos liberte de toda a autossuficiência, nos torne capazes de nos perdoarmos mutuamente pelas falhas de fraternidade”²⁸⁹.

O respeito pela diferenças e a verdade do testemunho de vida são a alavanca para que as várias partes se acharem em patamar comum, olhos nos olhos, pelo que, a seu ver, importa criar laços verdadeiros de cooperação e de comunhão, laços que favoreçam o diálogo, a abertura e o respeito mútuo, como caminho de reencontro da unidade na docilidade ao Espírito de Deus, como recomendará o Concílio Vaticano II²⁹⁰!

²⁸⁶ R.V.E., nº 17.

²⁸⁷ Mc 9,40.

²⁸⁸ CONCÍLIO VATICANO II – *Decreto sobre a atividade missionária da Igreja “Ad Gentes”*, nº 36, in *Doutrina Missionária da Igreja* (textos do Magistério Pontifício), Lisboa: edições Obras Missionárias Pontifícias, 1999, p. 199.

²⁸⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Carta Pastoral “O Espírito Santo, Senhor que dá vida”*, Lisboa: Ed. Secretariado-geral do Episcopado, 1997, p. 24.

²⁹⁰ Cf. CONCÍLIO VATICANO II – *Decreto sobre o Ecumenismo “Unitatis Redintegratio”*, nº 12.

4.1.4 – Contributos para a formação cristã

Ao Padre Alves Correia são também reconhecidos vastas inquietações e contributos para a formação da vida cristã dos fiéis Católicos do seu tempo, como a seguir procuraremos fundamentar. Como atrás já advertimos, por diversos momentos e meios, Alves Correia insurgiu-se contra uma piedade estéril, ao mesmo tempo que pugnou pela renovação litúrgica. Em muitas das suas reflexões defendeu que os cristãos devessem aceder a uma formação mais alargada e, sobretudo, centrada nos valores evangélicos e no próprio Evangelho, de forma a se purificarem de vivências alimentadas por fórmulas aparentemente vagas, de leis ditadas, assumidas e decoradas por todos mas sem jamais se referirem ao Evangelho:

*“Se o Cristianismo fosse teorias dogmáticas e códigos de leis e de disciplina, o Cristianismo já existiria em quase toda a terra. Se redimir o mundo pela cruz fosse plantar a cruz nas praças e nas encruzilhadas dos caminhos, no alto dos montes, no pináculo de edifícios, ou pendurá-la ao pescoço dos homens e das mulheres, o mundo estaria quase todo redimido, a Cruz teria triunfado já e Cristo com ela. Mas o triunfo da Cruz, é uma realidade muito mais séria, mais profunda, mais incómoda e mais sangrenta! **Só o poderemos compreender, se atentarmos com alguma pausa e seriedade, acima das intoxicações das fórmulas de oratória social e das paradas de proselitismo, ou de propaganda, ou de religião pública, na maneira terrível como Cristo nos remiu e no convite igualmente duro e temeroso dirigido aos que verdadeiramente queremos aceitar a salvação, para cada um de nós e para todos juntos. As fórmulas de doutrina, os símbolos de fé, são necessários...Ai! Mas quantas vezes a fórmula e a lei mata, porque se deixam apagar o espírito que vivifica!**”²⁹¹.*

As considerações e contributos do Padre Alves Correia para o estabelecimento duma melhor formação cristã (e de consciência) vão ainda mais longe, ao considerar que a Igreja não devia tutelar *ad aeternum* a vida dos Católicos, sob pena de os manter numa menoridade improdutiva e ineficaz. Ao contrário, urgia fornecer-lhes os instrumentos fundamentais, e depois, deixá-los optar em consciência perante as diversas situações do quotidiano. Por fidelidade à verdade do Evangelho erguerá a sua voz profética, e dirá:

“Parece-me que ninguém deve confundir a fidelidade à Igreja com o sectarismo, ou cego ou de má-fé, daqueles que não admitem que se faça uma observação ou um reparo a respeito de qualquer falha humana na organização eclesial. São rafeiros, não são filhos, os que pretendem naturalizar na vida católica a insolência autoritária da disciplina civil do fascismo: - «o chefe tem sempre razão»”²⁹².

²⁹¹ CORREIA – *Cristianismo*, pp. 87-88.

²⁹² PARAFUSO – *Meditações*, p. 261.

Entende, ademais, que o clericalismo da Igreja deformava a consciência do povo de Deus, que se sentia “cristão menor”, isto é como aquele que não detém poder algum por não pertencer à hierarquia...ou ao menos a uma confraria!

O núcleo da espiritualidade espiritana reclama que a dimensão serviçal aos demais é o centro da vocação espiritana. Este é o testemunho de Jesus seguido pelos Missionários Espiritanos e a que todos somos convidados: “Eu estou no meio de vós como aquele que serve” (Lc 22,27). Esta é a revolução iniciada pelo Mestre divino, que, entre nós, por exemplo, o Padre Larguezas perpetua: a mudança da nossa conceção de Igreja centrada no poder para uma Igreja liberta das noções de individualismo, de paternalismo, de autoritarismo!

Ontem, como hoje, o desafio permanece e é permanentemente actualizado, tal como foi, recentemente, refletido no Capítulo Geral de 2004:

“Em situações particulares, verificamos que o que atrai os nossos candidatos poderá ser a ideia de «poder sagrado» associado ao sacerdócio. Uma cultura ambiente clerical e um modelo correspondente de Igreja podem constituir uma influência muito negativa, levando a atitudes de autoritarismo e paternalismo dificultando o trabalho em equipa, o ministério partilhado e a vida em comunidade, principalmente depois da ordenação”²⁹³.

Para o Padre Alves Correia a noção cristã de poder caracteriza-se pelo serviço, em razão do qual serviço a hierarquia é convidada a agir não por referência ao poder mas ao dom do serviço que recebeu em favor dos outros. Obviamente da pena do nosso Autor brotará mais uma reflexão, mais uma diatribe questionadora do estilo de vida dos Prelados lusos, que não estaria de acordo com esta teologia da Igreja e de um modo particular com a espiritualidade espiritana:

*“Enquanto não aceitar esse substratum de abnegação, de humildade, de sacrifício, o nosso clamor de *Adveniat regnum tuum*, obstinado a aliar-se com o egoísmo e a comodidade ou com o orgulho, será um clamor de hipócritas, que terá a responsabilidade de atrasar até a vinda daquele Reino e de fazer blasfemar aos insensatos contra o Rei Divinal, por O imaginarem tão inútil como os seus inúteis pregoeiros”²⁹⁴.*

Por seu lado, o Padre Alves Correia procura viver a simplicidade do Evangelho, e o seu pensamento bebe da Palavra. O que acabamos de expor está presente no testamento que nos chega de quem viveu com Jesus: No hino cristológico grafado na Carta de Paulo aos Filipenses, onde se testemunha esta ideia de proximidade, de preocupação constante e de amor, que o Divino Mestre nos desvela no seu ministério, para que nós, comunidade

²⁹³ CONGREGAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – *Capítulo Geral Torre d’Aguilha 2004: “Reavivai o dom que recebestes”*, Roma, 2005, p. 33.

²⁹⁴ CORREIA – *Cristianismo*, p. 46.

crente, aprendamos d'Ele a viver em comunhão e amor. O movimento que ali se nos propõe é o de nos esvaziarmos, isto é, o de nos fazermos próximos, sem deixarmos de ser nós próprios, cingindo-nos ao essencial: a comunhão, na obediência e no serviço à vontade divina. Jesus Cristo é o nosso único modelo no peregrinar que nos aproxima da santidade, pela via, passo a passo, da comunhão! Tal peregrinação não nos faz uns melhores que os outros, mas visa, verdadeiramente, que nos aproximemos em comunidade do Senhor, imitando-O, não para nosso louvor nem glória, mas apenas para que o Seu nome seja louvado e o Pai glorificado²⁹⁵.

Tal linha orientadora do pensamento e acção do Padre Alves Correia, mormente a que se dirige aos pastores da Igreja, inscreve-se nos ensinamentos do Apóstolo Pedro quando recomenda o dever de jamais se orientarem apoiando-se na violência ou nos autoritarismos, sem estabelecer preferências segundo interesses mundanos, mas antes no sentido de sempre testemunhar o Senhor misericordioso, segundo a dimensão de quem é instaurado como fiel administrador da vinha do Pai, e de imitar sua acção e missão com brio e zelo próprios de discípulos de Cristo²⁹⁶.

4.1.5 – Opção pelos pobres

Republicano e democrático por convicção, o Padre Alves Correia defende a liberdade de expressão de todo o ser humano; acredita que todo o homem tem como núcleo fundante a dignidade humana, económica e social a fim de poder realizar-se na vida pessoal e social e na fé pessoal e comunitária; defende ainda que cabe a todo o cristão a responsabilidade por todos aqueles que no mundo padecem de condições de vida, formação e catequese. É um “desempoeirado”²⁹⁷, ou seja, alguém que não se deixa levar por ideias pré-concebidas, mas que pensa o que vive e vive o que pensa! É inconformista e incómodo na defesa dos oprimidos e dos fracos em nome da justiça e dos direitos elementares da pessoa; adverso ao obscurantismo religioso e político, e arauto do

²⁹⁵ “Ele, que é de condição divina, não considerou como uma usurpação ser igual a Deus; no entanto, esvaziou-se a si mesmo, tomando a condição de servo. Tornando-se semelhante aos homens e sendo, ao manifestar-se, identificado como homem, rebaixou-se a si mesmo, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz. Por isso mesmo é que Deus o elevou acima de tudo e lhe concedeu o nome que está acima de todo o nome, para que, ao nome de Jesus, se dobrem todos os joelhos, os dos seres que estão no céu, na terra e debaixo da terra; e toda a língua proclame: «Jesus Cristo é o Senhor!», para glória de Deus Pai.” (Filipenses 2, 6-11).

²⁹⁶ “Apascentai o rebanho de Deus que vos foi confiado, governando-o não à força, mas de boa vontade, tal como Deus quer; não por um mesquinho espírito de lucro, mas com zelo; não com um poder autoritário sobre a herança do Senhor, mas como modelos do rebanho.” (1 Pedro 5, 2-3).

²⁹⁷ Comparando ao que está parado e que acumula pó, se não há vigilância e brio.

Evangelho de Deus misericordioso. Ao longo da sua vida, várias vezes se insurgiu contra variadas opressões sociais que minorizassem o homem, seja na esfera sócio-política seja religiosamente:

«...é que nada faz mais mal às almas crentes e leais do que a esterilidade e o orgulho nos ministros de Deus e nos que se apregoam religiosos. Guerrear-lhes a hipocrisia e o orgulho é, por isso, a mais urgente necessidade, não só de depuração religiosa, mas de defesa contra a perdição das almas boas. (...) o prestígio, o bom odor da Igreja (...) não pode manter-se à custa dos interesses mais sagrados, que Deus confiou à Igreja: a Justiça e a Verdade»²⁹⁸.

Desde sempre o carisma espiritano procura defender a Justiça e da Paz ao posicionar-se ao lado dos mais pobres e abandonados:

“Consideramos como partes constitutivas da nossa missão de evangelização: a libertação integral do homem; a atividade a favor da justiça e da paz; e a participação no desenvolvimento. Por isso, devemos fazer-nos os advogados, o sustentáculo dos fracos e dos pequenos contra todos aqueles que os oprimem”²⁹⁹.

Animado pela Doutrina Social da Igreja, fundada no Evangelho, o Padre Alves Correia e demais os Espiritanos são chamados a ser a voz dos sem voz, promovendo uma sociedade mais justa:

“A dignidade da pessoa humana é tão alta que, diante dela, desaparecem, como fúteis, todas as dignidades que os homens inventaram. Diante de Deus... «não há escravo e livre, não há grego e bárbaro, não há judeu e gentio, não há varão e mulher» (Gl 3,28): o que há é o filho de Deus, com direitos que, se forem lesados, se sentirá lesado o próprio Deus, tao justo, tao imparcial, tao largo, que não faz diferença entre o Seu Direito e o direito do mais pequenino dos seus”³⁰⁰.

Para tal, em toda a extensão da sua ação, não importa valorizar só a dimensão do religioso, mas tudo o que possa contribuir para dignificar o ser humano. Essa é a razão pela qual no trabalho missionário *ad gentes*, sobretudo, nos lugares de primeira evangelização, os Espiritanos tenham construído igrejas, e ao mesmo tempo que ergueram escolas, bibliotecas, hospitais... e demais estruturas que se revelem necessárias e complementares à ação evangelizadora. Esta não trata, afinal, de debitar informação propagandística, mas na urgência de formar pessoas e consciências, e de desenvolver as suas competências!

Mais do que pescar para alguém, importa ensinar esse alguém a pescar. A opção pelos pobres obrigou o Padre Alves Correia a favorecer o crescimento da pessoa e o seu

²⁹⁸ CORREIA. – *A Largueza*, pp. 55-56.

²⁹⁹ R.V.E., nº 14.

³⁰⁰ CORREIA – *Cristianismo*, p. 34.

desenvolvimento na sua integralidade! Por isso, em situações de conflitos e guerras ou de autoritarismos e *lobbyng*, o missionário espiritano é chamado a defender os mais fracos se ameaçados nos seus direitos: “Daremos uma atenção especial a tudo o que serve para promover a reconciliação e a resolução de conflito”³⁰¹.

Porque o Catolicismo interage com o mundo social que se encontra em contínua transformação, deve, o fiel Católico, na fidelidade ao Evangelho, procurar intervir em questões éticas e sociais; intervir, corrigir e criticar decisões políticas e económicas; procurando manter crenças e costumes tradicionais; e zelar pela estabilização das identidades nacionais. A ação do Padre Alves Correia foi louvada por uns, como testemunha António Sérgio, no Seara Nova, acerca do livro com que ficou conhecido:

*“O livro do Reverendo Padre Alves Correia, A Largueza do Reino de Deus, recentemente aparecido, é talvez o escrito mais nobremente inspirado, mais larga e autenticamente cristão, de todos que saíram até hoje da pena de um sacerdote português. Que grande obra se poderia realizar a bem do povo, se tivéssemos muitos homens de mentalidade social tão verdadeiramente evangélica como o Padre Alves Correia! Com católicos assim, quantos problemas se resolveriam por si mesmos! Quantas lutas se evitariam de todo! Como o progresso nos seria fácil! Aconselhamos vivamente o livro aos nossos amigos e camaradas, convencidos que da sua leitura há-de resultar para o seu autor a fraterna estima de todos nós”*³⁰².

Contudo, foi também odiado por outros, segundo o testemunho coevo do Padre Francisco Lopes:

*“Alves Correia apresenta-se à Nação como homem livre, que não abdica da sua consciência e dos seus direitos. Fá-lo iluminado pelos Evangelhos. Falar alto e claro é o crime, que o Ditador, com os seus sicários, lhe não perdoaram”*³⁰³.

Ao longo da sua vida e missão, Alves Correia preferiu ficar do lado dos pobres, mesmo se isso, como sabia, o levaria a ser odiado e ostracizado, por que jamais se calava diante das injustiças; por que não suportava a subordinação muda da Igreja ao Estado; porque defendendo o valor cristão da consciência individual apontava caminhos que não corriam de acordo com os planos do mundo, mas na fidelidade à verdade do Evangelho. O lado dos pobres significava para Alves Correia lutar pela justiça social e defender a sindicalização da classe operária. As suas armas, se de armas se pode falar, foram sempre a defesa do diálogo e da tolerância, da sinceridade e do ao respeito das consciências.

³⁰¹ R.V.E., nº 18.1.

³⁰² SÉRGIO, António – *Um livro cristão, in Seara Nova, revista de doutrina e crítica*, nº 269, 29 de Outubro de 1931.

³⁰³ LOPES – *Pe Joaquim*, p. 208.

4.1.6 – Nova visão eclesiológica

O Padre Alves Correia tinha uma visão eclesiológica que consistia na opção por uma Igreja mais pobre, mais humilde e espiritual. Por isso se insurgia frequentemente contra qualquer esperança de glória temporal da Igreja e dos Católicos, acreditando que a verdadeira glória está em servir e amar o próximo. Com as suas palavras e exemplo, defendia uma Igreja menos luxuosa e menos impositiva, menos preocupada com manifestações multitudinárias de fé e de piedade, e mais carismática. Defendia que a Igreja deveria ser pobre com os pobres. E viveu isso, no seu trabalho de apostolado e formação:

«...O que interessa hoje, infelizmente, para o catolicismo, Estado do Vaticano, é a força política e o esplendor pagão da corte pontifícia. (...) A hipocrisia e o cálculo podem fazer prosélitos, hipócritas e calculadores; não podem fazer cristãos. (...) Multiplicaram-se os crentes, não aumentou a alegria...»³⁰⁴.

Bebendo nas águas profundas da tradição dos Missionários do Espírito Santo³⁰⁵, com a atenção e caridade lhe eram conhecidas, procurou o Padre Alves Correia fazer do Catolicismo português uma força dinamizadora, servindo-se para isso do seu testemunho pessoal e promovendo a pregação da necessidade de aprofundar as raízes da fé. Desde sempre, aliás, cada membro da Congregação se encontra ao serviço da Igreja local, sem procurar grandezas ou prestígios para si – como se de um carreirismo se tratasse –, mas visando apenas permanecer em fidelidade ao Evangelho e ao mandato de Jesus. Recordemos que na História da Congregação nenhum dos seus membros jamais procurou alcançar méritos ou honras que lhe garantisse reconhecimento e prestígio. A única preocupação foi sempre a de formar sacerdotes sérios e virtuosos, pastores santos e carismáticos, desprendidos e *paratus ad omnia*:

“...Dirigimo-nos de preferência: àqueles que ainda não ouviram a mensagem do Evangelho ou mal a ouviram; aos oprimidos e mais desfavorecidos individual ou coletivamente; assumimos tarefas para as quais a Igreja dificilmente encontra obreiros”³⁰⁶.

³⁰⁴ CORREIA – *A Largueza*, pp. 73-75.

³⁰⁵ Convido a meditar na profundidade de pequenas frases proferidas pelo Pe Libermann, proferidas no seu leito de morte, legando-nos um belo testamento espiritual. Penso que o Padre Alves Correia sempre se pautou na fidelidade desta união prática, entre a ação e contemplação, para que toda a sua vida fosse reflexo do Pastor Divino, de quem era ministro, em favor das almas e da verdade, não se enraizando senão na fé e na confiança em Deus: *“Sede fervorosos (...) sempre fervorosos...sobretudo a caridade (...) a caridade sobretudo... caridade em Jesus Cristo...caridade por Jesus Cristo... caridade em nome de Jesus Cristo; fervor...caridade...união em Jesus Cristo (...) Sacrificai-vos por Jesus Cristo, somente por Jesus...com Jesus (...) Sacrificai-vos com Maria...Deus é tudo... o homem é nada...”* (N.D., XIII, pp. 659-660).

³⁰⁶ R.V.E., nº 12.

Não nos estranha, aliás, que nos nossos dias, o Papa Francisco continue a apelar para um estilo de vida mais sóbrio, mais simples e mais humilde, a fim de que a Igreja também o seja:

“Se alguém segue Jesus como uma proposta cultural, usa este caminho para subir mais, para ter mais poder, e a história da Igreja está cheia disso, começando por alguns imperadores e depois tantos governantes e tantas pessoas”³⁰⁷.

Bebendo do ideal de vida fraterna e apostólica das primeiras comunidades cristãs, tal como se refere nos Atos dos Apóstolos, essa é razão a pela qual a Congregação do Espírito Santo escolheu para sua divisa: “um só coração e uma só alma”³⁰⁸. Viver em um só coração – e não em corações desiguais a quem se manifesta desigual afeto ou medidas – este é o testemunho e legado espiritual dos seus fundadores, Cláudio Poullart des Places e Francisco Libermann; este é também o constante desafio aos membros de todos os tempos, como o foi sempre para o Padre Alves Correia, desafio que ele bem conheceu e exerceu:

“A nossa presença junto dos mais pobres faz-nos compreender de forma nova o Evangelho que anunciamos; constitui outro sim, um apelo constante à conversão e um convite a adotar um estilo de vida simples”³⁰⁹.

A exigência do verdadeiro seguimento de Jesus, a exigência de seguir no seu caminho, afeta também alguns padres, alguns bispos que pensam que seguir Jesus é fazer carreira³¹⁰. Foi contra esse mesmo carreirismo, tanto político como religioso, que se insurgiu o Padre Larguezas e que lhe valeu a repressão e o silenciamento, mas como ele próprio dizia não queria “ser cão mudo” devido ao seu ardor e fidelidade ao Evangelho e à herança espiritual recebida da sua ordem religiosa!

³⁰⁷ Homilia da missa a que presidiu o Santo Padre na capela da Casa de Santa Marta, no dia 28 de Maio de 2013.

³⁰⁸ R.V.E., nº 7 (Cf. Act 4, 32).

³⁰⁹ R.V.E., nº 24.1.

³¹⁰ Cf. Homilia da missa a que presidiu o Santo Padre na capela da Casa de Santa Marta, no dia 28 de Maio de 2013.

4.2 – Alguns frutos do apostolado do Padre Alves Correia

Na leitura que fazemos das inquietações do Padre Alves Correia e da sua meritória agitação das consciências lusas através do seu zelo pastoral, tanto oral como escrito, é possível encontrar, em síntese, um punhado de frutos ainda bem visíveis nos dias de hoje, em diversos sectores da Igreja e da sociedade portuguesa. Este pequeno apartado constrói-se a partir do contributo de Adélio Torres Neiva³¹¹.

4.2.1 – Frutos eclesiais

Não se pode de todo dizer que tenha sido a voz do Padre Alves Correia quem convocou o Concílio Vaticano II. Não, não foi. Mas, atendendo à sua leitura madrugadora dos sinais dos tempos, podemos dizer que em vários momentos Alves Correia defendeu a renovação da Igreja, nomeadamente, a portuguesa. Podemos, por isso, em muitos das páginas dos documentos do Concílio Vaticano II, podemos achar as mesmas ideias e linhas de força que vemos e lemos nos seus escritos – cerca de 30 anos antes; a saber:

- a) O reino de Deus não se identifica com a Igreja, antes a transcende e engloba:

“Assim, conforme a explicação de S. Paulo, a Igreja de Cristo – a família de Deus, da qual o Primogénito é Cristo – há-de encontrar-se onde se encontrar o Espírito de Cristo: Igreja acima de tudo espiritual, se bem que visível e tornando acessível aos homens o Deus invisível; porque de carne são os homens e só pelos sentidos podemos chegar-lhes até à alma. ... Também a Igreja de Deus, só encarnando visivelmente em homens de carne, poderá continuar com Jesus a dar aos homens de carne o Espírito de Deus. É por isso que a Igreja de Cristo é um organismo visível, uma sociedade organizada e hierárquica.”³¹².

A sua assunção e definição de Igreja, recorrendo à noção de sinal e de sacramento do reino de Deus, atravessa a constituição conciliar *Lumen Gentium*, como se pode ver:

“A luz dos povos é Cristo: por isso, este sagrado Concílio, reunido no Espírito Santo, deseja ardentemente iluminar com a Sua luz, que resplandece no rosto da Igreja, todos os homens, anunciando o Evangelho a toda a criatura (cf. Mc. 16,15). Mas porque a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano, pretende ela, na sequência dos anteriores Concílios, pôr de manifesto com maior insistência, aos fiéis e a todo o mundo, a sua natureza e missão universal. E as condições do nosso tempo tornam ainda mais urgentes este dever da Igreja, para que deste modo os homens todos, hoje mais estreitamente ligados uns aos outros, pelos diversos laços sociais, técnicos e culturais, alcancem também a plena unidade em Cristo.”³¹³.

³¹¹ Cf. NEIVA – P. Joaquim, pp. 7-ss.

³¹² CORREIA – Cristianismo, p. 36.

³¹³ L.G., nº 1.

- b) A projecção da missão da Igreja na história e na construção da sociedade dos homens será depois abordada pela constituição *Gaudium et Spes*:

*“As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao género humano e à sua história.”*³¹⁴.

A Igreja no mundo contemporâneo é, aliás, o ponto mais relevante que domina toda a vida do Padre Alves Correia.

*“A Igreja, os cristãos, têm de ser no mundo o fermento da justiça perfeita, que é a caridade. (A justiça levada à perfeição é, com efeito, a caridade!) Nós temos de manter acesa entre os homens a chama do amor, se queremos que, na organização da justiça, eles cheguem a mais que à de uma equipe de carrascos e de uma floresta de forças. A justiça humana e digna é impossível, se desaparece da terra a consciência da fraternidade, a convicção da divindade dos direitos das pessoas humanas, as quais não são nada menos que filhos de Deus! A luz desta consciência de dignidade é que nós temos de manter acesa. Se for algumas vezes à nossa custa, com o sacrifício do nosso conforto e da nossa vida até – como aconteceu com o Mestre, o Primogénito da família divina dos homens – mais brilhará e mais alto pairará aquela luz.”*³¹⁵.

- c) Os artigos que escreveu na revista *Metanóia*, particularmente o opúsculo “*A consciência cristã*” defendem corajosamente a autonomia da razão e a liberdade de consciência:

*“A tolerância não é uma concessão à cobardia dos ortodoxos...é o exercício de um dever rudimentar e estrito: o de respeitar a consciência humana; o de prezar uma pessoa que julgamos enganada...”*³¹⁶.

Também aqui as ideias de Alves Correia antecipam o que Vaticano II consagrará em três dos seus decretos: Sobre a liberdade religiosa; sobre o ecumenismo; e sobre as relações da Igreja Católica com as outras religiões não-cristãs.

- d) A renovação litúrgica foi outro dos capítulos cuja aposta Alves Correia tanto defendeu na sua reflexão e ensino:

“Alguns dispensam-se, sem grande mágoa, de tomar consciência do que dizem na oração, com o pretexto de que oram em nome da Igreja...como se a

³¹⁴ G.S., nº1.

³¹⁵ CORREIA – *Cristianismo*, p. 133.

³¹⁶ CORREIA – *A consciência*, p. 17.

*Igreja fosse coisa diferente de congregação de almas e como se almas colectivas ou isoladamente, pudessem agir como autómatos!*³¹⁷.

O uso do latim incomodava-o porque o abstruso idioma oficial da Igreja converte a evocação demasiado formalista do mistério sagrado. Em consequência, vê-se obrigado a publicar livros de canto e de apoio à liturgia em português.

A palavra e o pensamento de Alves Correia revelaram-se ativos e fecundos em prol da Igreja portuguesa, ao ponto de muitos grupos e movimentos católicos, bem como variados membros da hierarquia da Igreja, apoiarem as suas propostas. É disto testemunho as palavras de D. António Ferreira Gomes:

*“Sacerdote da Congregação do Espírito Santo, admirado pela sua actividade missionária em África, Alves Correia foi um verdadeiro percursor, em Portugal, do Concílio Vaticano II, da Pacem in terris e da Populorum progressio, pela sua doutrinação viva e activa exposta em alocuções e conferências, em artigos publicados no semanário Era Nova e, especialmente, no seu pequeno-grande livro A Largueza do Reino de Deus... as credenciais que, reconhecidamente, consagravam tal mérito ao sacerdote spiritano: ecumenismo, biblismo, colaboração com todos os cristãos especialmente em países de missão, abertura para com todos os homens qualquer que fosse a sua raça ou condição, compreensão do progresso e da aceleração da história, aceitação do “mundo deste tempo” e contestação corajosa a qualquer aliança da cruz e da espada.”*³¹⁸.

Em suma, na obra escrita de Alves Correia podemos encontrar um modo novo de abordar alguns temas fulcrais da Teologia: O reino de Deus e a Igreja; a Igreja e o mundo; a Igreja e a sua relação com as Igrejas separadas; a Igreja e os direitos humanos, entre muitos outros... São temáticas que o Padre Alves Correia explora tendo sempre em vista a urgência de uma renovação catequética suportada numa renovada sistematização de conteúdos que revelasse o sentido bíblico da doutrina; bem assim como a urgência da renovação litúrgica assente na formação laical em ordem aos diversos ministérios, como expressão da corresponsabilidade do cristão na missão da Igreja.

É certo e reconhecido, que a Igreja portuguesa foi animada e vivificada pelo saber de Alves Correia vertido em inúmeros artigos de jornais e revistas, bem como em obras de maior envergadura, que surgiram tanto da compilação desses artigos bem como da necessidade de desenvolver certas temáticas, como se exemplifica nos cadernos Metanóia, ou nas muitas conferências proferidas em todo o País.

³¹⁷ CORREIA – *Vida mais alta*, p. 94.

³¹⁸ FERREIRA, Manuel de Pinho – *A Igreja e o Estado Novo na Obra de D. António Ferreira Gomes*, Porto: Fundação Spes - Universidade Católica Portuguesa, 2004, pp. 517-518.

Perante a imposição de um regulamento sufocante promovido pelo Estado Novo, poucos em Portugal testemunhavam convictamente a fé; era antes mais comum ceder em jeito de conveniência social. Diante de tanta hipocrisia e injustiça inflamou-se o inconformismo e o zelo apostólico do Padre Joaquim Alves Correia, emergindo a sua voz como a de um arauto que postula uma revolução, ao atrever-se a agitar profundamente a consciência do Catolicismo luso, não em jeito de oposição pela oposição, mas pelo apelo ao dinamismo e à militância, pelo grito profético do chamamento à verdade e à justiça, pelo dever de fidelidade ao Evangelho e à Igreja. Considere-se que este apelo de Alves Correia era sobretudo dirigido aos leigos chamando-os a participar no apostolado, convidando-os a chegar onde os sacerdotes não podem (família, trabalho, política...), tendo em vista a promoção de um Catolicismo mais evangélico, bem ainda como defensor da liberdade e do direito de opinião.

A sua inquietação pelo bem da Igreja revê-se também no seu esforço que deu origem à futura Conferência dos Superiores dos Institutos Religiosos em Portugal, fruto da sua perceção sobre a necessidade de incrementar a corresponsabilidade apostólica, ideia muito fora do senso comum à época. O Padre Alves Correia apelou ainda aos Católicos de Portugal para que focassem com olhar crítico e sincero a realidade de África. A sua intuição baseava-se na urgência do desenvolvimento de uma nova consciência missionária, baseada numa profícua cooperação entre Congregações e o diverso pessoal missionário, onde se há-de relevar o apoio do voluntariado laical, com seu saber e ofícios que tanto contribuíram para o desenvolvimento das missões.

4.2.2 – Frutos sociais

O Padre Alves Correia jamais se movimentou na sociedade portuguesa como um guerrilheiro que afronte a ditadura do Estado Novo ou os regimes que o antecederam; pelo contrário, Alves Correia trabalhou convictamente pela defesa da palavra livre e da livre atividade pastoral em total liberdade de expressão. Esta sua marca d'água levava-o a defender a República e a democracia pela denúncia de perseguições e pela aceitação do pluralismo democrático num espírito de militância assente na formação e na renovação das práticas religiosas, a fim de que se aproximassem mais da vida concreta e real das gentes, desafiando sempre os leigos para a assunção do devido protagonismo nos seus

próprios ambientes³¹⁹, encarando até este movimento como resistência à laicização crescente.

Fiel a estes princípios, Alves Correia redigiu um texto³²⁰ fazendo emergir a sua voz livre de peias para pedir justiça na resolução dos casos abafados da «Noite Sangrenta»; este texto acabará por ser a pedra de toque que o levou exílio; embora, como é certo, apenas se estivesse à espera de um pretexto, por menor que fosse, que validasse a decisão, visto ser conhecida a sua ligação à oposição política a A. Oliveira Salazar, não enquanto pessoa, mas para com o ambiente ostracizante e censório promovido pelo estadista.

Só o tempo dirá se os sonhos do Padre Alves Correia foram correspondidos com a revolução do 25 de Abril, mas pelo menos, constitucionalmente, Portugal é hoje um Estado de direito democrático. O reconhecimento do País ao Padre Alves Correia foi tardio, mas manifestou-se publicamente em vários andamentos. Ele é uma das poucas figuras agraciadas com a Ordem da Liberdade, atribuída em 1980, a título póstumo! Localmente foi ereto e dedicado um monumento na sua terra natal, em 1978. E nesse mesmo ano, em reconhecimento do seu labor pela verdade e pela justiça, a Assembleia da República emitiu um voto de louvor e admiração, em reconhecimento das injustiças provocadas pelo Estado Novo

4.2.3 – Frutos na Congregação do Espírito Santo

Embora não tivesse sido a sua Congregação a exilá-lo, é certo que, dentro da estrutura, existiam sensibilidades divergentes e até muito contrárias às suas opiniões, ao seu zelo pastoral e atividade editorial. Havemos de reconhecer que a posição da Congregação do Espírito Santo nas missões do Ultramar, não deixava espaço de manobra a posições ideológicas como as do Padre Alves Correia, sob pena de comprometer os entendimentos com o Governo. Foi, por isso, que na altura do exílio, se deu a convivência entre a Congregação e o Estado, ao se reconhecer como preferível sacrificar um homem para não perder posição, estatuto e financiamento! No entanto, liberta dessas amarras, cedo a Congregação percebeu a luta do Padre Alves Correia e aprendeu a valorizá-la. Muitos estudos foram feitos e estão em curso sobre a sua obra e pensamento.

³¹⁹ Cf. FERREIRA – *A Igreja e o Estado Novo*, p. 191.

³²⁰ CORREIA – *O mal e a caramunha*, in Lopes – *Pe Joaquim*, p. 156.

Em memória da intrepidez da sua voz livre e da sua inteligência capaz e arguta, criou-se em 1986 foi o Centro Padre Alves Correia – CEPAC, tendo como objetivos firmes e claros a dedicação à promoção de obras sociais em favor dos mais desfavorecidos e ao apoio a imigrantes ilegais:

«...O facto de haver muitas almas que pertencem ao Reino de Deus, apesar de aparentemente e exteriormente separadas da Igreja Católica visível, hierárquica e socialmente organizada, não nos dispensa a nós»³²¹.

A língua profética e indomável do Padre Alves Correia calou-se há quase setenta anos. Mas não se calou a sua voz nem o seu exemplo cívico e o testemunho apostólico. A sua memória permanece indómita sobre nós, firmando a liberdade como um preceito e o evangelho como uma união. Alves Correia, o Padre Larguezas, profundo conhecedor das enxaquecas da alma lusa e do anquilosamento dos católicos do seu tempo, adverte-nos, ainda hoje, lançando-nos o desafio de sermos sal e luz que informa a nossa prática individual e comunitária da fé, bem como o a nossa vivência e compromisso social, capaz de oferecer as razões da nossa esperança e de manifestar publicamente o testemunho que convém. Só assim, isto é, pelo centramento no Evangelho, concluiria Alves Correia, ainda hoje, as devoções e a espiritualidade merecem ter expressão!

³²¹ CORREIA – *A Largueza*, p. 87.

CONCLUSÃO

Existe uma realidade que não é mais do que uma aparência e pela qual a dura voz da razão se torna incômoda e necessita de ser silenciada. Esquemas, tramoias, cumplicidades interesseiras, lucro, influências, poder ou simples sobrevivência são partes de uma mesma moeda, de onde a moral, a verdade, a honra foram abolidas para a outra face que se quer esquecida. É dura a verdade, por isso se silencia, se exila, se deixa longe o pregão que não se quer deixar ouvir, que não se quer deixar difundir para que não possa despertar, para que não possa ter seguidores, discípulos amados por um amor maior que eles próprios. Tudo se resume ao Amor!

A existência algo maior que nossa vontade e que o nosso bem-estar é aquilo que nos motiva e nos dá força! É algo que se impõe por si, e mesmo que nem sempre seja visível, manifesta-se quando menos esperamos e talvez quando mais precisamos: O AMOR, A VERDADE, A HONESTIDADE, ... valores perenes, sem os quais o nosso viver deixaria de ter sentido, porque não é aquilo que apenas dá prazer e gozo que traz a felicidade, mas o que realmente perdura!

Alves Correia era um homem com a simplicidade de criança e uma grande compaixão pelos pobres. A fortaleza de mártir enfrentou-a na coragem da proclamação da radicalidade do Evangelho, o que lhe mereceu a crítica daqueles que queriam dormir na tranquilidade da rotina e da sua religião de pano quente. Tinha um temperamento bondoso, particularmente sensível para com todos os deserdados da vida.

Toda a obra literária do Padre Alves Correia está marcada por duas grandes intuições de base: a bondade de Deus e a dignidade da pessoa humana. Alves Correia era um missionário e, para ele, ser missionário era anunciar o Evangelho, na nova situação que então se vivia: uma situação sem liberdade de pensamento e no contexto de uma Igreja conformada, sem impacto profético na sociedade. O Padre Alves Correia foi, de facto, um evangelizador na sociedade do seu tempo, no espaço difícil do mundo do pensamento e da cultura, com um profundo respeito e amor por pobres e ricos, católicos e não católicos, crentes e não crentes, imitando a largueza dos braços abertos de um pai, para quem todas e todos são filhos.

Alves Correia viveu num tempo em que a verdade era só uma, a do regime vigente e, por isso é que foi perseguido. Contudo, não se cansou de clamar que todo o homem deve ser contemplado com reverência e amor, respeitado na sua liberdade, da qual procede o verdadeiro amor, e na sua personalidade, exigindo-se assim respeito por aquele que pode pensar de um modo diferente e mesmo para com aquele que erra.

Perante as acusações de que se envolvia demasiado na política, Alves Correia revela-se apenas atento à realidade social e política e às desigualdades sociais, denunciando com voz profética, pois é dever da Igreja julgar acerca da equidade e da justiça, e denunciar sem medo. É este compromisso público, social e político que procurou incutir aos cristãos, a fim de que iluminassem as realidades humanas com a luz do Evangelho.

Em profunda fidelidade à espiritualidade espiritana, este arauto singular, em fidelidade a Deus e à própria consciência, com honestidade e respeito pelo bem do próximo, não se calou nem se deixou comprar, porque “de joelhos diante de Deus, o homem de fé, para poder estar de pé diante dos homens”³²².

Alves Correia teve a grande culpa de pensar antes do tempo, buscar e anunciar a verdade, quando ela era mais precisa, isto é quando minguavam ouvidos e corações para a ouvir. O Padre Joaquim Alves Correia foi um sacerdote atento às realidades do seu tempo. As palavras de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, confirmam este pensamento e são para nós, hoje, um desafio à reflexão teológica séria e fiel, inconformista e frontal, incarnada e atual:

“É preciso que não morram no deserto as vozes que, vindas de longe, ainda encerram apelo válido para hoje e para amanhã. O P.º Joaquim Alves Correia foi uma dessas vozes, que ressoou entre nós, mas então quase como a daquele que clama no deserto (...). Como pensador profundamente humanista e como homem de fé e esperança cristã, o P.º Alves Correia foi entre nós um autêntico precursor do Concílio Vaticano II, um dos poucos, pouquíssimos pensadores cristãos portugueses que entreviram o sentido da história da Igreja e auguraram o reconhecimento individual e oficial desse sentido. Hoje, que essa antecipação e augúrio estão oficialmente aceites e abertos ao futuro, importa que as ideias ainda vivas e o grande exemplo de ação e paixão que nos deixou ajudem a realizar aquilo que anteviu e augurou, em si e nas suas consequências”³²³.

³²² Sessão de homenagem ao Padre Alves Correia, no anfiteatro da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a 6 de Maio de 1978, in COELHO, Manuel Faria - *Padre Joaquim Alves Correia: a justiça de uma homenagem ao lutador da liberdade*, p. 20.

³²³ Prefácio de D. António Ferreira Gomes, in CORREIA, J. Alves – *Cristianismo e Revolução*, p. 1 e 3-4.

Encerramos. O percurso pela história pessoal de Alves Correia e pela história do Instituto (Missionários Espiritanos) a que pertenceu possibilitou-nos revisitar uma parcela da história da Igreja portuguesa e do nosso País. O contato com o seu pensamento permitiu-nos abrir uma janela de luz sobre o Padre Joaquim Alves Correia – uma figura singular que marcou o seu tempo e a Igreja que peregrina em Portugal (e nos EUA); cremos ter podido actualizar e relançar para a reflexão problemáticas ainda tão actuais como a necessidade de compromisso social e profético, que respeite as consciências; os perigos do carreirismo que redundam em clericalismo e que abafam a vocação laical; a urgência em investir tempo e recursos na renovação e na formação catequética e litúrgica em vista de uma fé pessoal e comunitária expressivas da relação com Deus e o Evangelho; a potenciação da corresponsabilidade apostólica, da cooperação missionária e do diálogo ecuménico em vista da comunhão mais profunda entre os que se dizem cristãos.

BIBLIOGRAFIA

FONTES:

AUBERT, A. – *Francois Libermann*, Apelação: Paulus, 2004.

CONGREGAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – *Capítulo Geral Torre d’Aguilha 2004: “Reavivai o dom que recebestes”*, Roma: Casa Generalizia, 2005.

CONGREGAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – *Lettres Spirituelles du Vénérable Libermann*, Paris: Poussielgue, 1889.

CONGREGAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – *Notes et Documents Relatifs à la Vie et à l’œuvre du Vénérable François-Marie-Paul Libermann*, Tome I-XIII et Compléments, Paris: Maison-Mère, 1929-1941.

CONGREGAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – *Regra de Vida Espiritana (RVE)*, 2ª edição, Roma: Casa Generalícia, 2005.

CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO – *Memorial Espiritano. 1867-2007: 140 anos*, Lisboa: Secretaria Provincial, 2007.

CORREIA, J. Alves – *De que Espirito somos*, 2ª edição, Lisboa: Editorial LIAM, 1968.

CORREIA, J. Alves (C.S.Sp.) – *Vida mais alta (Perene Espirito Novo)*, 3ª edição, Lisboa: editorial LIAM, 1967.

CORREIA, Joaquim Alves – *A largueza do Reino de Deus*, 3ª edição, Lisboa: Editorial “Ação Missionária”, 1943.

CORREIA, Joaquim Alves – *Explicações a quem por cá fica*, Arquivos da Província Portuguesa dos Espiritanos, Lisboa.

CORREIA, Joaquim Alves – *Lembranças relâmpagos de uma vida sem grandes solavancos*, Arquivos da Província Portuguesa dos Espiritanos, Lisboa.

CORREIA, Joaquim Alves – *O Cristianismo e a mensagem evangélica*, Lisboa: Editora Cosmos, 1941.

CORREIA, Joaquim Alves – *O Espírito que nos move*, in CORREIA, Joaquim Alves – *Consciência Cristã*, Vila Real: edições Metanoia, 1949.

CORREIA, Joaquim Alves – *O mal e a caramunha*, in LOPES, Francisco – *Pe Joaquim Alves Correia (1986-1951) Ao serviço do Evangelho e da Democracia*, Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1996.

CORREIA, Joaquim Alves – *O problema da Oração Litúrgica*, Braga: Opus Dei, 1933-1934.

CORREIA, Joaquim Alves – *Piedosas futilidades piedade castiça*, Braga: Opus Dei, 1927/1928.

CORREIA, Joaquim Alves – *Cristianismo e revolução*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

GABRIEL, M. – *D. Moisés Alves de Pinho e os Bispos de Congo e Angola*, Portalegre: Livraria Editora, 1980.

GAY, J. – *Libermann, juif selon l'Évangile 1802-1852*, Paris: Éditions Beauchesne, 1977.

GILBERT, Alphonse – *Nas tuas mãos Senhor. Um caminho de santidade com Francisco Libermann*, Lisboa: Missionários do Espírito Santo / L.I.A.M., 2002.

KOREN, H. – *Les Spiritains. Trois siècles d'histoire religieuse et missionnaire*, Paris: Beauchesne, 1982.

LOPES, Francisco – *Ao encontro dos pobres. Vida do Pe. Cláudio Francisco Poullart des Places (1679-1709) Fundador da Congregação do Espírito Santo*, Braga: Tipografia Barbosa & Xavier Lda., 1983.

LOPES, Francisco – *P. Joaquim Alves Correia (1986-1951) Ao serviço do Evangelho e da Democracia*, Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1996.

M. PINHO – *Memórias. Recordações duma vida que o Senhor quis longa*, Lisboa: Imprimax, 1979.

MARTINS, A. – *Espiritualidade missionária do Pe. Libermann*, Lisboa: Missionários do Espírito Santo, 2003.

MARTINS, A. – *Libermann. Uma mensagem para o nosso tempo*, Lisboa: Missionários do Espírito Santo LIAM, 1995.

MICHEL, J. – *Claude-François Poullart des Places, Fondateur de la Congrégation du Saint-Esprit*, Paris: Editions Saint-Paul, 1962.

NEIVA, A. – *Com a força do Espírito. A missão espiritana hoje*, Lisboa: Missionários do Espírito Santo, 2002.

NEIVA, A. – *Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria. A História da Província Portuguesa 1867-2004*, Lisboa: Gráfica Povoense, 2005.

NEIVA, Adélio Torres – *P. Joaquim Alves Correia: as grandes intuições da sua vida*, Manuscrito.

NEIVA, A. – Os três pilares da espiritualidade de Poullart des Places, Conferência proferida na celebração do tricentenário da Congregação dos Missionários do Espírito Santo no Seminário da Torre d' Aguilha, in <http://claudio300anos.blogspot.pt/2009/10/os-tres-pilares-de-espiritualidade-de.html>.

PARAFUSO, João – *Meditações de um sacristão*, in LOPES, Francisco – *Pe Joaquim Alves Correia (1886-1951) Ao serviço do Evangelho e da Democracia*, Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1996.

RIAUD, Alexis – *Claude-François Poullart des Places. Fondateur de la Congrégation du Saint-Esprit 1679-1709*, Paris: Les Fraternités du Saint-Esprit, 1985.

SEIXAS, J. – *Antologia Espiritana. Claudio Poullart des Places*, vol. I, Madrid: Congregacion del Espiritu Santo, 2001.

SEIXAS, J. – *Antologia Espiritana. Francisco Libermann de judio a padre missionero*, vol. II, Madrid: Congregacion del Espiritu Santo, 2000.

TAVARES, A. – *Caminhos do Espírito. Duas vidas, um projeto missionário*, Braga: Editorial A. O, 1997.

DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO:

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – Constituição Pastoral “Gaudium et Spes”, 10ª edição, Braga: Editorial A. O., 1987.

CONCÍLIO VATICANO II – *Decreto sobre a atividade missionária da Igreja “Ad Gentes”*, in *Doutrina Missionária da Igreja (textos do Magistério Pontifício)*, Lisboa: edições Obras Missionárias Pontifícias, 1999.

CONCÍLIO VATICANO II – *Decreto sobre o Ecumenismo “Unitatis Redintegratio”*, in http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Carta Pastoral “O Espírito Santo, Senhor que dá vida”*, Lisboa: Ed. Secretariado Geral do Episcopado, 1997.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA - *Pontifical Romano*, 3ª edição, Coimbra: Gráfica de Coimbra Lda. 1992.

Homilia da missa a que presidiu o Santo Padre na capela da Casa de Santa Marta no dia 28 de Maio de 2013 - in http://www.vatican.va/holy_father/francesco/cotidie/2013/index_po.htm

Homilia do Santo Padre, Papa Francisco, na missa com os cardeais, a 13 de Março de 2013 - in http://www.vatican.va/holy_father/francesco/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130314_omelia-cardinali_po.html

Homilia do Santo Padre, Papa Francisco, na missa com os cardeais, a 25 de Maio de 2013. – in http://www.vatican.va/holy_father/francesco/cotidie/2013/po/papa-francesco_20130526_meditazioni-8_po.html

Homilia do Santo Padre, Papa Francisco, na missa com os cardeais, a 21 de Maio de 2013. – in http://www.vatican.va/holy_father/francesco/cotidie/2013/po/papa-francesco_20130526_meditazioni-8_po.html

ARTIGOS:

AUBERT, A. – *A prudência de Libermann nos conflitos com a autoridade*, in *Missão Espiritana*, Julho 2010.

BOELING, J. – *O decreto sobre a heroicidade das virtudes teologais*, in *Missão Espiritana*, Março 2009.

CORREIA, Joaquim Alves – *Boas festas*, in *Missões de Angola e Congo*, Dezembro de 1923.

FERNANDES, Pedro – *Trabalhar com os pobres com os olhos de Poullart des Places*, in *Missão Espiritana*, Outubro 2009/2010.

CLEMENTE, Manuel – *A vitalidade Religiosa do Catolicismo Português: do Liberalismo à República*, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir - *História Religiosa de Portugal*, III, Lisboa: Circulo de Leitores, 2002.

COELHO, Manuel Faria – *Padre Joaquim Alves Correia: a justiça de uma homenagem ao lutador da liberdade*, in *Boletim cultural*, Câmara Municipal de Paredes, Setembro de 1978.

FERREIRA, António Matos – *A Constitucionalização da Religião*, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir - *História Religiosa de Portugal*, III, Lisboa: Circulo de Leitores, 2002.

KOREN, H. – *Ensaio sobre o carisma espiritano*, in *Missão espiritana*, Outubro 2009-2010.

LÉCUYER, J – *Les Écrits de Claude-François Poullart des Places (1679-1709)*, in *Cahiers Spiritains*, nº 16 (1983).

LECUYER, J. – *Libermann e o Espírito Santo: as primeiras intuições de Libermann*, in *Missão Espiritana*, Junho 2007.

MICHEL, Joseph – *Cláudio Francisco Poullart des Places e as almas abandonadas*, in *Missão Espiritana*, Outubro 2009/2010.

NEIVA, A. – *A Congregação do Espírito Santo em Braga*, in *Missão Espiritana*, Outubro 2003.

NEIVA, A. – *O espírito das origens: a Sociedade do I. Coração de Maria*, in *Missão Espiritana*, Junho 2007.

NEIVA, A. – *O Pe. Joseph Elgenmann, fundador da província de Portugal*, in *Missão Espiritana*, Março 2009.

NEIVA, Adélio Torres – *Poullart des Places e a reforma do clero*, in *Missão Espiritana*, Outubro 2009/2010.

POULLART DES PLACES, C. – *Générales et règlements spéciaux*, in *Missão Espiritana*, Outubro 2009\2010.

SAVOIE, Jean – *A personalidade espiritual de Poullart des Places*, in *Missão Espiritana*, Outubro 2009/2010.

SÉRGIO, António – *UM LIVRO CRISTÃO*, in *Seara Nova, revista de doutrina e crítica*, nº 269, 29 de Outubro de 1931.

VIANA, R. – *O missionário Charles A. Duparquet*, in *Missão Espiritana*, Junho 2007.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO:

ABREU, L. – FRANCO, J. – *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da I República*, Lisboa: Gradiva, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto: Livraria Civilização, 1970.

AZEVEDO, C. (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

BAUMAN, Zygmunt – *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CHRISTOPHE, Pe. – *Pequeno Dicionário da História da Igreja*, Apelação: Edições São Paulo, 1997.

DIX, Steffen – *As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa*, in <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1268306960Y6kEE8vd8Li59CA4.pdf>.

FERRÃO, C. – *História da 1ª República*, Lisboa: Terra Livre, 1976.

FERREIRA, Manuel de Pinho – *A Igreja e o Estado Novo na Obra de D. António Ferreira Gomes*, Porto: Fundação Spes / Universidade Católica Portuguesa, 2004.

MALTEZ, J. – *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI (1820-1910)*, vol. I, Lisboa: Tribuna da História, 2004.

MALTEZ, J. – *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI (1820-1910)*, vol. II, Lisboa: Tribuna da História, 2004.

MATTOSO, J. – *História de Portugal. A Segunda Fundação (1800-1926)*, vol. VI, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

NEVES, P. - COUTO, C. - PINTO, A. – *História de Portugal O Século XX. Textos e Documentos*, vol. IV, Porto: Porto Editora, 1985.

NORONHA, M. – ROSINHA, M. – *A Monarquia Portuguesa. Reis e rainhas na história de um povo*, Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 2000.

PERES, Damião – *História de Portugal. Edição monumental*, Barcelos: Portucalense Editora Lda, 1935.

PINHO, M. – *Memórias. Recordações duma vida que o Senhor quis longa*, Lisboa: Imprimax, 1979.

RODRÍGUEZ, Angel Aparicio – CASAS, Joan Canals – *Diccionario Teológico de la Vida Consagrada*, Madrid: Publicaciones Claretianas, 1989.

SARAIVA, J. – GUERRA, M. – *Diário da história de Portugal*, Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. Vol. VII – A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*, Viseu: Editorial Verbo, 1984.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. Vol. XI – A Primeira República (1910-1926)*, Viseu: Editorial Verbo, 1984.

Nova Bíblia dos Capuchinhos para o terceiro milénio da Encarnação – coordenação geral Frei Herculano Alves (OFM), Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 1998.